

**PARTE IV: DIRETRIZES PARA O DESENVOLVIMENTO COMPETITIVO
DA INDÚSTRIA BRASILEIRA**

- ### a estabilização como porta de entrada num processo de crescimento organizado e sustentável;
- ### reformas: tributária, federativa, previdenciária, fiscal e financeira;
- ### recuperação das bases de financiamento, planejamento e concretização de investimentos em infra-estruturas, com participação ativa do setor privado;
- ### desenvolvimento de meios e modalidades de crédito e financiamento de longo prazo, em condições favoráveis ao investimento produtivo.

O suporte social e político indispensável à efetivação destas reformas exige um mínimo de coesão em torno aos objetivos do processo de desenvolvimento competitivo. Isto requer um esforço consciente para a criação de políticas que façam convergir **competitividade** e **eqüidade**: modernização das relações trabalhistas, distribuição eqüitativa dos ganhos de produtividade, criação de empregos, enfrentamento incisivo da crise do sistema de educação.

Dois outros desafios de grande magnitude estão colocados: a reconstrução do Estado e a reestruturação do sistema empresarial.

A reconstrução do Estado deve ser acompanhada pela redefinição dos objetivos, pela democratização do estilo de atuação estatal, pela reformulação dos instrumentos regulatórios, pela reorganização administrativa e pelo fortalecimento fiscal-tributário. Desta forma, o Estado poderá desempenhar adequadamente seu novo papel de promotor da competitividade.

A reestruturação do sistema empresarial exige profunda mudança no comportamento dos empresários e dos administradores. As estratégias de crescimento, as relações capital-trabalho, a reorganização produtiva e os acordos e alianças devem viabilizar o avanço, não apenas em direção à gestão competitiva no interior das empresas, mas também em direção a cadeias produtivas e grupos empresariais mais coesos, melhor articulados com o setor financeiro e com maior capacidade de gerar sinergias.

Dadas essas condições e deslanchados esses processos de reforma e de recuperação da capacidade de ordenação do desenvolvimento, será possível empreender estratégias setoriais de reestruturação e de avanço competitivo da indústria, num contexto de expansão do mercado interno - sem que se enfraqueçam

as sinalizações e estímulos à competitividade (taxa de câmbio real adequada, exposição à competição, promoção da concorrência, desenvolvimento de fornecedores aptos, etc.). Com o objetivo de melhor subsidiar a formulação de políticas e a escolha de prioridades, as estratégias setoriais foram agrupadas em três categorias de acordo com as condições de competitividade, papel e

setores com capacidade competitiva;
setores com deficiências competitivas;
setores difusores do processo técnico.

O conteúdo dessas estratégias está resumido no Capítulo 5 adiante.

2. SÍNTESE DAS PRINCIPAIS RECOMENDAÇÕES PARA A COMPETITIVIDADE SISTÊMICA

ESTABILIZAÇÃO: O PRIMEIRO PASSO EM DIREÇÃO A UMA TRAJETÓRIA DE DESENVOLVIMENTO COMPETITIVO

O desafio para a indústria brasileira é acelerar o processo de ajuste e sustentar uma trajetória de desenvolvimento competitivo. Esta sustentabilidade será fortalecida na medida em que o estado de confiança de todos os agentes aumente e que princípios de equidade norteiem a distribuição dos ganhos de produtividade. Somente num ambiente marcado por estas características crescerá a coesão social necessária para respaldar a busca da competitividade empresarial.

No contexto brasileiro, não há dúvida que a estabilização da economia é pré-requisito básico para recobrar dos agentes econômicos um mínimo de confiança que, mantida e fortalecida, se traduza em investimentos. O melhor indicador de sucesso econômico sustentado é a taxa de investimento da empresa, do setor e do país. Por isso, a estabilização deve ser entendida como a etapa inicial de um processo de desenvolvimento e, portanto, deve buscar criar as condições para deslanchá-lo.

A recuperação das finanças públicas e a articulação de fontes de financiamento do setor público e do setor privado constituem tarefas urgentes do Estado. Elas são o fundamento da estabilização e nelas repousa a possibilidade de fixar a própria estabilização através da sustentação não-inflacionária dos investimentos. Estabilização e retomada organizada do crescimento econômico são indissociáveis. Crescimento econômico sustentável quer dizer desenvolvimento competitivo, o que, por sua vez, requer política industrial. Por essa razão, política macroeconômica e política industrial e tecnológica necessitam estar coerentemente articuladas para fomentar o desenvolvimento competitivo.

Os estudos macroeconômicos desenvolvidos no âmbito do ECIB recomendam que a conquista da estabilização baseie-se numa ancoragem múltipla e equilibrada do padrão monetário, isto é, em condições fiscais crescentemente saudáveis, na recuperação financeira do Estado, numa política monetária inicialmente ativa mas atenta à necessidade de induzir a retomada do crescimento, sendo, portanto, seletiva e flexível no que toca ao investimento e às condições de crédito de longo prazo. A política cambial pode ser passiva apenas no curto prazo dado o nível de sobrevalorização de cerca de 10% incorrido em 1993 com relação à média de 1992, em função da desvalorização das moedas européias e dos atrasos acumulados de correção. Qualquer tentativa de estabilização baseada numa taxa fixa ou rígida de câmbio tende a ampliar tendencialmente o nível de sobrevalorização, sinalizando de forma contraproducente à competitividade, induzindo à extroversão financeira, ao aumento exagerado das importações e à desindustrialização de atividades e etapas. Os resultados indesejáveis desta rota já são conhecidos: levam à deterioração do balanço de pagamentos, à dependência do influxo de capitais externos especulativos, à vulnerabilidade frente a reversões dos

fluxos de capitais, diante da possibilidade de subida das taxas de juros nos países desenvolvidos.

REFORMAS E RECUPERAÇÃO DA CAPACIDADE DE ORDENAÇÃO

A capacidade de ordenação do Estado Brasileiro, tanto no plano macroeconômico, como nos do desenvolvimento industrial e da capacitação científica e tecnológica, tem sofrido forte deterioração a partir da crise fiscal e financeira dos anos 80. A restauração da capacidade de regulação, planejamento e coordenação torna necessária a implementação de reformas nas esferas fiscal/tributária e administrativa.

O objetivo precípuo destas reformas é obter um substancial fortalecimento fiscal-tributário do Estado. A capacidade de exercer o monopólio do fisco (imposição e exação tributária), dentro do quadro legal e através de mecanismos fiscalizatórios eficazes, constitui o esteio da autoridade do Estado na esfera econômica. A recuperação da capacidade macrocoordenadora requer finanças públicas estruturalmente equilibradas e suficientes. Para isso, torna-se necessário implementar:

a **reforma tributária**, sob o critério de apoio à competitividade (incentivo ao investimento, à P&D e às exportações), dentro de um sistema moderno, neutro e não-regressivo (vide Capítulo 5, Parte I);

a **reforma fiscal e a revisão do pacto federativo**, para assegurar a austeridade no uso do dinheiro público, evitar desvios e redistribuir as competências de governo com descentralização das atribuições, viabilizando a recuperação da capacidade de investimento da União;

a **reorganização da base de financiamento da seguridade social**, substituindo as fontes de contribuição que incidem em cascata por outra sobre o valor agregado exclusive salários (isto é, a CVA, conforme o Capítulo 5, Parte I) e assegurando o equilíbrio de longo prazo do sistema.

É relevante sublinhar a necessidade imperiosa de modernizar administrativamente o Estado, para promover a eficiência do gasto e dos serviços públicos, coibindo os desperdícios e desvios, superando-se firmemente o estado atual de impunidade da corrupção. A concessão de incentivos fiscais deve ter sua sistemática modificada para assegurar que contrapartidas e requisitos de desempenho sejam observados e monitorados. Os incentivos regionais devem ser modificados, visando o apoio a projetos e cadeias produtivas indutores de pólos competitivos. Em suma, o uso dos recursos públicos deve ser rigorosamente sujeito ao crivo da eficiência e a avaliações sistemáticas de

Apenas sob estas condições, será lícito postular a elevação da arrecadação tributária global. Considerando a dimensão continental, as carências sociais acumuladas e a experiência internacional, a arrecadação tributária macroeconômica precisa atingir pelos menos 30% do PIB, para assegurar o crédito público e preencher as tarefas fundamentais de construção da competitividade sistêmica (investimentos para o desenvolvimento

dos fundamentos sociais, da infra-estrutura, para o suporte ao desenvolvimento científico e tecnológico). Este nível só pode ser atingido por etapas, no contexto de uma economia estabilizada, sob crescimento organizado e sustentável.

A RECUPERAÇÃO DOS INVESTIMENTOS INFRA-ESTRUTURAIS E A CONSTRUÇÃO

ão se consolide e se corporifique na retomada do desenvolvimento, é fundamental desdobrar um conjunto de ações associadas, de recuperação dos investimentos, de forma a aumentar o estado geral de confiança.

Além do reforço à capacidade pública de poupança e investimento, mudanças legais e constitucionais devem ser implementadas para viabilizar a ampliação, a modernização e a operação eficiente das infra-estruturas básicas de transporte, energia e telecomunicações. A União deve ser responsável pela interligação desses sistemas em nível nacional, como garantia de sua integração e da racionalidade no planejamento de longo prazo. Mas, sob o regime de concessão e de outras formas de parceria e/ou de privatização, a iniciativa privada deve ser atraída para os investimentos infra-estruturais. A recuperação dos investimentos em infra-estruturas é duplamente importante pois auxilia a criar horizontes mais sólidos de cálculo econômico e repercutem de forma imediata e positiva sobre a competitividade sistêmica reduzindo as perdas derivadas das ineficiências

Uma descrição detalhada das necessidades urgentes do investimento em infra-estruturas foi apresentada no Capítulo 4 da Parte I, sucedida por um conjunto de recomendações de financiamento, parcerias público-privadas, coordenação e regulação para três áreas relevantes: transportes e portos, energia e telecomunicações. O objetivo é elevar a formação bruta de capital fixo para a vizinhança de 25% do PIB, de modo compatível com a sustentação do crescimento da renda nacional num patamar de 5% ao ano.

FINANÇAS INDUSTRIALIZANTES PARA REDUZIR OS CUSTOS DE CAPITAL

A elevação da taxa agregada de investimento para cerca de 25% do PIB requer um esforço conjugado, com ampliação simultânea dos investimentos privados. Torna-se, portanto, necessário o desenvolvimento de mecanismos adequados de financiamento para viabilizar a efetivação dos investimentos em condições compatíveis de prazos e taxas de juros.

A reorganização do sistema de dívida pública, com desmontagem da "ciranda financeira", alongamento dos prazos e formação de uma estrutura de termo das taxas de juros proporcional aos prazos de maturação constitui condição evidente. Propostas para a criação de meios e instrumentos de financiamento de longo prazo foram desenvolvidas no Capítulo 5 da Parte I. Elas compreendem:

- a indução de operações internas de crédito de longo prazo baseadas na expansão dos depósitos à vista, subsequente à

A construção de um mínimo de coesão em torno aos objetivos de uma política de competitividade requer políticas, reformas e mudanças institucionais que forcem a convergência entre equidade e desenvolvimento competitivo.

A via fundamental consiste em acelerar a modernização das relações de trabalho - na fábrica e nas negociações trabalhistas - de forma a induzir uma distribuição sistemática e eqüitativa dos ganhos de produtividade. Políticas compensatórias de emprego, retreinamento, aumento da escolaridade média com retardamento da entrada no mercado de trabalho, apoio às micro e pequenas empresas e redução da jornada de trabalho negociada em contratos coletivos abrangentes são as formas contemporâneas de suavizar a preocupante questão da criação de empregos. O setor empresarial precisa caminhar rapidamente nessa direção, com a superação dos resquícios do paternalismo autoritário que ainda vê o trabalho como um custo e não como um recurso-chave na vida da empresa.

Seja excusado sublinhar mais uma vez a urgência e importância de uma reforma incisiva do sistema de educação, que ponha em marcha um processo criativo de aumento persistente de sua qualidade e eficácia. Um elenco de propostas neste sentido consta do Capítulo 2 da Parte I. As mais relevantes dentre elas são: programa intensivo de retreinamento e valorização dos docentes, aproximação entre escola e comunidade com autonomia de gestão e descentralização administrativa, ênfase nos conteúdos básicos e incentivo à interação entre empresa e escola e entre sindicato e escola.

3. O NOVO PAPEL DO ESTADO

O ESTADO PROMOTOR DA COMPETITIVIDADE

O desenvolvimento competitivo impõe uma nova agenda de tarefas e requer um Estado capacitado e eficiente para enfrentá-la. Com efeito, o enfrentamento de um cenário internacional cheio de desafios, o desenvolvimento dos fundamentos sociais da competitividade, o suporte à inovação tecnológica, a modernização e ampliação da infra-estrutura básica, a articulação dos meios e instrumentos de financiamento (ver Parte I deste relatório), a modernização da gestão empresarial (Parte II) e a reestruturação produtiva (Parte III) exigem a atuação eficiente do Estado. No entanto, o Estado Brasileiro está semidestruído e financeiramente exaurido, fragmentado e infestado por interesses particularistas. Mais ainda, os aparatos de regulação, de planejamento e de fomento encontram-se, em grande medida, obsoletos.

A reconstrução do Estado, em novas bases, com recuperação de sua capacidade ordenadora, constitui condição essencial para sustentar o desenvolvimento competitivo. Não se trata, é preciso dizer com clareza, de reconstruir o velho Estado nacional-desenvolvimentista, autocrático, instrumentalizado pela burocracia e vulnerável ao corporativismo e ao particularismo

Não se trata de restabelecer o velho estilo de política de industrialização por substituição de importações. Não tem sentido, também, enveredar por uma discussão ideológica, centrada no falso dilema Estado versus Mercado. Trata-se, sim, de delimitar claramente o novo papel do Estado e de dotá-lo da orientação e dos meios adequados para que possa enfrentar os atuais desafios.

O principal papel do Estado no desenvolvimento competitivo, na atual etapa, é o de promotor da competitividade em suas dimensões sistêmica, empresarial e setorial. Este papel não se limita apenas a preencher as lacunas provocadas pelas inevitáveis "falhas de mercado", que sempre exigiram que o Estado assumisse tarefas que não estão ao alcance ou na esfera de interesse dos agentes privados (regulação dos monopólios, prestação de serviços essenciais, proteção do meio ambiente, etc.). Trata-se, também, de induzir os agentes privados, empresários e trabalhadores, a adotar comportamentos inovadores e cooperativos, essenciais ao fortalecimento da competitividade.

A indução eficaz de tais comportamentos exige que os instrumentos de atuação do Estado sejam calibrados de modo a atender às características peculiares dos diversos setores da atividade industrial (setores com capacidade competitiva, setores com deficiências competitivas e setores difusores de progresso técnico) e às especificidades dos vários tipos de agentes que neles atuam. Assim, esses instrumentos devem ser articulados em programas com diferentes níveis de abrangência: programas para o conjunto da indústria, programas setoriais e programas para subsetores ou para categorias especiais de empresas.

O NOVO ESTILO: PARCERIA, PARTICIPAÇÃO E TRANSPARÊNCIA

Qual o estilo de planejamento, coordenação e de intervenção do Estado que se postula transparente e democrático? Antes de tudo, público e participativo, o que significa que objetivos, hipóteses, cenários, metas, meios, condições e contrapartidas, proteção, incentivos, reestruturações, concentrações, etc. devem ser explicitamente discutidos e aceitos pelos atores relevantes em fóruns representativos. Em segundo lugar, além da coerência intrínseca dos planos e programas, é essencial que estes resultem de entendimentos negociados (consensos) que viabilizem comportamentos cooperativos e facilitem a implementação, mais pelo engajamento dos atores do que pela vigilância/coerção governamental. Vale sublinhar, as políticas são mais eficazes quando reconhecidas e aceitas pelos atores relevantes.

O Estado deve zelar para que iniciativas individuais que resultem da competição entre os agentes privados tenham consistência e coerência de longo prazo do ponto de vista da construção da competitividade e do desenvolvimento nacional. Não se trata de restringir a capacidade decisória dos agentes privados, mas de dar suporte às suas iniciativas visando gerar sinergias e resultados de longo prazo na construção da capacitação e da solidariedade (coesão) social que constituem as bases da competitividade sistêmica.

O desenvolvimento competitivo exige parceria entre Estado e setor privado. A regulação, o planejamento e a implementação de mecanismos institucionalizados de coordenação são os principais canais para estimular os comportamentos inovadores e para articular as iniciativas dos agentes privados (empresas e trabalhadores). Através destes canais, o Estado deve sinalizar as estratégias, prioridades e metas para o desenvolvimento competitivo da indústria brasileira. Os agentes privados devem participar ativamente no processo que leva à definição dos objetivos e formular suas estratégias individuais no contexto de iniciativas coletivas consistentes.

As Câmaras Setoriais e outros fóruns públicos, estruturados de forma não-corporativa e com ampla representatividade, devem funcionar como *locus* de discussão, entendimento e definição de planos e políticas setoriais ou por complexos/cadeias. Ao Estado cumpre incentivar participação e zelar pela coerência, consistência fiscal e financeira desses planos/programas. Aos atores relevantes (capital e trabalho organizados) cumpre, além de defender seus interesses específicos, reconhecer que os limites destes são dados pelo interesse da sociedade e o dos consumidores. A transparência, a publicidade, a participação de representantes dos poderes do Estado e o escrutínio por parte de outras organizações da sociedade civil devem ser sistemáticos, como antídoto ao perigo do corporativismo.

A regulação, o planejamento e a coordenação são as novas tarefas que devem ser exercidas sob condições participativas, públicas e transparentes. Esta é a essência do novo estilo de atuação do Estado. O preenchimento desse novo papel requer: a) agências e quadros burocráticos capacitados, renovados e bem

O fortalecimento da capacidade de regulação, planejamento e coordenação não exige necessariamente maior centralização administrativa. Requer, sim, convergência de objetivos, agilidade na disseminação de informações e eficácia na articulação das ações dos poderes, níveis e agências de governo.

O desafio da descentralização das iniciativas para a promoção da competitividade torna indispensável o fortalecimento da capacidade de coordenação das diversas instâncias regionais, estaduais e municipais. O investimento no aperfeiçoamento das capacitações públicas nos níveis municipais e estaduais é

Relações de Trabalho

A conciliação entre a desejável busca de flexibilidade empresarial no trato da mão-de-obra e a consecução de relações de trabalho participativas e negociadas esbarra numa tradição arraigada de relações baseadas no conflito e na desconfiança, na desorganização e na segmentação do mercado de trabalho e no marco institucional de intervenção e tutela estatal.

Neste contexto, são necessárias mudanças na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) que fortaleçam as formas mistas público/privadas de regulação das relações de trabalho (isto é, contrato coletivo) e de proteção social. O novo estilo de regulação deve estimular a atuação e negociação autônomas e descentralizadas dos agentes privados.

Promoção da Concorrência

A promoção da concorrência tem papel estratégico no conjunto de políticas regulatórias destinadas a estimular a competitividade. Na etapa atual, marcada por maior margem de iniciativa para os agentes privados, é particularmente importante contar com instrumentos legais bem definidos e com capacidade de implementação de forma a fortalecer a concorrência e proteger o consumidor contra condutas abusivas.

O Estado deve contar com capacidade administrativa de monitoramento e de intervenção eficaz, quando necessária. Sugere-se a transformação do CADE em autarquia, com o fortalecimento de sua estrutura, e o reforço da SDE e de suas atribuições. A criação da Divisão de Direito Econômico no âmbito do Ministério Público, como desdobramento da Divisão de Direitos Difusos, induziria à especialização de um corpo de procuradores, o que fortaleceria a promoção da concorrência na instância judicial.

Meio Ambiente

A deterioração do meio ambiente e as restrições de natureza ambiental às exportações brasileiras tornam urgente a implementação de uma política reguladora eficaz. O principal objetivo deve ser promover a adoção por parte das empresas industriais de processos de produção menos poluentes e não predatórios de recursos naturais.

Para explorar este novo item na agenda da competitividade, recomenda-se a criação de uma Comissão de Competitividade e Meio Ambiente, com participação dos Ministérios do Meio Ambiente, da Fazenda, do Planejamento, da Indústria e Comércio, das Relações Exteriores, secretarias estaduais de meio ambiente, órgãos empresariais e sindicatos de trabalhadores. Esta Comissão seria responsável pela realização de estudos, elaboração de iniciativas e concessão de incentivos. As ações devem evoluir para a criação de um Fundo Ambiental da Indústria com base em impostos sobre a poluição. O objetivo seria internalizar, via taxação, as restrições ambientais na esfera da produção e, ao mesmo tempo, gerar recursos adicionais para fomentar o controle ambiental.

Propriedade Intelectual

A proteção à propriedade intelectual é outro aspecto importante do novo marco regulatório que visa estimular a geração e difusão de inovações. A apropriação privada dos benefícios da inovação é estímulo poderoso para os investimentos em P&D. De outro lado, a concessão de monopólio legal incondicional sobre as inovações pode obstaculizar sua difusão e a própria concorrência.

O projeto da nova Lei de Propriedade Intelectual, já aprovado pela Câmara, incorpora os requisitos mínimos que se configuram como tendência nas negociações multilaterais (GATT), ao mesmo tempo em que descartou os dispositivos considerados mais problemáticos pelas empresas nacionais. As dificuldades remanescentes (condições de patenteamento de microorganismos, articulação da concessão de licença compulsória com defesa da concorrência, mercado de fármacos genéricos, etc.) poderão ser contornadas na regulamentação da Lei. É urgente a aprovação da Lei de Proteção de Cultivares.

Investimento Direto Estrangeiro

A regulação dos investimentos externos ganha novas dimensões. As possibilidades de atrair capitais mediante a proteção do mercado interno e a desregulamentação da remessa de divisas são hoje relativamente mais fracas que no passado. Atualmente, o nível de competitividade sistêmica local é fator importante de atração de investimentos estrangeiros. Assim, o fortalecimento da disponibilidade de infra-estrutura física e de ciência e tecnologia, de mão-de-obra qualificada, fornecedores capacitados, etc., é condição para a atração de novos investimentos.

Para o setor privado, é preciso estabelecer alianças estratégicas com as empresas estrangeiras dispostas a contribuir para o desenvolvimento competitivo, criando, dessa forma, condições para que o país se beneficie mais intensamente da capacitação tecnológica e dos vínculos com os mercados internacionais dessas empresas. Para tanto, é necessário:

- oferecer externalidades positivas e condições competitivas de produção, de projeto e de P&D no país, para atrair novas empresas estrangeiras e/ou ampliar os investimentos das que já

- induzir comportamentos: prática de P&D no país, exportações, difusão de inovações de produtos, processos e técnicas avançadas de gestão (através da formação de *networks* modernizantes, cooperação tecnológica com fornecedores, usuários e instituições de ensino e pesquisa, capacitação de recursos humanos).

Os instrumentos devem consistir em oportunidades de acesso a incentivos fiscais, de crédito (crédito interno sob garantia pública, por exemplo) e proteção mais elevada, associadas a requisitos de desempenho.

Monopólios Públicos

A revisão dos principais monopólios estatais (petróleo, telecomunicações) e a ampliação da participação do setor privado no setor elétrico devem considerar que:

- no mundo inteiro, estes setores são fortemente regulados por entidades públicas ou por entidades independentes, que zelam pela sua racionalidade e planejamento de longo prazo;

- a criação e o desenvolvimento da capacidade de regulação e planejamento são exigências essenciais e devem acompanhar a flexibilização dos monopólios estatais;

- é de extrema importância conservar o monopólio da União (*vis-à-vis* o das empresas estatais) de forma flexível, sob regimes de concessão que admitam a concorrência privada, *joint-ventures*, parcerias, etc.;

- o novo modelo deve evitar (através de regras legais incontornáveis) a "politização" ou "partidização" das empresas e, especialmente, das entidades regulatórias.

REORIENTAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE FOMENTO

O novo estágio de desenvolvimento competitivo coloca novas tarefas e requer uma readequação dos instrumentos de promoção da competitividade sistêmica. Os instrumentos em si são os instrumentos clássicos de fomento: condições de crédito e financiamento, incentivos fiscais, tarifas, restrições não-tarifárias compatíveis com as normas internacionais, poder de compra, etc. A forma e o estilo de manejo e de aplicação desses instrumentos devem, no entanto, ser profundamente modificadas.

Política Comercial

A política comercial deixa de ser eminentemente uma política de proteção tarifária e não-tarifária, voltada para a criação seqüencial de novos blocos industriais. Concluída a industrialização, trata-se de praticar uma política industrial e tecnológica para a competitividade (e não mais uma política de industrialização). Para isso, a política comercial deve funcionar como um instrumento sofisticado de promoção de competitividade:

- do lado das importações, regulando-as através de tarifas e de outros instrumentos, de forma a manter e expandir o sistema doméstico, sob pressão concorrencial externa, calibrada para estimular o dinamismo inovacional. O nível adequado de proteção é aquele que maximiza a taxa de inovação do sistema produtivo doméstico. De outro lado, é indispensável que o Estado esteja capacitado para neutralizar com presteza as tentativas de *dumping* e de concorrência desleal. Há especificidades setoriais que precisam ser consideradas. Sinteticamente, propõe-se tarifas baixas para os produtos dos setores com capacidade competitiva; maior proteção tarifária para as linhas de produtos selecionadas e nula para os demais dos setores difusores de progresso técnico; e exposição controlada às importações para os produtos dos setores com deficiências competitivas;

- a fixação da tarifa externa comum para o **Mercosul** deve atentar para essas condições e buscar um processo mais lento de

- desenhar uma estratégia nacional de desenvolvimento científico e tecnológico efetivamente articulada às estratégias privadas de desenvolvimento industrial;

- estimular o setor empresarial a reforçar suas atividades de P&D, através da promoção de programas mobilizadores de esforços tecnológicos e de demonstração do potencial de uso de novas tecnologias, assim como da importância efetiva da inovação como elemento fundamental da sobrevivência e competitividade das empresas nesta e nas próximas décadas;

- aumentar a conectividade entre os diversos agentes do sistema de C&T e induzir a cooperação como forma de expandir e acelerar o processo de aprendizado conjunto;

- estabelecer políticas especiais de fomento à capacitação científica e tecnológica em áreas associadas às tecnologias genéricas de natureza estratégica (como a tecnologia de informação e a biotecnologia), buscando-se também promover fusões com e entre áreas tecnológicas mais maduras e dominadas no país, como por exemplo mecatrônica, farmoquímica, etc.;

- promover uma rearticulação em novas bases da infraestrutura tecnológica estatal e privada de forma diretamente coordenada com a iniciativa empresarial.

Um elenco de meios e instrumentos deve ser criado e/ou acionado para influir decisivamente sobre a conduta empresarial em matéria de esforço tecnológico. A mobilização de tais meios e instrumentos não pode ser moderada ou marginal. Reconhecendo-se as resistências e falta de tradição, os altos riscos e custos ligados aos investimentos em tecnologia, faz-se necessário estabelecer diferenciais significativos, em termos de:

- incentivos fiscais a P&D mais incisivos, com possibilidade de tratamento mais profundo nas áreas de alta tecnologia;

- crédito diversificado (ajustado a setores, estruturas empresariais e estágios do processo de inovação), com prazos e taxas de juros efetivamente vantajosas;

- novos instrumentos baseados em recursos de origem privada, tais como *venture-capital*, debêntures especiais e participações de risco. Isto levaria a um envolvimento de instituições financeiras poderosas (incluindo bancos, companhias de seguro e outros investidores institucionais), assim como os fundos de previdência privada e de amparo ao trabalhador, os quais no Brasil, ao contrário do que ocorre em vários países, ainda não financiam (ou são utilizados para financiar) atividades de P&D.

Poder de Compra

O poder de compra do Estado como instrumento indutor da competitividade dos fornecedores nacionais de bens e serviços deve ser apoiado, particularmente, no tripé: capacitação tecnológica, qualidade e produtividade, que não devem restringir-se aos resultados dos projetos, mas deverão envolver o próprio projeto e a sua execução, com eficiência. No passado, o poder de compra do governo foi eficazmente utilizado para promover a produção e capacitação tecnológica local. Na atual etapa, deve promover prioritariamente as atividades de P&D no país, bem como a eficiência e a qualidade da produção local.

Trata-se, doravante, de utilizar o poder de compra como indutor de capacitação tecnológica das empresas nacionais, da qualidade dos fornecedores locais, da padronização e normas e do desenvolvimento e qualificação dos fornecedores de peças e componentes. No que se refere ao fornecimento de bens e serviços de engenharia às empresas estatais, deve-se utilizar o poder de compra como indutor da redução de custos e facilitador do acesso ao mercado exterior.

Deve-se ampliar e aperfeiçoar o papel do Estado através da concepção de novos programas mobilizadores de natureza multi-institucional-cooperativa em áreas de interesse estratégico para o desenvolvimento social, ambiental e econômico.

Projetos cooperativos, por outro lado, constituem uma forma de capacitação tecnológica compartilhada, vale dizer, envolvendo várias empresas até a fase pré-competitiva. No caso brasileiro, os projetos cooperativos têm envolvido a participação do setor produtivo privado e estatal, como nos exemplos bastante específicos de tecnologia de soldagem e de ensaios não-destrutivos.

Por outro lado, as políticas públicas que visem a estimular a utilização do poder de compra por parte das empresas privadas no Brasil devem, concomitantemente, estabelecer mecanismos de indução ao investimento genérico em P&D por parte de tais empresas, o que, evidentemente, possui especificidades setoriais. "Projetos de demonstração", como aqueles implantados em países europeus promovendo a articulação das grandes empresas com seus fornecedores e visando o seu desenvolvimento, deveriam ser estimulados.

APERFEIÇOAMENTO DO PROGRAMA DE PRIVATIZAÇÃO

O programa de privatização precisa ser aperfeiçoado e suas condições financeiras revistas, para que possa ser retomado e acelerado em novas bases, considerando os objetivos do desenvolvimento competitivo. É importante considerar que a privatização já realizada praticamente exauriu a lista de empresas não restringidas por condições legais/constitucionais. Apenas duas grandes empresas estatais poderiam ser privatizadas sem mudanças prévias na legislação: a Cia. Vale do Rio Doce e a BR - Petrobrás Distribuidora. No entanto, por serem empresas eficientes e de grande porte e no caso da BR pela sua implicação para o restante do sistema Petrobrás, a privatização não pode ser considerada isoladamente. A continuidade do processo de privatização requer, portanto, a formação de objetivos aceitos e negociados previamente, com amplo apoio social e político. Este processo é complexo na medida em que envolveria importantes áreas de monopólios naturais. A fragilidade dos atuais conselhos e departamentos regulatórios, diante do poderio das respectivas empresas estatais, coloca-nos, portanto, diante do urgente desafio de desenvolver a capacidade pública de regulação e de planejamento nas áreas de monopólio natural, que assegure a integração nacional das infra-estruturas, a racionalidade de longo prazo, o suprimento de bens e serviços a áreas remotas ou de baixa renda, as condições de qualidade e preço.

As seguintes diretrizes devem ser consideradas:

- a) o programa não deve ser encarado como um objetivo em si, mas como um **fator e instrumento da política de desenvolvimento competitivo** e, portanto, deve ser articulado aos investimentos em infra-estruturas e indústrias conexas;
- b) a busca de **configurações competitivas** em cada caso deve levar em consideração: as condições de competição resultantes do processo, bem como o perfil e a adequação gerencial dos possíveis futuros controladores.

Do ângulo financeiro, a privatização também deve ser revista. Até o momento, os ativos produtivos da área estatal foram trocados por dívidas degradadas do setor público, sendo pouco relevante o ingresso de recursos efetivos para o Tesouro.

Apesar de ter contribuído para reduzir uma parcela do endividamento global do setor público e de ter auxiliado o saneamento dos ativos dos bancos públicos (especialmente do BNDES), a privatização deve, doravante, considerar novas possibilidades:

- na privatização de empresas de elevada rentabilidade, o pagamento em *cash* deve ser maximizado;
- diante da virtual exaustão do atual estoque de "moedas de privatização", é conveniente ampliá-lo com a inclusão de novas formas da dívida, especialmente da área social. Dívidas e obrigações do FGTS, INSS, FCVS podem ser securitizadas ou transformadas em quotas de fundo social que permita a participação coletiva ou individualizada dos trabalhadores no

processo de privatização, permitindo que estes possam se beneficiar dos ganhos de valorização das ações;

- modelos alternativos de venda necessitam ser desenvolvidos, tendo em vista os novos objetivos, visando maximizar as receitas ou induzir resultados que levem a configurações competitivas pós-privatização.

Outro ponto de grande importância é o da participação dos Estados e Municípios no processo. Os Estados economicamente mais poderosos (São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro) e também os de peso intermediário, assim como as prefeituras das grandes capitais, detêm uma extensa lista de empresas estatais que devem ser objeto de privatização. Estudos devem ser imediatamente efetuados para esse fim.

Sob o critério geral de que o processo de privatização deva contribuir para alavancar novos investimentos e auxiliar o desenvolvimento competitivo da economia (e, particularmente, da indústria brasileira), alguns pontos devem ser destacados, a partir das Notas Técnicas do ECIB:

- participação do setor privado na geração e distribuição de energia elétrica, evitando-se que esta resulte no partilhamento indiscriminado do sistema e na perda de otimização do planejamento;

- participação privada nas telecomunicações, em parceria com o setor público, em esforços conjuntos de desenvolvimento tecnológico e no fornecimento de novos serviços de telecomunicações. As empresas públicas deverão participar também do fornecimento de serviços de alto valor, de modo a atingir rentabilidade que permita sustentar a ampliação e atualização indispensáveis da rede de serviços básicos;

- necessidade de sintonizar a privatização com estratégias de longo prazo de desenvolvimento competitivo dos respectivos setores (por exemplo, importância de reestruturar a petroquímica e as relações entre esta e a Petrobrás, importância da sintonia entre privatização e competitividade nas telecomunicações).

vis a inflação corrente). Este comportamento aceleracionista, respaldado em forte poder de mercado, na vigência de mecanismos de indexação (quase perfeita) das rendas financeiras e da indexação (imperfeita) dos salários, tornou-se mais intenso após o fracasso do Plano Cruzado, especialmente nos momentos de expectativa de intervenções diretas sobre o processo inflacionário (choques, congelamentos). A renitência e a recorrência dos surtos de hiperinflação dispensam demonstração;

b) O ajuste defensivo, primordialmente financeiro e de defesa das margens de lucro, colocou em segundo plano novos investimentos em unidades fabris e reiterou a debilidade tecnológica já presente nas estruturas empresariais em razão das características históricas do processo retardatário de industrialização. Distorceu também as estratégias empresariais, dirigidas que foram, precipuamente, para a defesa do patrimônio, ainda que isto significasse rigidez ou inapetência para uma diversificação criativa que viesse englobar novas

atividades/tecnologias emergentes, porém com riscos elevados. A lógica dominante de proteção patrimonial implicou, em geral, estratégias conservadoras de diversificação caracterizadas pela busca de "bons negócios", seguros, com aquisição de empresas sólidas, comprovadamente capazes de sustentar sua rentabilidade no cenário de incerteza. É relevante, contudo, ressaltar as tentativas de alguns grupos (industriais e financeiros) de articular estratégias modernas e ousadas de entrada em setores de tecnologia de ponta, tendo como pivô a microeletrônica e/ou outras novas tecnologias. Essas tentativas, que datam de meados dos anos 80, foram sendo abandonadas em face da persistência da crise e, no início dos anos 90, pela opção econômica de cunho neoliberal.

AVANÇAR EM DIREÇÃO À GESTÃO COMPETITIVA

A adoção das técnicas inovadoras avançadas de organização da produção e de gestão empresarial não é nada trivial num país como o Brasil, onde o nível médio de qualificação da força de trabalho é reconhecidamente baixo e onde ainda prevalece uma cultura patronal-autoritária, avessa à participação e à descentralização de atribuições. Entretanto, desde meados dos anos 80, em um processo iniciado por empresas líderes setoriais vem se difundindo a percepção da relevância das inovações organizacionais e das novas técnicas de automação flexível para o aumento da produtividade. A experiência destas empresas demonstrou as dificuldades de modificar as velhas formas de gestão, em face de: a) resistência dos estamentos intermediários (que desaparecem ou perdem *status* à medida que cresce a participação dos operários do rés-de-fábrica); b) despreparo da força de trabalho; c) dificuldade de estabelecer relações cooperativas com fornecedores dada a precariedade do tecido industrial de suporte e suprimento de insumos, partes e peças.

Não obstante, o processo de ajuste produtivo vem evoluindo rapidamente nos anos mais recentes. Progressos significativos vêm sendo consistentemente obtidos por um crescente número de empresas, sinalizando o caminho para centenas de outras, concorrentes ou fornecedoras. A maioria das firmas brasileiras ainda permanece, contudo, ignorante ou resistente à introdução destas inovações. Para evitar a fixação de um novo "dualismo" entre as novas estruturas competitivas líderes e o restante das empresas, é fundamental acelerar a difusão dos métodos inovadores de gestão competitiva como visto na Parte II do presente relatório. Com efeito, considerando os números médios da pesquisa de campo, os ganhos potenciais de qualidade e de produtividade que poderão advir de uma rápida difusão das inovações organizacionais/gerenciais no sistema empresarial brasileiro são muito expressivos.

Em primeiro lugar, essas inovações de gestão e organização significam **melhorias contínuas**, que produzirão resultados significativos e não são onerosas para implantar. Em segundo lugar, exigem a participação ampla da força de trabalho, num processo de engajamento ativo e consciente, que deve ser motivado pela alta administração, que precisa valorizar idéias novas, sugestões e identificação de problemas a resolver. Em terceiro

lugar, viabilizam a implantação de rigorosíssimos padrões de tolerância, facilitando a criação de procedimentos abrangentes de implementação de qualidade na produção, desenho, comercialização, etc. - desde a matéria-prima até o serviço prestado ao consumidor final.

O efeito é de aumento contínuo e incremental da eficiência (produtividade do trabalho, economia de materiais, economia de energia, nível zero de defeitos/rejeitos, redução dos tempos ociosos dos equipamentos, redução dos níveis de estoques), resultando em ganhos cumulativos de produtividade. Práticas do tipo CCQ, *just-in-time*, MRP, controle estatístico de processos, controle total de qualidade, representam as ferramentas desse novo estilo gerencial que maximiza, disciplinadamente, a cooperação e a participação dentro da empresa e entre esta e seus fornecedores e distribuidores/consumidores.

Do ponto de vista gerencial, os desafios são complexos. É necessário estimular a comunicação horizontal sem, entretanto, gerar confusão e diluição de responsabilidades; é indispensável reduzir os níveis hierárquicos sem, contudo, permitir que as linhas essenciais de comando sofram solução de continuidade. A descentralização de responsabilidades deve corresponder à inteligência distribuída em vários planos e setores; a centralização dos controles e o monitoramento dos desempenhos devem cingir-se às atividades ou às variáveis-chave para a eficiência do conjunto, confiando-se na auto-avaliação e no autocontrole pela própria força de trabalho. A introdução dos sistemas organizacionais modernos exige, assim, elevada capacidade gerencial de **coordenação** e de comunicação.

Na dimensão vertical, as técnicas de *just-in-time* ou de produção enxuta requerem coordenação ágil e flexível através da formação de redes de suporte, envolvendo muitos fornecedores - especialmente pequenas e médias empresas. A capacidade de reagir com rapidez às preferências (às vezes volúveis) dos mercados ou às necessidades emergentes dos usuários requer a formação de *marketing*, sensíveis e permeáveis, e exige uma fácil comunicação destas preferências/necessidades para o desenho de produtos, engenharia e produção. Os clientes precisam ser encarados como a melhor fonte para orientar o desenvolvimento de produtos. Os fornecedores, por sua vez, devem se tornar parceiros para as inovações e aliados na obtenção de padrões absolutos de qualidade, pontualidade e redução dos prazos de entrega. Estas novas relações com fornecedores e com clientes modificam o conteúdo das funções gerenciais tradicionais: o *marketing* deixa de ser, apenas, uma técnica de conquista de mercados e passa também a participar no processo de inovação, captando preferências e traduzindo-as em novas características dos produtos desejados pelos usuários/consumidores; o departamento de compras deixa de funcionar como um "minimizador de custos" a curto prazo e evolui de uma posição de antagonismo os fornecedores (onde o preço mais baixo é o único critério de compra) para uma atitude cooperativa e estimulante da rede de supridores, baseada na confiança, na busca de índices superiores de qualidade e na contínua e sustentada redução dos custos.

A dificuldade de estender a prática das inovações organizacionais para os fornecedores, aliada à falta de confiança nestes (ou, pior, à relação de conflito verificada em vários casos), tem restringido a introdução do *just-in-time* apenas às operações **internas** das empresas. Vários estudos setoriais do ECIB demonstraram o estágio ainda incipiente, com relação à plena adoção das técnicas de *just-in-time*, da indústria brasileira.

Os obstáculos já mencionados à rápida difusão das inovações de gestão não devem ser subestimados, particularmente quando se pensa no amplo conjunto de pequenas e médias empresas. Em vários setores, será indispensável empreender programas de "extensão industrial" em larga escala (na Parte II, estas propostas foram desenvolvidas) visando acelerar a mudança cultural, educacional e social **dentro** das empresas.

A pertinência de efetuar-se no Brasil um grande esforço de modernização da empresa privada é inequívoca. O **custo** de introdução dessas inovações organizacionais é reduzido - pois não se requer inversões em novos equipamentos. Além disso, sua adoção é o preâmbulo seguro para a consecução de avanços posteriores em matéria de automação computadorizada. As experiências bem-sucedidas mostram que a participação dos trabalhadores é essencial desde o início: devem sugerir formas alternativas para o *lay-out*, para a forma de organizar as tarefas e para o uso mais eficiente dos equipamentos e processos.

Nada substitui, contudo, o papel de iniciativa e de liderança da alta gestão, razão pela qual a **qualidade** desta se constitui em fator crítico para a competitividade empresarial. **Cabe à alta gestão a tarefa de compatibilizar as oportunidades/constrangimentos externos à empresa com as potencialidades/limitações internas visando obter melhores resultados que seus concorrentes de uma maneira sustentável ao longo do tempo.** É da competição entre rivais bem gerenciados - do chão-de-fábrica à formulação das estratégias de produção e mercados - que se origina e se desenvolve a competitividade da indústria.

UM CAMINHO REALISTA DE TRANSFORMAÇÃO

A não solução da crise econômica brasileira tende a agravar as defasagens da estrutura empresarial. À medida que o tempo passa e as transformações não avançam, a magnitude do esforço privado e o grau de profundidade das reformas necessárias tornam-se cada vez maiores.

Considerando que as reformas econômicas e institucionais necessárias para estabilizar a moeda e construir um padrão sólido de financiamento para o Estado requerem de 2 a 3 anos para serem implantadas, é conveniente imaginar um caminho realista de transformação, dado que o sistema empresarial brasileiro não pode continuar sob estratégias meramente "defensivas" sem correr riscos crescentes de envelhecimento e de enfraquecimento competitivo.

A estabilização da inflação e a recomposição de um horizonte de investimentos decerto provocarão uma onda de acumulação produtiva com absorção de inovações. Ainda assim, a inadequação e o atraso do sistema empresarial brasileiro (em termos de grau de centralização do capital, perfil de atividades, defasagem organizacional, etc.) recomendariam a implementação de reformas modernizadoras, particularmente no plano financeiro, para induzir uma transformação mais rápida. As recomendações assinaladas adiante procuraram ser deliberadamente realistas, e se baseiam nos estudos setoriais do ECIB, que sublinham a urgência de se reverter os ajustes puramente defensivos em direção a estratégias ativas de reorganização e de reestruturação empresarial nas linhas seguintes:

1) Elevar de modo gradual e sustentado a capacitação em

Em um ambiente crescentemente marcado por intensa transformação tecnológica, acirramento da concorrência e consumidores exigentes, a sobrevivência das empresas depende, fundamentalmente, de sua capacitação em inovação: desenvolver, adquirir, absorver e difundir tecnologias de produtos e processos pertinentes à sua atividade econômica. O setor privado deve aumentar seu dispêndio em P&D e buscar realizá-lo em parceria com outros atores. No contexto brasileiro, isto implicará introjetar na alta gestão a necessidade de utilizar o instrumento "inovação" na competição. Esta é uma tarefa para os empresários conscientes, instituições de formação empresarial, associações de classe (inclusive de trabalhadores) e programas mobilizadores como o PACTI. As áreas focais identificadas pelo ECIB (ver Capítulo 5 da Parte III) constituem, neste sentido, áreas promissoras para a montagem de uma capacitação em inovação no país. Além dos setores difusores de progresso técnico, é especialmente importante que empresas dos setores com capacidade competitiva adotem estratégias de inovação que permitam o *upgrading* de produtos e a dinamização de suas vantagens competitivas.

2) Aprofundar e difundir as inovações organizacionais. Como foi explicitado anteriormente, as inovações organizacionais de processos de produção e de gestão são pouco onerosas e constituem base segura para a implantação posterior de equipamentos avançados de automação computadorizada. Nada mais adequado do que iniciar por elas, na atual conjuntura ainda caracterizada pela falta de horizontes firmes de investimento. Empresas líderes devem esforçar-se para que seus fornecedores, coligadas e usuários também adotem estas inovações, assim como devem perseverar no esforço interno de adoção das novas técnicas, conscientes de que traços arraigados de uma cultura autoritária não se transmutam, da noite para o dia, em participação e cooperação. Exemplos de outros países mostram que empresas pioneiras levaram pelo menos 5 anos para mudar satisfatoriamente suas estruturas. Estas recomendações são especialmente relevantes para as empresas dos setores com deficiências competitivas.

3) Mudar qualitativamente a relação com fornecedores. A busca de cooperação com fornecedores tende a ser mutuamente proveitosa. A formação de "redes" de suprimento, baseadas ou não em contratos de longo prazo, com apoio técnico e com controle abrangente de qualidade, reduz a instabilidade da

demanda para os fornecedores e permite aos produtores a plena utilização das técnicas modernas. Este ponto é particularmente relevante para os setores que produzem em grande escala com processos intensivos em montagem final. É relevante ressaltar que a difusão das redes de interligação com fornecedores requer o suporte de serviços modernos de telecomunicações, intensivos em *on-line*.

4) **Interagir com usuários e consumidores.** A interação com usuários é fundamental para reduzir o tempo dispendido na adaptação de produtos às exigências de mercado, necessidades e preferências dos consumidores. A concepção de produtos de uso fácil e prático pode ser uma forma inteligente de afirmar marcas comerciais. De outro lado, a interação produtor-usuário oferece ao primeiro a oportunidade de treinar, induzir e informar a respeito das características dos bens e serviços oferecidos. Uma relação cooperativa e amistosa com os usuários é o melhor caminho para reforçar a imagem da empresa e obter a "lealdade" do consumidor. Tanto a "descomoditização" dos produtos dos setores com capacidade competitiva como o desenvolvimento de equipamentos adequados aos clientes requerem esforços de ampliar a interação produtor/usuário por parte das empresas.

5) **Buscar sinergia interna nas estratégias de** . A diversificação ou conglomeração (pela aquisição ou fusão de empresas) deve priorizar também a busca de sinergias potenciais. A absorção de um "bom negócio" não deve ser encarada apenas do ângulo patrimonial, mas deve contribuir para reforçar as vantagens competitivas das atividades existentes. Esta recomendação é particularmente valiosa para os grupos econômicos que atuam em setores cujo desempenho foi positivo nos anos 80. O reforço de suas vantagens competitivas nos anos 90 pode recomendar a integração com produtores de máquinas e equipamentos (inclusive automação), componentes, materiais ou serviços, relacionados com a cadeia industrial onde o grupo esteja inserido. Ou, em certos casos, na integração "para frente", penetrando nas cadeias de distribuição para poder sofisticar produtos, agregando-lhes valor e grau de diferenciação.

A idéia de que determinados pontos fracos possam ser superados ou de que a absorção/criação de certas atividades complementares possam alavancar a eficiência do conjunto das atividades do grupo empresarial deve ser explorada na fixação de novas estratégias de diversificação. As instituições oficiais de crédito (BNDES, Banco do Brasil) devem priorizar este tipo de estratégias. Atenção especial deve ser dada às diversificações/integrações que envolvam atividades industriais do complexo eletrônico, de forma a promover o uso de novos instrumentos de controle de processo, automação da manufatura, CAD e para o desenvolvimento de sistemas apropriados de *software* e engenharia.

O objetivo não deve ser o de transformar a estrutura e o tamanho dos grupos empresariais da noite para o dia mas, sim, o de caminhar por etapas, modificando as suas funções-objetivo, iniciando-se pela captura das sinergias mais diretas e evidentes, dentro das possibilidades financeiras concretas.

6) **Capturar sinergias através de alianças e de acordos de**. A impossibilidade de capturar sinergias para dentro dos grupos empresariais (por restrições de capital ou de financiamento) ou pelas limitações naturais das empresas independentes de médio e pequeno porte, através do controle acionário, não deve inibir a busca de benefícios mútuos através de **mecanismos de cooperação**. A organização de redes estáveis de fornecedores e a formação de "consórcios" ou alianças entre empresas com perfis de especialização complementares vêm sendo praticadas com grande sucesso, entre parceiros independentes, no Norte da Itália e no Sul da Alemanha. As configurações organizacionais da cooperação podem ser bastante diferentes - o essencial é a captura de complementaridades, a soma de competências e sinergias. Estas formas de cooperação visam combinar: a) produção em grande escala com flexibilidade e resposta rápida; b) especializações com perfis diferentes, redundando em ganhos de escopo para os participantes; c) aproximação e aprendizado mútuo entre usuário e produtor, etc.

Nada impede, em princípio, a prática e o avanço do *networking* cooperativo entre empresas. A questão será a de identificar - como os estudos setoriais do ECIB procuraram fazer - as formas específicas e as oportunidades concretas para tal nas

7) **Avançar na organização de novas bases financeiras e na parceria entre banco-indústria**. Apesar dos obstáculos ao desdobramento das funções financeiras típicas, especialmente das operações de crédito de longo prazo, existem brechas e linhas de menor resistência, que devem ser exploradas. Em primeiro lugar, os grandes grupos empresariais que organizaram braços financeiros próprios (corretoras e bancos de investimento) como forma de apoio a atividades conexas ou, principalmente, como mecanismo de preservação patrimonial devem repensar o sentido destas atividades. Mais além das funções que cumprem hoje, estes braços financeiros devem ser encarregados de articular novos meios e formas de capitalização direta (via lançamento de *commercial papers*, debêntures, ações) nos mercados doméstico e estrangeiro para dar apoio às novas estratégias. A parceria com bancos de grande porte, para a realização de operações de maior envergadura, deve ser estimulada pela política financeira do governo (conforme Capítulo 5 da Parte I deste relatório).

As empresas independentes de médio porte que não possuem envergadura suficiente para organizar entidades financeiras próprias devem aproximar-se de bancos de investimento (ou de bancos múltiplos) de pequeno e médio porte, estabelecendo parcerias estáveis.

De outro lado, os grandes bancos e grupos financeiros devem ser estimulados a estruturar operações industriais próprias ou a aprofundar o engajamento já existente em atividades industriais (notadamente na área do complexo eletrônico). Os novos instrumentos financeiros de capitalização empresarial devem ser apoiados pelos bancos (*commercial papers*, debêntures especiais, *underwriting* de ações) com o objetivo de ampliar o suporte às mencionadas estratégias de modernização. O governo, através do

BNDES, deve reduzir os riscos destes papéis, especialmente os de longo prazo, assegurando-lhes redesconto sob condições.

O sentido geral do movimento aqui proposto é o de reaproximação entre banco e indústria, estabelecendo-se entre eles nexos solidários de parceria ou de propriedade. A capitalização através de lançamentos acionários pode ser acompanhada, na proporção desejada, por dívida adicional (bancária ou não-bancária) por meio de novos instrumentos financeiros flexíveis e repactuáveis. Este parece ser um caminho realista (embora com limitações) para promover investimentos e iniciativas modernizantes, sem se recorrer à utilização do crédito convencional de longo prazo. O desenvolvimento desta poderosa alavanca de suporte à acumulação capitalista dependerá da execução de uma política creditícia e financeira no contexto de uma economia estabilizada. É irresistível, neste ponto, deixar de sublinhar o papel que o crédito de longo prazo, com taxas de juros reduzidas e compatíveis, poderia desempenhar como vigoroso fator indutivo de uma significativa reestruturação do sistema empresarial brasileiro, ainda na segunda metade dos anos 90.

5. ESTRATÉGIAS DE COMPETITIVIDADE PARA OS SETORES DA INDÚSTRIA

REATIVAÇÃO DO MERCADO INTERNO: ALAVANCA PARA A COMPETITIVIDADE

Na indústria da atualidade, os fundamentos da competitividade estão apoiados no estímulo representado pela existência de mercados dinâmicos e exigentes, na conformação de configurações industriais em que as empresas estejam habilitadas a praticar as estratégias competitivas requeridas pelos padrões de concorrência vigentes em cada mercado e na manutenção de um ambiente concorrencial de forte rivalidade, que induza permanentemente as empresas a assumirem condutas pró-competitivas.

A principal vantagem competitiva da indústria brasileira é o tamanho de seu mercado interno, um dos maiores do mundo. O potencial deste mercado seria ainda maior se não enfrentasse as restrições decorrentes da crescente desigualdade na distribuição da renda e marginalização de parcela significativa da população do consumo dos bens industriais. A disparidade nos níveis de renda e consumo da população também dá margem a uma elevada heterogeneidade de capacitações competitivas na indústria brasileira.

Se o tamanho do mercado é um fator positivo, o baixo dinamismo apresentado na última década pode ser considerado um dos maiores obstáculos à competitividade da indústria no momento atual. A grande maioria dos setores industriais enfrentou e vem enfrentando estagnação do mercado, o que se traduz em ociosidade de equipamentos e baixos níveis de investimentos. A retração do mercado chega a colocar em risco a sobrevivência de alguns setores, como o de bens de capital.

Como foi ressaltado na Parte III do presente relatório, os ajustes recentemente empreendidos vêm aumentando a eficiência e a qualidade industrial, embora não tenha ocorrido renovação e atualização do parque industrial que significasse um salto qualitativo do ponto de vista da competitividade. Ao contrário, a natureza defensiva do ajuste praticado pela maior parte da indústria - 72% das empresas apontou a retração do mercado interno como principal elemento considerado na formulação das estratégias adotadas - traduziu-se no "enxugamento" da produção, com o abandono de linhas de produtos de maior nível tecnológico em favor de produtos mais padronizados. Em alguns setores, reduziu-se consideravelmente o grau de agregação local, substituindo-se o suprimento de partes, peças e componentes por bens importados. Esse processo de *downgrading* da produção, oposto à tendência internacional, vem provocando significativo descolamento da estrutura industrial nacional em relação aos segmentos mais dinâmicos na pauta de consumo dos países industrializados e no comércio internacional.

Com relação ao comportamento das exportações, é inegável o avanço da competitividade de alguns setores e de um certo número de empresas líderes. Entretanto, é preocupante que as exportações dos setores de melhor desempenho estejam concentradas em *commodities*, cujos mercados apresentam tendência a um baixo dinamismo, excesso estrutural de oferta e dura concorrência de preços. A falta de dinamismo do mercado interno, de outro lado, dificulta as possibilidades de sofisticação dos produtos, limita as escalas de produção e reduz a capacidade de capitalização das empresas.

Reversamente, a perspectiva de reativação sustentada do mercado interno propiciaria a multiplicação das oportunidades de desenvolvimento competitivo da indústria brasileira. Mantida a sinalização pró-competitividade (taxa de câmbio real, estímulo à competição interna, desenvolvimento do tecido de fornecedores com qualidade, modernização das relações de trabalho), a dinamização do nosso mercado possibilitaria:

- escalas de produção crescentes e mais eficientes;
- mercados mais exigentes e capazes de absorver novos produtos com mais velocidade;
- estímulo à prática de P&D e ao desenvolvimento de novas aplicações, serviços e produtos com marcas e características brasileiras;
- investimentos de ampliação e renovação do parque de máquinas e equipamentos, viabilizando saltos de produtividade e qualidade, com introdução de novos processos;
- *up-grading* das estratégias empresariais (especialmente dos grupos maiores), visando maior conteúdo tecnológico, qualidade, captura de sinergias internas;
- reforço à capitalização e à capacidade de acumulação das empresas, permitindo a ampliação do porte relativo dos grupos brasileiros em face dos desafios da concorrência internacional e facilitando a reaproximação entre banco e indústria.

O ESCOPO DO ECIB E A NATUREZA DAS ESTRATÉGIAS SETORIAIS

Há que se reconhecer a natureza eminentemente política da escolha de prioridades setoriais, em termos de quem serão os beneficiários da ação pública. Não obstante, o processo de escolha e ainda mais o de formulação de políticas requer a identificação dos desafios competitivos específicos a setores industriais e as ações necessárias para sua superação. Em um contexto de crescente pressão da concorrência nos mercados externos e locais, interessa às empresas, aos setores e ao país desenvolver sua capacidade competitiva a partir do estágio de evolução em que se encontram. A identificação de ameaças e oportunidades enfrentadas diferenciadamente pela indústria é a principal contribuição deste projeto.

Os requisitos sistêmicos específicos para a competitividade dos vários setores foram identificados. Isto porque problemas e soluções "horizontais" possuem especificidades setoriais. Em outras palavras, o grau de importância e a influência dos fatores

sistêmicos da competitividade variam fortemente em função do setor e do estágio de desenvolvimento das suas empresas. A relevância destes fatores está relacionada ao padrão de concorrência que as empresas enfrentam em seus mercados e à sua habilidade de "dominá-los" a seu favor.

A análise da indústria (Partes II e III deste relatório), além de examinar os fatores sistêmicos que afetam a competitividade, também investigou os fatores relacionados à estrutura industrial (mercado, configuração da indústria, concorrência) e aqueles internos à empresa (gestão, capacidade inovativa, capacitação produtiva e recursos humanos). Os vários documentos setoriais propõem estratégias, ações e instrumentos e identificam atores relevantes a serem mobilizados para um esforço de desenvolvimento competitivo.

Com relação aos fatores internos à empresa, não se pode desconhecer as grandes assimetrias entre elas. Na maior parte dos setores, há grande heterogeneidade em matéria de gestão, capacitação produtiva e inovacional. Por isso os programas de difusão das novas práticas de qualidade e produtividade são indispensáveis e devem ser fortalecidos, mas o quanto possível através de formas e instrumentos adequados às realidades setoriais distintas, o que recomenda, via de regra, a descentralização dessas ações. Recomendações específicas para a difusão e modernização das empresas constam das notas técnicas setoriais do ECIB.

A relevância dos fatores que afetam as estruturas setoriais da indústria, via de regra, implica desafios competitivos diferenciados. Não é por acaso que, em fóruns especializados e agências públicas de vários países, a priorização das políticas industriais está viesada - de modo mais ou menos explícito - para setores a serem privilegiados. A priorização setorial é legítima mas, como tal, a sua escolha deve ser resultado de um processo de natureza eminentemente política, que está fora do escopo deste projeto.

A alternativa perseguida pelo ECIB foi de, em uma primeira fase, detalhar setorialmente os desafios competitivos enfrentados pelas empresas. Em uma segunda fase, por agregação, foram agrupados setores com diagnósticos e proposições similares. Este procedimento explicitou as ameaças e oportunidades comuns, as áreas de fragilidade a serem atacadas por um projeto de desenvolvimento competitivo e as propostas para o seu enfrentamento. Portanto, ao revelar problemáticas comuns, o ECIB está identificando as áreas onde a intervenção pública ou privada pode resultar em benefícios de maior repercussão, bem como apontando os requisitos de coerência interna, dadas as relações interindustriais.

Dessa perspectiva, a indústria brasileira foi dividida em setores com capacidade competitiva, outros com deficiências competitivas e outros destacados não pela sua capacidade mas pela função estratégica que exercem na matriz industrial: gerar e

OS SETORES COM CAPACIDADE COMPETITIVA

Os Setores com Capacidade Competitiva - óleo de soja, café, suco de laranja, petróleo, petroquímica, minério de ferro, siderurgia, alumínio, celulose e papel - apresentam, em geral, níveis elevados de eficiência produtiva e excelente desempenho no comércio externo. Além de se beneficiarem da ampla base de recursos minerais, agrícolas, florestais e energéticos disponível no país, possuem boa capacidade de gestão de processos, escalas técnicas adequadas e elevado grau de atualização tecnológica de processos.

A capacitação competitiva desses setores, entretanto, está concentrada principalmente em *commodities*, produtos padronizados, de baixo valor agregado e que enfrentam excesso de oferta mundial e estagnação de mercados, o que significa preços reduzidos no comércio internacional. A expansão externa também é dificultada pelo processo recente de ampliação das barreiras técnicas ao comércio por parte dos principais mercados. A evolução para mercados mais dinâmicos, através do enobrecimento de produtos e do *upgrading* da pauta de exportações, encontra obstáculos nas deficiências de capacitação em P&D, inclusive agrícola. Em vários desses setores, a despeito de operarem com escalas técnicas adequadas, as empresas brasileiras apresentam grau de integração produtiva, comercial e financeira insuficientes quando comparadas às empresas líderes internacionais.

A proposta básica para os setores com capacidade competitiva é que consolidem e ampliem posições no mercado externo e que dinamizem as vantagens competitivas estáticas que já detêm desenvolvendo produtos e mercados com maior potencial de crescimento e que permitem a obtenção de maiores margens de rentabilidade. A política industrial neste caso deve visar ações bem enfocadas, concentradas sobre os pontos de fragilidade, com reduzido comprometimento de recursos públicos. Não obstante, a ação do Estado faz-se indispensável para alavancar, reduzir riscos, acelerar processos.

A manutenção de superávits no mercado de *commodities* passa a exigir estratégias comerciais mais ativas e a inserção no comércio internacional de produtos de maior valor agregado requer capacitações específicas e substanciais esforços tecnológicos. Em alguns casos, é necessário promover reestruturações industriais ou patrimoniais visando a integração produtiva, aumento do porte empresarial e, quando possível, a internacionalização das empresas brasileiras. As empresas devem buscar estabelecer laços mais sólidos com clientes e desenvolver canais de comercialização para disputar mercados de maior valor agregado.

A política de desenvolvimento competitivo para esses setores requer do Estado atividades de coordenação, visando a indução de configurações industriais que viabilizem a pesquisa e o desenvolvimento de produtos e a expansão externa dos setores através do estímulo à concentração industrial e a integração

intra-empresarial. A política de regulação da concorrência não deve dificultar o processo de conglomeração, devendo concentrar-se no monitoramento das condutas dos oligopólios visando promover a concorrência no mercado interno. É fundamental, ainda, garantir condições sistêmicas favoráveis em termos de câmbio, logística de infra-estrutura e diplomacia econômica.

OS SETORES COM DEFICIÊNCIAS COMPETITIVAS

A maior parte dos Setores com Deficiências Competitivas - abate, laticínios, fertilizantes, automobilística, autopeças, aeronáutica, bens eletrônicos de consumo, têxtil, vestuário, calçados de couro, cimento, cerâmicas de revestimento, plásticos para construção civil, gráfica e móveis de madeira - está voltada apenas para o mercado interno. A instabilidade e degradação do mercado tem inibido investimentos - predominando equipamentos obsoletos e elevados níveis de capacidade ociosa - e restringido a introdução de inovações de produtos.

Apesar da retração do mercado ter induzido estratégias de racionalização da produção e aumento de eficiência em diversas empresas, motivou também a difusão de práticas não-competitivas. Especialmente nos setores dos complexos têxtil, agroindustrial e de materiais de construção, multiplicaram-se estratégias de competição predatória às empresas com maior capacitação através da informalização, com degradação das condições de trabalho e sonegação fiscal e trabalhista, além de reduções de custo pela deterioração da qualidade dos produtos. *Networkings* virtuosos, fontes relevantes da competitividade estrutural desses setores, são muito incipientes no Brasil, tanto no que se relaciona aos esquemas de cooperação horizontal ou vertical entre empresas, quanto à integração da indústria com a infra-estrutura

Um projeto de desenvolvimento competitivo para a indústria brasileira necessariamente deve promover a elevação contínua e generalizada da capacitação produtiva nos setores com deficiências competitivas, até porque são os com maior peso na estrutura industrial do país. No que diz respeito à pauta de produção, propõe-se, para os setores voltados ao mercado interno, que empresas com maior capacitação busquem excelência internacional através da atuação em nichos do mercado interno e expansão para o exterior em segmentos de maior valor adicionado e conteúdo tecnológico. Deve-se procurar maximizar os efeitos de sua operação tanto nas cadeias a montante, através de seus requisitos em relação a insumos, quanto no aumento dos padrões de competitividade em seus mercados de atuação. Para o grande conjunto de empresas com menor capacitação, é fundamental indução e apoio para elevação dos níveis de competitividade. A regulação de normas técnicas deve dificultar a operação abaixo de patamares mínimos de qualidade e eficiência.

. Dada as especificidades das oportunidades e obstáculos à competitividade que caracterizam os diversos segmentos setoriais e regiões, apenas com o fortalecimento da capacidade estadual/local de direcionamento e

implementação das ações pró-competitividade será possível alcançar a adequada convergência entre a política de competitividade e os recursos existentes. Mas, considerando que vários instrumentos poderosos continuarão a pertencer à esfera federal (isto é, tratamento tributário, calibragem das tarifas, políticas e normas regulatórias, condições de crédito e financiamento), coloca-se o desafio de coordenar conjuntos coerentes de ações abrangentes para cada caso, entre esferas de governo, na linha das recomendações das notas técnicas setoriais.

OS SETORES DIFUSORES DE PROGRESSO TÉCNICO

Os Setores Difusores de Progresso Técnico - informática, telecomunicações, automação industrial, *software*, máquinas-ferramenta, equipamentos para energia elétrica, máquinas agrícolas, fármacos, defensivos agrícolas e biotecnologia - foram os mais afetados pela instabilidade da economia brasileira, na medida em que a retração de investimentos amplificou, para esses setores, a retração dos demais mercados. A demanda por bens de capital foi ainda negativamente afetada pela deterioração das finanças públicas, constituindo o Estado importante cliente de diversos segmentos, e pelas condições crescentemente adversas do financiamento de longo prazo no país. Por outro lado, ocorrendo efetivamente o desenvolvimento competitivo da indústria brasileira, o mercado potencial, em tamanho e diversidade, representado pela atualização do parque produtivo nacional abre perspectivas favoráveis ao setor de bens de capital.

Existe no país um nível satisfatório de capacitação produtiva e disponibilidade de recursos humanos qualificados em alguns segmentos, resultantes do aprendizado acumulado por diversas empresas. Há, entretanto, sérias deficiências de articulação, seja na cadeia produtiva, com fornecedores de peças e componentes (destacando-se a debilidade do setor de microeletrônica), seja com clientes, fator fundamental para o desenvolvimento de produtos mais adequados às necessidades específicas dos usuários e indispensável para a elevação da competitividade tanto nos produtores como nos utilizadores de bens de capital. Em diversas empresas, principalmente na área de bens eletromecânicos, a falta de especialização levou à diluição de esforços em linhas muito diferenciadas de produtos e à excessiva verticalização produtiva.

A política de desenvolvimento competitivo da indústria brasileira não será eficaz se não tornar os setores difusores de progresso técnico capazes de contribuir para a modernização do parque industrial. A competitividade estrutural de toda a indústria depende da existência de um forte setor de bens de capital, incluindo a presença de um complexo eletrônico com grau de desenvolvimento compatível com os requisitos de modernização da indústria na atualidade, e da disponibilidade de insumos da química fina e da biotecnologia adequados às especificidades locais.

No complexo eletrônico, os esforços devem ser concentrados nos segmentos de automação bancária e comercial, impressoras, terminais de exibição, integração de sistemas de automação industrial e *softwares* aplicativos. Em telecomunicações, o apoio seletivo deve direcionar-se para o projeto Trópico e seus derivados e *modems*, enquanto na microeletrônica o alvo deve ser o projeto de circuitos integrados. Nas tecnologias básicas ao complexo, deve-se buscar estabelecer projetos cooperados, via consulta com empresas.

Nos bens de capital eletromecânicos, as melhores oportunidades para os produtores locais parecem encontrar-se no segmento de máquinas-ferramenta convencionais, tornos e centros de usinagem a CNC e máquinas especiais. As empresas poderiam atuar como fornecedores de suprimentos, de acessórios e/ou como "integradoras" de sistemas de automação a partir de máquinas padronizadas ou de máquinas especiais.

Na química fina, o desafio é incentivar a produção local, dado o alto grau de internacionalização dos segmentos de fármacos e defensivos, a fragilidade das empresas nacionais e um quadro mundial de intensa mudança tecnológica e empresarial. A estratégia a ser perseguida deve voltar-se, em um primeiro momento, para a viabilização da produção no país de fármacos e defensivos genéricos, situados aquém da fronteira tecnológica internacional mas de conteúdo tecnológico elevado, e para a atuação em nichos de mercado. Para tanto, é necessário reestruturar o Estado para utilizar com coerência o seu poder de compras, normalizar as áreas de alcance social, fiscalizar a qualidade e promover o uso adequado dos produtos. Papel

semelhante deve ser desempenhado pela política agrícola. Apenas em um segundo momento, após os produtores locais terem atingido maiores níveis de capacitação produtiva e tecnológica e desenvolverem algum poder de barganha junto aos detentores internacionais das tecnologias, deve-se partir para estratégias mais inovativas.

Os mesmos princípios de seletividade devem nortear as políticas para as biotecnologias, levando a que se concentre esforços nas áreas relacionadas à agroindústria. Ademais, devem também ter em conta as capacidades de desdobramento das tecnologias e dos mercados no longo prazo. As prioridades definidas devem ser constantemente revisadas em função do caráter incerto dos impactos econômicos da moderna biotecnologia.

A implementação da estratégia de seletividade por segmentos exige políticas convergentes de fomento ao mercado das linhas de produtos selecionadas e de apoio à reestruturação setorial visando uma maior especialização produtiva.

Prioridade em financiamentos, uso do poder de compra preferencial, apoio à P&D, proteção tarifária mais elevada, tratamento tributário e fomento a exportações às linhas de produtos selecionadas necessitam ser competentemente conectados com iniciativas visando o reforço à estrutura patrimonial das empresas, à desverticalização produtiva e ao aumento da

O sucesso dessa estratégia implica forte coordenação dos instrumentos de política utilizados e permanente acompanhamento, condicionando-se sempre a concessão de incentivos a contrapartidas e compromissos das empresas com investimentos e metas de desempenho.

A escolha das linhas de produtos a serem priorizadas deve ser realizada de forma transparente, de comum acordo entre as partes (isto é, Câmaras Setoriais), devendo ser submetida a constantes reavaliações. Como mostra a experiência internacional, há muito de tentativa e erro na formulação das políticas para esses setores. A capacidade de introduzir correções de rumo com flexibilidade e agilidade é indispensável.

ESTRATÉGIAS COMPETITIVAS E INTENSIDADE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

A experiência internacional bem-sucedida aponta para políticas abrangentes de competitividade, articulando a ação sobre os fatores sistêmicos com programas de fomento setorial. Todos os países da OECD, conforme a experiência relatada na Parte I deste relatório, praticam políticas mais ou menos explícitas de priorização de setores e atividades (isto é, P&D, cooperação, exportações) consideradas fundamentais para o desempenho competitivo de suas respectivas indústrias.

A discussão relevante é, portanto, de como devem ser efetuadas e legitimadas as escolhas, qual o grau de atuação das instâncias públicas, qual a divisão de tarefas entre o Estado e o setor privado, quais os mecanismos contemporâneos de indução, regulação e competição. É evidente que existem estilos, escolhas e gradações para a orientação da política de desenvolvimento competitivo e que esta orientação deve resultar de mecanismos democráticos de eleição e referendo.

A posição assumida pelo ECIB - sob orientação de sua Comissão de Supervisão - foi a de produzir um diagnóstico das ameaças e oportunidades com que se defronta a indústria brasileira, apresentando recomendações de política coerentes com o estágio de evolução e com o grau de capacitação competitiva dos diversos setores. Estes foram agrupados pelas suas características e pela natureza das políticas necessárias para a promoção da competitividade, de maneira a indicar rotas consistentes e fundamentadas. É possível e desejável explicitar o grau de envolvimento requerido do Estado nos três casos.

Os setores difusores de progresso técnico são os que exigem maior capacidade de planejamento por parte do Estado. Políticas convergentes de fomento ao mercado e apoio à reestruturação setorial visando a especialização competitiva demandam intensa coordenação de ações e acompanhamento permanente. Exigem transparência nos critérios de seletividade e avaliação contínua do desempenho empresarial frente a metas estabelecidas como contrapartida à concessão de incentivos. O uso do poder de compra público requer grande capacitação técnica, agilidade e flexibilidade para correções de rumo por parte das estruturas de planejamento.

No outro extremo, estão os setores com capacidade competitiva, embora seu desempenho dependa do adequado planejamento e desenvolvimento da infra-estrutura física do país, da política cambial e de uma diplomacia econômica eficaz. Também, para alguns setores, é importante a capacitação pública para regulação e coordenação visando configurações industriais que viabilizem a intensificação da pesquisa e desenvolvimento de produtos e a expansão externa das empresas nacionais, monitorando, simultaneamente, a conduta de oligopólios.

Já para os setores com deficiências competitivas, a heterogeneidade de situações e a dispersão geográfica da produção e do consumo recomendam a descentralização de ações. O apoio à difusão de práticas competitivas, através da constituição de redes horizontais e verticais, promovendo a articulação entre grandes e pequenas empresas, entre outras medidas, requer capacitação das esferas estaduais e municipais do Governo, assim como das instituições de apoio técnico e de formação profissional. Do mesmo modo, atividades de regulação que coibam práticas desleais de concorrência e garantam a defesa do consumidor exigem descentralização de capacitações e coordenação de iniciativas privadas e públicas.

A intensidade do envolvimento do Estado e a fixação de prioridades setoriais, como já foi sublinhado anteriormente, dependem do projeto de desenvolvimento (e de Governo) para o futuro - opção política que deve emanar de um processo democrático de escolha. No entanto, existem condições de coerência e de eficácia que precisarão ser necessariamente observadas, qualquer que seja a orientação fundamental. O acervo de estudos do ECIB constitui uma contribuição, para que a formulação de políticas se baseie em diagnósticos, critérios e recomendações consistentes, que resultaram de um esforço científico de pesquisa e reflexão.

6. EPÍLOGO

A sustentação de uma nova etapa de desenvolvimento competitivo requer o enfrentamento de árduos desafios. Não é tarefa fácil mas é possível e está ao alcance da sociedade brasileira, se os atores sociais relevantes - empresários, trabalhadores, governo - forem capazes de criar um mínimo de coesão política e de cooperação em torno aos objetivos do desenvolvimento competitivo e às reformas indispensáveis para pô-lo em marcha. É dispensável sublinhar a necessidade de suporte político majoritário, democraticamente estabelecido e referendado.

Trata-se de promover a competitividade como objetivo social e nacional e isto implica a criação de condições sistêmicas estimulantes e a promoção de ambientes competitivos virtuosos, marcados pela concorrência e pela inovação, onde prevaleça a distribuição eqüitativa e sistemática dos benefícios entre trabalhadores e empresários - entre parceiros que desejam ser vitoriosos no processo de competição.

Os desafios são duros: a conquista da estabilização com reformas fiscais-financeiras que suportem o deslanche do investimento produtivo; a construção deliberada de condições de eqüidade através da educação e da criação de empregos; a reconstrução do Estado para um novo papel; a reestruturação do sistema empresarial e, finalmente, a implementação de estratégias setoriais de desenvolvimento competitivo para a indústria. Parece uma tarefa ciclópica e impossível, mas o próprio processo de elaboração deste Estudo firmou, em nós, duas sólidas convicções: a de que a união de forças supera os desafios difíceis e a de que o Brasil é viável e vale a pena a aventura.

**ANEXO I: SÍNTESE DA PROPOSTA DO SISTEMA DE
INDICADORES DE COMPETITIVIDADE**

1. INTRODUÇÃO

Os objetivos da proposta do sistema de indicadores da competitividade, que orientaram a elaboração da Nota Técnica do Estudo da Competitividade da Indústria Brasileira (ECIB) que este anexo resume, são de caráter principalmente operacional. Procurou-se apresentar um conjunto de indicadores que permita ao poder público e aos atores sociais envolvidos com a construção do desenvolvimento competitivo compreender de forma adequada o estágio atual e as perspectivas da competitividade na economia brasileira, contribuindo para o equacionamento dos problemas, para o desenho das políticas e para a aferição dos seus resultados.

A proposta beneficiou-se de inúmeros estudos anteriores e, em especial, dos desenvolvidos no âmbito do ECIB. São apresentados os principais estudos e formas de acompanhamento da competitividade existentes internacionalmente, em que é dado destaque aos trabalhos desenvolvidos em diversos organismos governamentais, especialmente nos EUA e no âmbito da OECD. Depois, são apresentados e analisados os principais trabalhos feitos no Brasil sobre competitividade e os seus indicadores.

O trabalho de reunião, seleção e organização sistemática dos indicadores encontrados nos levantamentos internacional e nacional e oriundos das 33 Notas Técnicas Setoriais e 33 Notas Técnicas Temáticas contemplou previamente alguns critérios. Dois são principais: a) relevância e clareza do indicador; b) disponibilidade - imediata ou próxima - de informações. Disto resultou que, em diversos casos, optou-se pela inclusão de indicadores simples, para análise de forma articulada, orgânica, em detrimento de indicadores excessivamente complexos, de construção demorada e possivelmente custosa, além de significado mais difícil de apreender. Reconhece-se que existem - e são apresentados na Nota Técnica - indicadores complexos, resultado de sínteses muito elaboradas e sofisticadas, eventualmente difíceis de produzir e mais ainda de interpretar de forma transparente. Assim, o sistema de acompanhamento renuncia às tentações de adoção de medidas sintéticas e adota a opção por um conjunto abrangente de indicadores, cobrindo as diversas dimensões e níveis do fenômeno da competitividade. Procurou-se preservar a diversidade e riqueza das contribuições e os avanços ocorridos internacionalmente e no Brasil, assim como a contribuição dos consultores e oriundas dos *workshops*.

São apresentados, de forma mais sintética, os indicadores propostos e as suas respectivas fontes, periodicidade de coleta e defasagem de divulgação. Em cada um dos casos, procurou-se corrigir as principais deficiências e distorções existentes. Em nenhum caso, decidiu-se em favor de um sistema de informações ideal. Cada um dos aperfeiçoamentos sugeridos o foi à luz da experiência internacional e levando em conta o necessário realismo, traduzido nas possibilidades de promover o gradual

aperfeiçoamento das diversas instituições. Em diversos casos, a coleta das informações e o eventual cálculo dos indicadores foram remetidos a instituições não-governamentais, por duas razões. Primeiro, pelo fato de que aquelas variáveis básicas que são mais diretamente ligadas às empresas (ou às suas entidades) ou aos trabalhadores (e suas organizações) podem ser produzidas com qualidade diretamente pelos segmentos envolvidos. Neste caso, no entanto, a metodologia deveria ser pública e haver garantia de amplo acesso e acompanhamento por parte de todos os interessados. Em segundo, há o fato de que a competitividade - e a sua promoção - é um processo complexo e que depende das ações das instituições e políticas públicas, mas fundamentalmente das diretrizes empresariais e da participação consciente dos trabalhadores. Por essas razões, a participação direta dos segmentos envolvidos em todas as etapas do processo que subsidia a construção da competitividade parece muito importante.

Finalmente, é apresentada uma proposta de acompanhamento da competitividade e sugestões pontuais sobre o sistema nacional de estatísticas. A proposta contempla três níveis. Os enfoques destes três tipos de análises são complementares, em termos do esforço de compreender e acompanhar a evolução da competitividade, mas diferenciados em termos do tipo de informações e da periodicidade e abrangência com que deveriam ser realizados. Quanto às sugestões pontuais sobre o sistema nacional de estatísticas, elas são direcionadas tanto às entidades do setor público como às não-governamentais, mas que pelo seu caráter cumprem finalidades públicas relevantes e que por isso mesmo deveriam ser aproveitadas e aprimoradas no âmbito deste grande esforço que será alcançar uma adequada compreensão dos fenômenos da competitividade e um progressivo - mas urgente - alcance de um desenvolvimento competitivo.

		Setoriais	Empresariais
Desempenho			
Eficiência			

Capacitação			
-------------	--	--	--

Os indicadores de desempenho caracterizam-se por focalizar as formas em que a competitividade internacional se manifesta, o que remete em geral à participação do agente estudado no mercado nacional e, principalmente, no comércio internacional. Já os indicadores de eficiência e capacitação vinculam-se a fatores explicativos do desempenho econômico de empresas, setores e países. Assim, os indicadores de eficiência relacionam-se com os preços e custos dos bens e serviços comercializados, incluindo a produtividade técnica e econômica no uso dos fatores de produção. De outro lado, os indicadores de capacitação, que definimos num sentido amplo, abrangem os determinantes do sucesso competitivo associados à incorporação de avanços tecnológicos em produtos e processos, aos ganhos cumulativos derivados de formas apropriadas de organização empresarial e de cooperação interfirma e ao nível e composição dos investimentos públicos e privados, incluindo aqueles realizados em "capital humano".

É importante destacar que a ênfase no uso de indicadores de capacitação constitui, mesmo no contexto internacional, um desenvolvimento relativamente recente. Trata-se, além disso, de um reflexo da crescente insatisfação com o potencial explicativo do paradigma predominante na teoria do comércio internacional, que explica a competitividade dos países com base nas suas vantagens comparativas, decorrentes, por sua vez, das suas diferentes dotações de fatores de produção e manifestas nos custos relativos destes últimos. Esta idéia é realçada por Porter (1990:12): "tem havido uma crescente tomada de consciência em relação ao fato de que os supostos em que se baseiam as teorias do comércio internacional, apoiadas nas vantagens comparativas em nível dos fatores, são irrealistas em muitas indústrias".

Como ilustração do fato de que uma nova e mais ampla abordagem da competitividade internacional está se difundindo, pode-se citar um estudo da United States International Trade Commission (1991:F2), em que se afirma que "a competitividade representa um conceito dinâmico que vai além do exame do desempenho comercial de um país em termos de fatores ligados a preços e custos (...) crescentemente outros fatores, como a qualidade dos produtos, os serviços e as inovações de produto são vistas como instrumentos de sucesso industrial nos mercados domésticos e internacionais". No mesmo espírito, convém citar as palavras de Hamid Alavi (1990:12), do Banco Mundial, no sentido de que "a noção de que a competitividade pode ser reduzida a simples considerações de custos e preços relativos, como é feito freqüentemente na literatura, pode ser enganosa".

Na Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OECD), o programa sobre "Tecnologia e Economia" mostrou que "a tecnologia e os outros fenômenos vinculados à inovação, assim como à organização empresarial e ao uso apropriado do capital humano em todas as fases dos processos

produtivos, representam hoje um dos mais importantes pilares da competitividade". O outro " pilar " principal seria dado pelos determinantes associados a preços e custos (OECD, 1992c). Citando novamente Porter (1990:20), "a maior parte das teorias do comércio olham somente para os custos, tratando a qualidade e a diferenciação de produtos em nota de rodapé (...) uma nova teoria deve incorporar uma concepção de concorrência mais rica, que inclua mercados segmentados, diferenciação de produtos, tecnologias diferentes e economias de escala". Estes aspectos, cabe notar, têm sido incorporados, em termos teóricos, nas análises empreendidas na década de 80 pela *Nova Teoria do Comércio Internacional* (Krugman, 1990) e pelos teóricos que abordam o comércio internacional desde a perspectiva da *Economia do Progresso Tecnológico* (Dosi et alii, 1990).

3. ELEMENTOS DA SITUAÇÃO NO BRASIL

A maior preocupação com o conceito de competitividade e, conseqüentemente, com a construção de indicadores para mensurá-la é um fato bastante recente no Brasil, como aliás pode ser também observado no plano internacional. Em um dos trabalhos pioneiros sobre o tema, datado de 1988, a Confederação Nacional da Indústria (CNI, 1988:13) advertia que "a escassa preocupação com competitividade na economia brasileira reflete-se na ausência destes indicadores no sistema nacional de estatística, dificultando a capacidade de se realizar comparações compatíveis

Embora recente, este tema vem sendo tratado de forma exaustiva. Pode observar-se uma preponderância de estudos parciais ou específicos, em detrimento de estudos mais abrangentes e integrados. Haguenuer, que realizou uma resenha bibliográfica nacional bastante abrangente sobre os diversos conceitos e indicadores de competitividade, aponta que "são raras as análises que juntem os diversos aspectos de modo a caracterizar efetivamente a competitividade industrial" (Haguenuer, 1989:20). Este caráter comum aos estudos existentes pode ser atribuído à já comentada dificuldade para se definir o complexo conceito de competitividade. Neste sentido, a definição de indicadores adequados para avaliar a competitividade está diretamente condicionada pela abrangência, profundidade e objetivo com que o tema é tratado.

Inicialmente, o conceito de competitividade aparece na literatura nacional fundamentalmente associado ao desempenho setorial das exportações brasileiras na década de 80. A rigor buscava-se qualificar um fenômeno já em gestação, qual seja, o bom e, para alguns analistas, surpreendente desempenho exportador. Tanto o crescimento das exportações, principalmente quando comparado ao medíocre crescimento do produto industrial, quanto a própria geração de sucessivos e expressivos saldos comerciais foram apontados por estes analistas como indicadores inequívocos de competitividade da indústria brasileira (Castro & Souza, 1985 e 1987; Araújo Jr., 1982 e 1984). Outros autores mais críticos mostraram-se reticentes quanto às possibilidades futuras da constituição de uma pauta estável ou crescente de exportação e da manutenção dos superávits comerciais, principalmente tomando-se como parâmetro a trajetória bem-sucedida no mercado internacional dos NICs asiáticos.

Este debate desdobra-se, basicamente, sobre duas questões. A maior abertura da economia, permitindo ao país seguir uma tendência geral de maior internacionalização simultaneamente à de formação de grandes blocos políticos e econômicos, e os impactos daí decorrentes: maior exposição aos concorrentes externos, a opção, porventura existente, entre uma integração regional ou de *global trader*, a reestruturação produtiva visando um maior grau de especialização da estrutura industrial, etc.

E, sobretudo, existe uma preocupação tanto acadêmica quanto empresarial de avaliar e projetar a capacidade de inserção internacional dos setores industriais brasileiros, em um mercado cada vez mais acirrado e passando por profundas transformações, refletidas em uma nova divisão internacional do trabalho. Estas transformações foram, em grande parte, conseqüência da reestruturação produtiva e das inovações de caráter técnico-organizacionais iniciadas nos países avançados e difundidas em maior ou menor grau aos demais países. A perda de liderança - industrial e tecnológica - dos EUA, principal parceiro comercial do Brasil, em relação a alguns países, como a Alemanha e o Japão; a crise e posterior recuperação econômica da maioria dos países latino-americanos e os conseqüentes efeitos sobre o comércio regional; a crescente participação dos NICs asiáticos e, mais recentemente, da China em mercados e em segmentos industriais em que o Brasil também compete; são alguns dos elementos importantes

Para tanto foram desenvolvidas análises conceituais e empíricas dos indicadores de competitividade no sentido de aprofundar o estudo das estratégias e dos limites observados na inserção internacional da indústria brasileira. Foram realizadas análises mais desagregadas do desempenho exportador, buscando apontar a fragilidade crescente desta inserção, por conta do grau de especialização da pauta (concentrada em produtos menos dinâmicos no mercado internacional), dos mercados de destino, da correlação inversa entre as variações da demanda interna e do desempenho exportador, etc. (Bonelli, 1992; Leal, 1992 e Veiga, 1990 e 1991).

Mais do que a construção e análise dos indicadores do desempenho exportador, há uma tentativa de explicar os determinantes deste desempenho. Foram propostos e construídos indicadores que avaliassem a **eficiência** dos agentes exportadores (empresas, setores e indústrias) e/ou dos produtos exportados em relação aos demais concorrentes (agentes ou produtos), expressa nos preços de venda e nos custos de produção. Entre os indicadores, dois destacam-se como os mais utilizados: a evolução da produtividade geral e setorial da estrutura produtiva e a rentabilidade auferida com as vendas externas.

Algumas instituições públicas, como o IPEA e o IBGE, e privadas, como a FUNCEX e o CNI, vêm construindo sistematicamente estes indicadores ou suas variantes: produtividade física ou monetária da mão-de-obra, relação câmbio/salário, taxa de câmbio real e real efetiva, custo unitário relativo da mão-de-obra, etc.

A incapacidade dos indicadores relacionados a preços de explicarem, por si só, o desempenho exportador brasileiro na década de 80 e, mais, a comparação da experiência brasileira com a de outros países bem-sucedidos, sobretudo os NICs asiáticos, bem como algumas hipóteses acerca da perda de hegemonia norte-americana, têm levado vários autores a incorporarem em suas

, que dizem respeito aos fatores que atuam diretamente ou indiretamente sobre o processo de produção e de comercialização, em diferentes dimensões - tecnológica, ambiental, mercadológica, etc. -, capacitando os agentes econômicos (empresas, setores, indústria ou o país) a produzir com maior eficiência e melhorar o desempenho comercial.

4. OS PRINCIPAIS CRITÉRIOS ADOTADOS

No âmbito do trabalho, propõe-se o maior detalhamento dos indicadores de competitividade, através da consideração das análises e dos indicadores propostos nas Notas Técnicas temáticas e setoriais do ECIB. Desse modo, ao lado das importantes contribuições colhidas na literatura nacional e internacional sobre indicadores de competitividade, é fundamental a incorporação dos indicadores sugeridos nos estudos setoriais desenvolvidos no ECIB, alguns dos quais são de caráter "específico", ou seja, adequados exclusivamente para avaliar a competitividade em um determinado setor.

Resulta desses esforços a proposição de um conjunto de indicadores que serve ao acompanhamento das condições de competitividade da indústria brasileira, bem como à avaliação das estratégias empresariais e das políticas governamentais de fomento. Em outros termos, o Sistema de Acompanhamento deve estar apto a fornecer os subsídios necessários à identificação e à avaliação da evolução da competitividade industrial brasileira.

Entre aquele conjunto de indicadores propostos, muitos deles - identificados na literatura nacional e internacional ou nos estudos temáticos e setoriais - são "novos" no sentido de não terem sido calculados antes pelo Sistema Estatístico Nacional, por agências do Governo ou por associações de empresas/trabalhadores. Em função disso, são detalhados os órgãos, as periodicidades e as defasagens convenientes a estes indicadores. Quanto aos órgãos envolvidos na elaboração do conjunto de indicadores, optou-se, quando possível, pela maior sistematização metodológica, na coleta dos dados e divulgação dos indicadores, o que significa privilegiar o IBGE como principal órgão responsável pela elaboração dos indicadores.

Outra questão importante refere-se aos critérios de seleção dos indicadores propostos. Como já mencionado, existe um número muito elevado de indicadores de competitividade, utilizados ou propostos por vários autores, governos e instituições, com distintos graus de poder explicativo, de dificuldade para sua elaboração, etc. Neste estudo optou-se, **em primeiro lugar**, pelos indicadores que permitissem comparações internacionais, isto é, que fossem compatíveis com estatísticas e indicadores utilizados amplamente em nível mundial (em alguns casos, os indicadores propostos são diretamente comparáveis com indicadores elaborados por outros países, em outros podem ser elaborados a partir de estatísticas de divulgação ampla e periódica). **Segundo**, os indicadores devem ser viáveis economicamente. Dada a abrangência setorial na utilização dos "indicadores genéricos", justifica-se preocupação com os custos envolvidos na elaboração destes. Mesmo em se tratando dos "indicadores específicos", o detalhamento das informações necessárias à construção do indicador não deve torná-lo oneroso demais. **Terceiro**, os indicadores necessariamente devem ser passíveis de divulgação ampla, mas quando referidos à

Quinto, priorizou-se os indicadores simples, acessíveis a não-especialistas, desde que atendido o binômio anterior.

Os indicadores propostos são apresentados agrupados em indicadores de capacitação, eficiência e desempenho. Cada um destes grupos de indicadores é apresentado nas três dimensões da competitividade - sistêmica, setorial e empresarial - para cada um dos setores contemplados neste estudo. Como mencionado anteriormente, um dos critérios de seleção dos indicadores é que eles possam ser divulgados, ou seja, que eles não contenham informações consideradas sigilosas pelas empresas. Com relação à dimensão empresarial da competitividade, os indicadores propostos, em geral, são uma referência para a análise das próprias empresas, passíveis de serem divulgados pelas respectivas entidades empresariais, segundo critérios que atendam à necessidade de sigilo das empresas.

São apresentados ainda indicadores para "setores-ou seja, segmentos da infra-estrutura (transporte, energia e telecomunicações), educação e empresas transnacionais, discutidos nas respectivas notas temáticas, cujas especificidades ensejam um tratamento mais detalhado.

5. A PROPOSTA DO SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO

O acompanhamento da competitividade proposto no âmbito do ECIB tem por principal objetivo fornecer aos órgãos de governo, às entidades empresariais, de trabalhadores e de consumidores e às empresas individuais, principais usuários potenciais do sistema, elementos para a definição de estratégias e para a avaliação da eficácia das medidas de política implementadas. A proposta parte do conjunto de indicadores detalhados na Nota Técnica que priorizam a utilização de informações já coletadas ou passíveis de serem coletadas pelo Sistema Estatístico Nacional, por agências do governo e/ou por entidades empresariais, de trabalhadores ou de consumidores. Trata-se, assim, de organizar a geração e divulgação periódicas dos indicadores obtidos a partir dessas informações, de modo a acompanhar a evolução da competitividade da indústria brasileira.

São apresentadas primeiro informações adicionais sobre o conjunto dos indicadores propostos nos estudos setoriais e temáticos do ECIB. Estas informações dizem respeito à fonte responsável pela geração das informações, bem como à periodicidade e à defasagem já existente (ou desejáveis) na divulgação. A análise dessas informações permite propor, depois, três formas complementares de acompanhamento e de divulgação dos indicadores da competitividade. Finalmente, são formuladas recomendações ao Sistema Estatístico Nacional que visam facilitar a participação de entidades empresariais, de trabalhadores e de consumidores na geração e no acompanhamento de informações que permitam avaliar a evolução da competitividade.

INDICADORES PROPOSTOS: FONTE, PERIODICIDADE E DEFASAGEM

O documento apresenta informações relativas à fonte, periodicidade e defasagem das informações divulgadas, para o conjunto de indicadores propostos (ver Quadro 3 no final deste Anexo). Em linhas gerais, pode-se dizer que grande parte dos indicadores propostos são ou podem ser elaborados a partir de informações geradas por agências oficiais, com periodicidade anual e com defasagem de doze meses nos dados divulgados. Em alguns casos, a periodicidade e a defasagem são inferiores a um ano. Um número também importante de indicadores das dimensões setorial e empresarial requer informações que são ou devem ser geradas por entidades empresariais (ou eventualmente de trabalhadores e consumidores).

Os indicadores de **desempenho sistêmico** podem ser gerados, anualmente e com defasagem de doze meses, pela Secretaria de Comércio Exterior. Alguns indicadores (taxa de crescimento e índices de preço e *quantum* da exportações e importações) podem ser divulgados mensalmente, com defasagem de três meses. Os indicadores de **desempenho setorial de tipo genérico** podem ser gerados pela mesma fonte e com a mesma periodicidade e defasagem. Já os de **tipo específico** (propostos para os setores de minério de

e os de **capacitação empresarial** são gerados predominantemente por associações empresariais.

Em suma:

- o acompanhamento da competitividade com base em indicadores de desempenho sistêmico e de desempenho setorial de tipo genérico (taxa de crescimento e índices de preço e *quantum* da exportações e importações) e de indicadores genéricos de eficiência sistêmica e setorial (preços/rentabilidade e custos) pode ser realizado a partir de informações geradas mensalmente ou semestralmente por agências do governo, com defasagem de três ou seis meses;

- o acompanhamento a partir de indicadores genéricos de desempenho (coeficientes de comércio, *market share* e outros indicadores), eficiência (qualidade e meio ambiente, produtividade) e capacitação (educação e tecnologia, qualidade e meio ambiente, investimentos e capacidade produtiva, condições de financiamento), nos níveis sistêmico, setorial e empresarial, pode ser realizado, a partir de informações geradas de forma anual, principalmente por diversos órgãos do governo e, em alguns casos, por associações empresariais, divulgadas com defasagem de doze meses;

- o acompanhamento dos indicadores de desempenho, eficiência e capacitação específicos para setores individuais deve ser realizado a partir de informações geradas anualmente por entidades empresariais, de trabalhadores ou de consumidores e divulgadas com doze meses de defasagem.

FORMAS DE ACOMPANHAMENTO: INSTITUIÇÕES RESPONSÁVEIS E MEIOS DE

A heterogeneidade das fontes, da periodicidade e da defasagem na divulgação de informações do conjunto de indicadores propostos mostra que o acompanhamento da competitividade da indústria brasileira constitui tarefa complexa que exigirá dos órgãos responsáveis grande esforço de coordenação das iniciativas de agências do governo e de entidades privadas.

A responsabilidade do Estado consiste exatamente em coordenar um esforço cooperativo de geração e divulgação sistemáticas de informações a partir das quais seja possível monitorar a evolução da competitividade. O acompanhamento em si não será responsabilidade exclusiva das agências oficiais. Agentes privados dos mais diversos tipos poderão avaliar por si mesmos a evolução da competitividade da indústria brasileira, a partir das informações divulgadas periodicamente.

O Ministério de Indústria, Comércio e Turismo deve ser responsável pelas iniciativas que estabeleçam progressivamente a cooperação necessária entre as agências do governo e entre estas e as entidades empresariais, de trabalhadores e de consumidores, na geração e divulgação das informações. Os Conselhos da Competitividade constituídos por empresários e por trabalhadores e as Câmaras Setoriais devem ser mobilizados para coordenar a montagem gradual do Sistema de Acompanhamento. No plano técnico - compatibilização da metodologia para coleta das informações e construção dos indicadores -, a coordenação deve ser responsabilidade do IBGE.

O Sistema de Acompanhamento aqui proposto deverá ser implantado progressivamente a partir da implementação e do aprimoramento de três meios complementares de divulgação das informações relevantes, resumidos no Quadro 2. Cada um dos meios de divulgação aqui propostos corresponde às formas de acompanhamento identificadas no item anterior, a partir da análise das fontes, da periodicidade e da defasagem do conjunto de indicadores.

QUADRO 2
SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO DA COMPETITIVIDADE
SINOPSE DOS MEIOS DE ACOMPANHAMENTO E DIVULGAÇÃO

	PERIODICIDADE	OBJETIVO PRINCIPAL	CONGÊNERE INTERNACIONAL	ORGANISMO RESPONSÁVEL
BOLETIM SEMESTRAL DA COMPETITIVIDADE	Semestral	Acompanhamento parcial Divulgar as informações geradas pelas agências	Monthly Statistics of Foreign Trade Main Economic Indicators	Coordenação Institucional: MICT Coordenação Técnica: IBGE
ANUÁRIO DA COMPETITIVIDADE	Anual	Acompanhamento abrangente Inclui capacitação Inclui diagnósticos sumários dos setores industriais	U. S. Industrial Outlook	Coordenação Institucional: MICT Coordenação Técnica: IBGE
ESTUDOS SETORIAIS E/OU TEMÁTICOS	Eventual	Estudos específicos, sobre setores e/ou temas, com vistas ao aprofundamento de questões ou à elaboração de políticas específicas para problemas identificados	Estudos dos realizados, nos EUA, pelos organismos: * International Trade Commission * Office of Technology Assessment * International Trade Administration	Coordenação Institucional: MICT

Boletim Semestral da Competitividade

Este deve tornar acessíveis as informações necessárias para um tipo de acompanhamento parcial, focalizado na evolução do desempenho e da eficiência, semelhante ao que é passível de ser realizado com as informações divulgadas em publicações periódicas da OECD (*Monthly Statistics of Foreign Trade* e *Main Economic Indicators*). O Boletim deve divulgar, a partir das informações geradas por agências oficiais e disponíveis mensal ou semestralmente, os indicadores de desempenho e de eficiência no nível sistêmico e setorial (neste caso trata-se apenas dos indicadores "genéricos"). O número de indicadores e o nível de desagregação (número de setores) poderão ser ampliados progressivamente, partindo dos setores estudados no ECIB.

Anuário da Competitividade

Este deve divulgar informações que permitam realizar um acompanhamento mais abrangente da competitividade, com base num conjunto mais amplo de indicadores sistêmicos e setoriais (genéricos) de desempenho e de eficiência que o disponível no Boletim, e, também, em indicadores de capacitação. Deve divulgar os indicadores que podem ser construídos a partir das informações geradas anualmente, em grande parte, por diversas fontes oficiais. O Anuário poderá incorporar, além dessas informações, diagnósticos sumários sobre cada um dos setores industriais analisados, de forma semelhante ao anuário do Departamento de Comércio dos EUA *U.S. Industry Outlook*.

Estudos Setoriais e/ou Temáticos

Estes estudos, encomendados pelo Ministério da Indústria, Comércio e Turismo, por iniciativa própria ou dos agentes públicos/privados interessados no acompanhamento da competitividade, não são necessariamente periódicos. Devem ter por objetivo realizar diagnóstico mais aprofundado da competitividade de setores/temas selecionados e/ou aprimorar a metodologia para a construção de indicadores setoriais de tipo

Estudos deste tipo são realizados regularmente, nos EUA, pela International Trade Commission-USITC, pela Office of Technology Assessment-OTA e pela International Trade Administration-ITA (do Departamento de Comércio). Na OECD, o Centro de Desenvolvimento e outras agências realizam regularmente

No Sistema de Acompanhamento aqui proposto, estudos deste tipo poderiam ter a utilidade adicional de mobilizar as entidades empresariais, de trabalhadores e de consumidores para que, com apoio técnico do IBGE, passem a realizar coleta sistemática de informações de desempenho, eficiência e capacitação para a avaliação da competitividade. Uma vez geradas essas informações, de forma regular e com metodologia adequada, poderiam ser divulgadas no Anuário da Competitividade.

SUGESTÕES AO SISTEMA ESTATÍSTICO NACIONAL

O IBGE deverá desempenhar papel essencial na implantação do Sistema de Acompanhamento, não apenas como órgão responsável pela geração de número importante de informações, mas também como coordenador técnico do processo descentralizado de geração de informações por agentes privados. Revigorar o IBGE constitui, portanto, tarefa de mais absoluta prioridade para tornar viável a implantação gradual do Sistema aqui proposto.

Algumas recomendações gerais devem ser formuladas para facilitar a interação do Sistema Estatístico Nacional com os outros agentes que deverão participar do Acompanhamento:

- a primeira e principal é que as instituições encarregadas da coleta e divulgação das informações básicas fundamentais tenham cronograma e orçamento plurianuais, de modo a que possam cumprir as suas tarefas básicas que são indispensáveis ao funcionamento regular das pesquisas e também ao acompanhamento da competitividade;

- a segunda é que o necessário sigilo das informações prestadas para as finalidades prescritas na legislação que regulamenta as atividades do IBGE tenha um período de carência, após o qual poderiam, e deveriam, ser abertas;

- a terceira é que as entidades encarregadas da geração de estatísticas desenvolvam um esforço conjunto de compatibilização dos níveis de agregação, periodicidade de coleta e defasagem de divulgação, com que são realizadas as pesquisas;

- a quarta é no sentido de que toda e qualquer instituição de pesquisa estatística torne pública a metodologia empregada em seus trabalhos, no intuito de permitir aferir a sua qualidade e aperfeiçoar os seus procedimentos e os das demais instituições.

² Ver indicadores I1 e I2, capítulo 1 da Nota Técnica "Sistema de Indicadores da Competitividade".

³ Ver indicador I8, capítulo 1 da Nota Técnica "Sistema de Indicadores da Competitividade".

⁴ Ver indicador I9, I10 e I11, capítulo 1 da Nota Técnica "Sistema de Indicadores da Competitividade". Os indicadores I12 a I15, discutidos no capítulo 1, proporcionam uma visão qualitativa do comércio exterior (grau de especialização, potencial de crescimento e importância dos produtos de alta tecnologia), e são construídos a partir dos indicadores I9 a I11, já mencionados.

⁵ Este indicador consiste numa variação do indicador I20, discutido no capítulo 1 da Nota Técnica "Sistema de Indicadores da Competitividade".

<p>3) <i>Market share</i>: valor das exportações brasileiras / exportações mundiais; b) valor das importações brasileiras / importações mundiais</p> <p>4) Índices de preço e de <i>quantum</i> das exportações e importações brasileiras por país/região de destino e de origem</p> <p>5) Minério de Ferro: a) <i>market share</i> em valor / <i>market share</i> em quantidade; b) exportação de pelotas (ton.) / exportação total (ton.)</p> <p>6) Equipamentos de Energia Elétrica: coeficientes de exportação e de importação, por potência/tensão</p>	<p>:</p> <p>1) SECEX</p> <p>2) SECEX</p> <p>3) SECEX</p> <p>4) SECEX</p> <p>5) Entidade Empresarial e SECEX</p> <p>6) Entidade Empresarial e SECEX</p>	<p>- Exportações e Importações:</p> <p>1) Mensal</p> <p>2) Anual</p> <p>3) Anual</p> <p>4) Mensal</p> <p>5) Anual</p> <p>6) Anual</p>	<p>- Exportações e Importações:</p> <p>1) 3 (três) meses</p> <p>2) 12 (doze) meses</p> <p>3) 12 (doze) meses</p> <p>4) 3 (três) meses</p> <p>5) 12 (doze) meses</p> <p>6) 12 (doze) meses</p>
<p>- Outros Indicadores:</p> <p>7) Vantagem comparativa revelada⁶</p> <p>8) Grau de engajamento⁷</p> <p>9) Contribuição ao saldo⁸</p> <p>10) Exportações para a OCDE / exportações totais⁹</p> <p>11) Têxtil: evolução e ocupação das quotas de exportação</p>	<p>- Outros Indicadores:</p> <p>7) SECEX</p> <p>8) SECEX</p> <p>9) SECEX</p> <p>10) SECEX</p> <p>11) Entidade Empresarial</p>	<p>- Outros Indicadores:</p> <p>7) Anual</p> <p>8) Anual</p> <p>9) Anual</p> <p>10) Anual</p> <p>11) Anual</p>	<p>- Outros Indicadores:</p> <p>7) 12 (doze) meses</p> <p>8) 12 (doze) meses</p> <p>9) 12 (doze) meses</p> <p>10) 12 (doze) meses</p> <p>11) 12 (doze) meses</p>

⁶ Ver indicadores I1 e I2, capítulo 1 da Nota Técnica "Sistema de Indicadores da Competitividade".

⁷ Ver indicador I8, capítulo 1 da Nota Técnica "Sistema de Indicadores da Competitividade".

⁸ Ver indicador I9, I10 e I11, capítulo 1 da Nota Técnica "Sistema de Indicadores da Competitividade". Os indicadores I12 a I15, discutidos no capítulo 1, proporcionam uma visão qualitativa do comércio exterior (grau de especialização, potencial de crescimento e importância dos produtos de alta tecnologia), e são construídos a partir dos indicadores I9 a I11, já mencionados.

⁹ Este indicador consiste numa variação do indicador I20, discutido no capítulo 1 da Nota Técnica "Sistema de Indicadores da Competitividade".

QUADRO 3

INDICADORES DE DESEMPENHO			
EMPRESARIAIS	FONTE	PERIODICIDADE	DEFASAGEM
- Exportações e Importações: 1) Coeficientes de exportação e de importação: a) exportações / faturamento; b) importações / faturamento 2) Minério de Ferro: a) <i>market share</i> em valor / <i>market share</i> em quantidade; b) exportação de pelotas (ton.) / exportação total (ton.) 3) Equipamentos de Energia Elétrica: coeficientes de exportação e de importação, por potência/tensão	: 1) Entidade Empresarial 2) Entidade Empresarial 3) Entidade Empresarial	- Exportações e Importações: 1) Anual 2) Anual 3) Anual	- Exportações e Importações: 1) 12 (doze) meses 2) 12 (doze) meses 3) 12 (doze) meses
- Outros Indicadores: 4) <i>Market share</i> doméstico: faturamento empresa / faturamento setor	- Outros Indicadores: 4) Entidade Empresarial	- Outros Indicadores: 4) Anual	- Outros Indicadores: 4) 12 (doze) meses

QUADRO 3

INDICADORES DE EFICIÊNCIA			
SISTÊMICOS	FONTE	PERIODICIDADE	DEFASAGEM
- Preço/Rentabilidade: 1) Taxas de câmbio real e efetiva ¹⁰ 2) Relação câmbio / salário	- Preço/Rentabilidade: 1) SECEX e IPEA 2) SECEX e IPEA	- Preço/Rentabilidade: 1) Mensal 2) Semestral	- Preço/Rentabilidade: 1) 3 (três) meses 2) 6 (seis) meses
- Custos: 3) Evolução dos custos de mão de obra 4) Evolução das tarifas públicas 5) Carga tributária (impostos diretos, indiretos e contribuições sociais) / PIB 6) Evolução do custo, prazo e carência (interno e externo) em financiamentos de longo prazo e em emissão de bônus e debêntures 7) Evolução do custo de capital de giro 8) Evolução do custo de financiamento para gastos em P&D 9) Evolução do custo de financiamento para exportação	- Custos: 3) IBGE 4) IBGE 5) IBGE 6) Banco Central e IBGE 7) Banco Central e IBGE 8) FINEP 9) Banco Central, SECEX e IBGE	- Custos: 3) Semestral 4) Semestral 5) Semestral 6) Semestral 7) Semestral 8) Semestral 9) Semestral	- Custos: 3) 6 (seis) meses 4) 6 (seis) meses 5) 6 (seis) meses 6) 6 (seis) meses 7) 6 (seis) meses 8) 6 (seis) meses 9) 6 (seis) meses
- Qualidade e Meio Ambiente: 10) Indicadores de poluição hídrica, atmosférica e de resíduos	- Qualidade e Meio Ambiente: 10) IBAMA	- Qualidade e Meio Ambiente: 10) Anual	- Qualidade e Meio Ambiente: 10) 12 (doze) meses
- Institucional: 11) Tarifa média (modal e desvio padrão) de importação	- Institucional: 11) SECEX	- Institucional: 11) Anual	- Institucional: 11) 12 (doze) meses

¹⁰ Ver indicadores I24 a I28, capítulo 1 da Nota Técnica "Sistema de Indicadores da Competitividade", e o anexo 2 da referida Nota Técnica.

	- Custos: 3) IBGE 4) IBGE 5) IBGE 6) IBGE	- Custos: 3) Semestral 4) Semestral 5) Semestral 6) Semestral	- Custos: 3) 6 (seis) meses 4) 6 (seis) meses 5) 6 (seis) meses 6) 6 (seis) meses
7) Evolução do custo, prazo e carência (interno e externo) em financiamentos de longo prazo e em emissão de bônus e debêntures	7) Banco Central e IBGE	7) Semestral	7) 6 (seis) meses
8) Evolução do custo de capital de giro	8) Banco Central e IBGE	8) Semestral	8) 6 (seis) meses
9) Evolução do custo de financiamento para gastos em P&D	9) FINEP	9) Semestral	9) 6 (seis) meses
10) Evolução do custo de financiamento para exportação	10) Banco Central, SECEX e IBGE	10) Semestral	10) 6 (seis) meses
11) Extração e Refino de Petróleo: evolução do custo de transporte	11) IBGE	11) Anual	11) 12 (doze) meses
12) Móveis de Madeira: evolução do custo de transporte para o mercado externo	12) IBGE	12) Anual	12) 12 (doze) meses

¹¹ Ver indicadores I24 a I28, capítulo 1 da Nota Técnica "Sistema de Indicadores da Competitividade", e o anexo 2 da referida Nota Técnica.

QUADRO 3

INDICADORES DE EFICIÊNCIA			
SETORIAIS	FONTE	PERIODICIDADE	DEFASAGEM
- Produtividade¹²:	- Produtividade:	- Produtividade:	- Produtividade:
13) Produto físico / pessoal ocupado na produção (nº de horas trabalhadas)	13) IBGE	13) Anual	13) 12 (doze) meses
14) Produto em valor / pessoal ocupado na produção	14) IBGE	14) Anual	14) 12 (doze) meses
15) Laticínios: litros de leite / vaca	15) Ministério da Agricultura e Secretarias Estaduais da Agricultura	15) Anual	15) 12 (doze) meses
16) Óleos Vegetais: produto físico / área colhida	16) Ministério da Agricultura e Secretarias Estaduais da Agricultura	16) Anual	16) 12 (doze) meses
17) Carnes: a) bovinos - taxa de desfrute, idade do primeiro parto e intervalo entre partos, idade de abate; b) suínos e aves - taxa de conversão e tempo de crescimento; c) bovinos, suínos e aves - taxas de natalidade e mortalidade	17) Ministério da Agricultura e Secretarias Estaduais da Agricultura	17) Anual	17) 12 (doze) meses
18) Extração e Refino de Petróleo: a) consumo energético na refinaria; b) fator de recuperação; c) perdas de gás natural	18) Entidade Empresarial	18) Anual	18) 12 (doze) meses
19) Petroquímica: a) índices técnicos de conversão de matérias primas; b) consumo de energia / produto físico	19) Entidade Empresarial	19) Anual	19) 12 (doze) meses
20) Siderurgia: a) sequenciamento do lingotamento contínuo (nº de corridas / nº de paradas); b) rendimento coque alto-forno (sínter alto-forno) / coque bruto (sínter produto); c) <i>fuel rate</i> (kg. óleo combustível + coque / ton. ferro-gusa); d) tempo de corrida por minuto (<i>tap to tap</i>); e) consumo de energia / produto físico	20) Entidade Empresarial	20) Anual	20) 12 (doze) meses
21) Minério de Ferro: a) transporte ferroviário - tráfego (em TKU) / empregado-ano; b) eficiência energética no transporte ferroviário - tráfego (em TKU) / ton. combustível; c) consumo de energia na pelotização (consumo de energia elétrica ou térmica / produção	21) Entidade Empresarial	21) Anual	21) 12 (doze) meses
22) Metalurgia dos Não-ferrosos: a) coeficientes técnicos de consumo de insumos na redução; b) produto físico / forno	22) Entidade Empresarial	22) Anual	22) 12 (doze) meses

¹² Ver indicadores I29 e I32, capítulo 1 da Nota Técnica "Sistema de Indicadores da Competitividade". Indicadores de produtividade do capital, de produtividade total e de produtividade multifatorial, como os indicadores I30, I31, I36 e I37 discutidos no capítulo 1, podem revelar mais detalhadamente aspectos importantes da competitividade, porém suas metodologias e

	- Produtividade (continuação):	- Produtividade (continuação):	- Produtividade (continuação):
	23) Entidade Empresarial	23) Anual	23) 12 (doze) meses
	24) Entidade Empresarial	24) Anual	24) 12 (doze) meses
	25) Entidade Empresarial	25) Anual	25) 12 (doze) meses
	26) Entidade Empresarial	26) Anual	26) 12 (doze) meses
27) Bens Eletrônicos de Consumo: a) nº de placas e componentes montados automaticamente / total; b) nº de horas trabalhadas / principal produto	27) Entidade Empresarial	27) Anual	27) 12 (doze) meses
28) Informática: nº de placas e componentes montados automaticamente / total	28) Entidade Empresarial	28) Anual	28) 12 (doze) meses
29) Celulose: a) produtividade física florestal; b) eficiência energética; c) consumo de reagentes químicos / ton. produto; d) recuperação de reagentes químicos; e) valor da produção / ton. produto	29) Entidade Empresarial e IBGE	29) Anual	29) 12 (doze) meses
30) Papel: a) produtividade física florestal; b) eficiência energética; c) utilização de cloro no branqueamento; d) valor da produção / ton. produto	30) Entidade Empresarial e IBGE	30) Anual	30) 12 (doze) meses
31) Cimento: produto físico / consumo físico energia	31) Entidade Empresarial	31) Anual	31) 12 (doze) meses

QUADRO 3

INDICADORES DE EFICIÊNCIA			
SETORIAIS	FONTE	PERIODICIDADE	DEFASAGEM
- Qualidade e Meio Ambiente:	- Qualidade e Meio Ambiente:	- Qualidade e Meio Ambiente:	- Qualidade e Meio Ambiente:
32) Normas técnicas cumpridas pelo setor em relação às normas internacionais e nacionais de qualidade	32) INMETRO	32) Anual	32) 12 (doze) meses
33) Normas técnicas cumpridas pelo setor em relação às normas técnicas internacionais e nacionais de controle ambiental	33) IBAMA	33) Anual	33) 12 (doze) meses
34) Fármacos: a) nº de produtos enquadrados em farmacopéias internacionais / total; b) nº de produtos credenciados junto ao FDA/EUA	34) Entidade Empresarial	34) Anual	34) 12 (doze) meses
35) Metalurgia dos Não-ferrosos: índices de perda e retrabalho	35) Entidade Empresarial	35) Anual	35) 12 (doze) meses
36) Equipamentos de Energia Elétrica: índices de perda e retrabalho	36) Entidade Empresarial	36) Anual	36) 12 (doze) meses
37) Automobilística: nº de defeitos / veículo	37) Entidade Empresarial	37) Anual	37) 12 (doze) meses
38) Autopeças: índices de retrabalho, de perda e de devolução	38) Entidade Empresarial	38) Anual	38) 12 (doze) meses
39) Equipamentos de Telecomunicações: índices de perda e retrabalho	39) Entidade Empresarial	39) Anual	39) 12 (doze) meses
40) Software: taxa de <i>bugs</i> / linhas (1000) de código	40) Entidade Empresarial	40) Anual	40) 12 (doze) meses
41) Bens Eletrônicos de Consumo: índice de rejeição e retrabalho de placas montadas e produto final	41) Entidade Empresarial	41) Anual	41) 12 (doze) meses
42) Informática: <i>yields</i> (taxa de não-defeito) para placas montadas e produto final	42) Entidade Empresarial	42) Anual	42) 12 (doze) meses
43) Automação Industrial: índice de rejeição	43) Entidade Empresarial	43) Anual	43) 12 (doze) meses
44) Calçados: índices de defeito, retrabalho e devolução	44) Entidade Empresarial	44) Anual	44) 12 (doze) meses
45) Vestuário: índices de defeito, retrabalho e devolução	45) Entidade Empresarial	45) Anual	45) 12 (doze) meses
46) Têxtil: índices de defeito, retrabalho e devolução	46) Entidade Empresarial	46) Anual	46) 12 (doze) meses
47) Cimento: índices de rejeição, retrabalho e devolução	47) Entidade Empresarial	47) Anual	47) 12 (doze) meses
48) Móveis de Madeira: índices de rejeição, retrabalho e devolução	48) Entidade Empresarial	48) Anual	48) 12 (doze) meses

QUADRO 3

INDICADORES DE EFICIÊNCIA			
SETORIAIS	FONTE	PERIODICIDADE	DEFASAGEM
- Institucional: 49) Tarifas nominal e efetiva de importação ¹³	- Institucional: 49) SECEX e IBGE	- Institucional: 49) Anual	- Institucional: 49) 12 (doze) meses
- Outros: 50) Laticínios: nº de cabeças (pecuária de corte, leiteira e mista) / total 51) Carnes: taxas de confinamento, inseminação artificial e transferência de embriões 52) Petroquímica: grau de utilização da capacidade produtiva 53) Metalurgia dos Não-ferrosos: consumo físico de energia gerada internamente / consumo físico total de energia 54) Equipamentos de Energia Elétrica: a) grau de utilização da capacidade produtiva; b) pessoal ocupado na produção / pessoal total 55) Automobilística: idade dos modelos em fabricação 56) Aeronáutica: idade dos modelos em fabricação 57) Cimento: grau de utilização da capacidade produtiva	- Outros: 50) Ministério da Agricultura e Secretarias Estaduais da Agricultura 51) Ministério da Agricultura e Secretarias Estaduais da Agricultura 52) Entidade Empresarial 53) Entidade Empresarial 54) Entidade Empresarial 55) Entidade Empresarial 56) Entidade Empresarial 57) Entidade Empresarial	- Outros: 50) Anual 51) Anual 52) Anual 53) Anual 54) Anual 55) Anual 56) Anual 57) Anual	- Outros: 50) 12 (doze) meses 51) 12 (doze) meses 52) 12 (doze) meses 53) 12 (doze) meses 54) 12 (doze) meses 55) 12 (doze) meses 56) 12 (doze) meses 57) 12 (doze) meses

¹³ Ver a Nota Técnica Temática "Política de Comércio Exterior".

QUADRO 3
INDICADORES DE EFICIÊNCIA

EMPRESARIAIS	FONTE	PERIODICIDADE	DEFASAGEM
- Produtividade¹⁴:	- Produtividade:	- Produtividade:	- Produtividade:
1) Produto físico / pessoal ocupado na produção (nº de horas trabalhadas)	1) Entidade Empresarial	1) Anual	1) 12 (doze) meses
2) Produto em valor / pessoal ocupado na produção	2) Entidade Empresarial	2) Anual	2) 12 (doze) meses
3) Extração e Refino de Petróleo: a) consumo energético na refinaria; b) fator de recuperação; c) perdas de gás natural	3) Entidade Empresarial	3) Anual	3) 12 (doze) meses
4) Petroquímica: a) índices técnicos de conversão de matérias primas; b) consumo de energia / produto físico	4) Entidade Empresarial e IBGE	4) Anual	4) 12 (doze) meses
5) Siderurgia: a) sequenciamento do lingotamento contínuo (nº de corridas / nº de paradas); b) rendimento coque alto-forno (sínter alto-forno) / coque bruto (sínter produto); c) <i>fuel rate</i> (kg. óleo combustível + coque / ton. ferro-gusa); d) tempo de corrida por <i>tap to tap</i> ; e) consumo de energia / produto físico	5) Entidade Empresarial	5) Anual	5) 12 (doze) meses
6) Minério de Ferro: a) transporte ferroviário - tráfego (em TKU) / empregado-ano; b) eficiência energética no transporte ferroviário - tráfego (em TKU) / ton. combustível; c) consumo de energia na pelotização (consumo de energia elétrica ou térmica / produção	6) Entidade Empresarial	6) Anual	6) 12 (doze) meses
7) Metalurgia dos Não-ferrosos: a) coeficientes técnicos de consumo de insumos na redução; b) produto físico / forno)	7) Entidade Empresarial	7) Anual	7) 12 (doze) meses
8) Máquinas-ferramenta: a) nº de horas trabalhadas / máquina; b) tornos - distância entre pontos, velocidade de rotação da árvore e diâmetro do barramento; c) fresadoras - curso de mesa, superfície da mesa e velocidade do fuso; d) furadeiras - capacidade de furação, superfície da mesa e velocidade da árvore; e) prensas - força de pressão, curso, superfície da mesa e velocidade da árvore	8) Entidade Empresarial	8) Anual	8) 12 (doze) meses
9) Automobilística: a) nº de unidades produzidas / planta; b) nº de	9) Entidade Empresarial	9) Anual	9) 12 (doze) meses
10) Aeronáutica: a) produto físico (de alta tecnologia e total) / pessoal ocupado na produção; b) produto em valor (de alta tecnologia e total) / pessoal ocupado na produção	10) Entidade Empresarial	10) Anual	10) 12 (doze) meses

¹⁴ Ver indicadores I29 e I32, capítulo 1 da Nota Técnica "Sistema de Indicadores da Competitividade". Indicadores de produtividade do capital, de produtividade total e de produtividade multifatorial, como os indicadores I30, I31, I36 e I37 discutidos no capítulo 1, podem revelar mais detalhadamente aspectos importantes da competitividade, porém suas metodologias e

	- Produtividade (continuação):	- Produtividade (continuação):	- Produtividade (continuação):
	11) Entidade Empresarial	11) Anual	11) 12 (doze) meses
12) Bens Eletrônicos de Consumo: a) nº de placas e componentes montados automaticamente / total	12) Entidade Empresarial	12) Anual	12) 12 (doze) meses
13) Informática: nº de placas e componentes montados automaticamente / total	13) Entidade Empresarial	13) Anual	13) 12 (doze) meses
14) Celulose: a) produtividade física florestal; b) eficiência energética; c) consumo de reagentes químicos / ton. produto; d) recuperação de reagentes químicos; e) faturamento / ton. produto	14) Entidade Empresarial e IBGE	14) Anual	14) 12 (doze) meses
15) Papel: a) produtividade física florestal; b) eficiência energética; c) utilização de cloro no branqueamento; d) faturamento / ton. produto	15) Entidade Empresarial e IBGE	15) Anual	15) 12 (doze) meses
16) Cimento: produto físico / consumo físico energia	16) Entidade Empresarial	16) Anual	16) 12 (doze) meses

QUADRO 3

INDICADORES DE EFICIÊNCIA			
EMPRESARIAIS	FONTE	PERIODICIDADE	DEFASAGEM
- Qualidade e Meio Ambiente:	- Qualidade e Meio Ambiente:		
17) Normas técnicas cumpridas pela empresa em relação às normas técnicas internacionais e nacionais de qualidade	17) Entidade Empresarial	17) Anual	17) 12 (doze) meses
18) Normas técnicas cumpridas pela empresa em relação às normas técnicas internacionais e nacionais de controle ambiental	18) Entidade Empresarial	18) Anual	18) 12 (doze) meses
19) Carnes: cumprimento e redução dos prazos de entrega	19) Entidade Empresarial	19) Anual	19) 12 (doze) meses
20) Fármacos: a) nº de produtos enquadrados em farmacopéias internacionais / total; b) nº de produtos credenciados junto ao FDA/EUA	20) Entidade Empresarial	20) Anual	20) 12 (doze) meses
21) Metalurgia dos Não-ferrosos: a) índices de perda e retrabalho; b) margens de tolerância de espessura, limite de ruptura, inclusão nas chapas por técnicas metalográficas na laminação; c) cumprimento e redução dos prazos de entrega; d) <i>lead time</i>	21) Entidade Empresarial	21) Anual	21) 12 (doze) meses
22) Equipamentos de Energia Elétrica: índices de perda e retrabalho	22) Entidade Empresarial	22) Anual	22) 12 (doze) meses
23) Automobilística: nº de defeitos / veículo	23) Entidade Empresarial	23) Anual	23) 12 (doze) meses
24) Autopeças: a) índices de retrabalho, perda e devolução; b) <i>lead time</i>	24) Entidade Empresarial	24) Anual	24) 12 (doze) meses
25) Equipamentos de Telecomunicações: índices de defeito e retrabalho	25) Entidade Empresarial	25) Anual	25) 12 (doze) meses
26) Software: taxa de <i>bugs</i> / linhas (1000) de código	26) Entidade Empresarial	26) Anual	26) 12 (doze) meses
27) Bens Eletrônicos de Consumo: a) índice de rejeição e retrabalho de placas montadas e produto final; b) <i>lead time</i>	27) Entidade Empresarial	27) Anual	27) 12 (doze) meses
28) Informática: a) <i>yields</i> (taxa de não-defeito) para placas montadas e produto final; b) <i>setup</i> ; c) <i>lead time</i>	28) Entidade Empresarial	28) Anual	28) 12 (doze) meses
29) Automação Industrial: índice de rejeição	29) Entidade Empresarial	29) Anual	29) 12 (doze) meses
30) Calçados: a) cumprimento e redução dos prazos de entrega; b) índices de defeito, retrabalho e devolução	30) Entidade Empresarial	30) Anual	30) 12 (doze) meses
31) Vestuário: a) cumprimento e redução dos prazos de entrega; b) índices de defeito, retrabalho e devolução	31) Entidade Empresarial	31) Anual	31) 12 (doze) meses
32) Têxtil: a) cumprimento e redução dos prazos de entrega; b) índices de defeito, retrabalho e devolução	32) Entidade Empresarial	32) Anual	32) 12 (doze) meses
33) Cimento: índices de rejeição, retrabalho e devolução	33) Entidade Empresarial	33) Anual	33) 12 (doze) meses
34) Móveis de Madeira: a) índices de rejeição, retrabalho e <i>lead time</i>	34) Entidade Empresarial	34) Anual	34) 12 (doze) meses

QUADRO 3

INDICADORES DE EFICIÊNCIA			
EMPRESARIAIS	FONTE	PERIODICIDADE	DEFASAGEM
- Indicadores Econômico-financeiros:	- Indicadores Econômico-financeiros:	- Indicadores Econômico-financeiros:	- Indicadores Econômico-financeiros:
35) Rentabilidade	35) Entidade Empresarial	35) Anual	35) 12 (doze) meses
36) Grau de endividamento	36) Entidade Empresarial	36) Anual	36) 12 (doze) meses
37) Grau de liquidez	37) Entidade Empresarial	37) Anual	37) 12 (doze) meses
- Outros:	- Outros:	- Outros:	- Outros:
38) Petroquímica: grau de utilização da capacidade produtiva	38) Entidade Empresarial	38) Anual	38) 12 (doze) meses
39) Metalurgia dos Não-ferrosos: consumo físico de energia gerada internamente / consumo físico total de energia	39) Entidade Empresarial	39) Anual	39) 12 (doze) meses
40) Equipamentos de Energia Elétrica: a) grau de utilização da capacidade produtiva; b) pessoal ocupado na produção / pessoal total	40) Entidade Empresarial	40) Anual	40) 12 (doze) meses
41) Automobilística: idade dos modelos em fabricação	41) Entidade Empresarial	41) Anual	41) 12 (doze) meses
42) Aeronáutica: idade dos modelos em fabricação	42) Entidade Empresarial	42) Anual	42) 12 (doze) meses
43) Cimento: grau de utilização da capacidade produtiva	43) Entidade Empresarial	43) Anual	43) 12 (doze) meses

QUADRO 3

INDICADORES DE CAPACITAÇÃO			
SISTÊMICOS	FONTE	PERIODICIDADE	DEFASAGEM
- Educação e Tecnologia: 1) Gastos em educação (totais, 1º, 2º e 3º graus) / PIB 2) Taxa de escolaridade: população matriculada (total, 1º, 2º e 3º graus) / população em idade escolar (total, 1º, 2º e 3º graus) 3) Gastos em P&D (público e privado; civil e militar) / PIB 4) Pessoal ocupado em atividades de P&D (total, 1º, 2º e 3º graus) / total dos recursos humanos 5) Serviços tecnológicos: a) valor dos serviços prestados / PIB; b) valor dos serviços prestados / nº de contratos; c) tempo de vigência 6) Gastos com compra-licenciamento de tecnologia estrangeira / PIB 7) Evolução do nº de patentes solicitadas e concedidas, por setor de atividade, origem do capital e tamanho das empresas 8) Investimento intangível ¹⁵ / PIB	- Educação e Tecnologia: 1) Ministério da Educação e IBGE 2) Ministério da Educação e IBGE 3) Secretaria da Ciência e Tecnologia e IBGE 4) Secretaria da Ciência e Tecnologia e IBGE 5) Secretaria da Ciência e Tecnologia, INPI e IBGE 6) Banco Central, INPI e IBGE 7) INPI e IBGE 8) IBGE	- Educação e Tecnologia: 1) Anual 2) Anual 3) Anual 4) Anual 5) Anual 6) Anual 7) Anual 8) Anual	- Educação e Tecnologia: 1) 12 (doze) meses 2) 12 (doze) meses 3) 12 (doze) meses 4) 12 (doze) meses 5) 12 (doze) meses 6) 12 (doze) meses 7) 12 (doze) meses 8) 12 (doze) meses
- Qualidade e Meio Ambiente: 9) Gastos (público e privado) em equipamentos-sistemas de controle da qualidade / PIB 10) Gastos (público e privado) em equipamentos-sistemas de controle ambiental / PIB	- Qualidade e Meio Ambiente: 9) IBGE 10) IBGE	- Qualidade e Meio Ambiente: 9) Anual 10) Anual	- Qualidade e Meio Ambiente: 9) 12 (doze) meses 10) 12 (doze) meses
- Investimentos e Capacidade Produtiva: 11) FBCF (pública e privada) / PIB 12) Investimento direto estrangeiro: a) investimento direto estrangeiro (por setor e por país de origem) / PIB; b) investimento direto estrangeiro (por setor e por país de origem) / investimento direto estrangeiro mundial	- Investimentos e Capacidade Produtiva: 11) IBGE 12) Banco Central e IBGE	- Investimentos e Capacidade Produtiva: 11) Anual 12) Anual	- Investimentos e Capacidade Produtiva: 11) 12 (doze) meses 12) 12 (doze) meses

¹⁵ Ver indicador I47, capítulo 1 da Nota Técnica "Sistema de Indicadores da Competitividade".

QUADRO 3

INDICADORES DE CAPACITAÇÃO			
SISTÊMICOS	FONTE	PERIODICIDADE	DEFASAGEM
<p>- Condições de Financiamento: 13) Volume de crédito: a) crédito total / PIB; b) crédito para gastos em P&D / gastos em P&D; c) crédito para exportações / valor das</p> <p>14) Evolução (quantidade e valor) das emissões primárias de ações, bônus e debêntures (mercados interno e externo)</p> <p>15) Evolução do volume de ações negociado em bolsa de valores</p> <p>16) Relação patrimônio investidores institucionais / PIB</p>	<p>13) Banco Central, BNDES, SECEX, FINEP e IBGE</p> <p>14) Banco Central e Bolsas de Valores</p> <p>15) Bolsas de Valores</p> <p>16) Banco Central e IBGE</p>	<p>- Condições de Financiamento: 13) Anual</p> <p>14) Anual</p> <p>15) Anual</p> <p>16) Anual</p>	<p>- Condições de Financiamento: 13) 12 (doze) meses</p> <p>14) 12 (doze) meses</p> <p>15) 12 (doze) meses</p> <p>16) 12 (doze) meses</p>
<p>- Institucional: 17) Compras governamentais: a) compras totais do Governo / PIB; b) compras do Governo por setor / valor da produção do setor</p> <p>18) Evolução do nº de processos de defesa da concorrência e do consumidor, por setor de atividade, origem do capital e tamanho das empresas</p> <p>19) Investimentos em infra-estrutura (público e privado): a) investimentos totais / PIB; b) investimentos em transporte rodoviário / PIB; c) investimentos em transporte ferroviário / PIB; d) investimentos em transporte hidroviário / PIB; e) investimentos em energia / PIB; f) investimentos em telecomunicações / PIB; g) investimentos em portos / PIB</p>	<p>- Institucional: 17) Ministério da Fazenda e IBGE</p> <p>18) Ministério da Justiça e IBGE</p> <p>19) Ministérios das Minas e Energia, das Comunicações e dos Transportes e IBGE</p>	<p>- Institucional: 17) Anual</p> <p>18) Mensal</p> <p>19) Anual</p>	<p>- Institucional: 17) 12 (doze) meses</p> <p>18) 3 (três) meses</p> <p>19) 12 (doze) meses</p>

	- Educação e Tecnologia:	- Educação e Tecnologia:	- Educação e Tecnologia:
	1) IBGE	1) Anual	1) 12 (doze) meses
	2) IBGE	2) Anual	2) 12 (doze) meses
	3) IBGE	3) Anual	3) 12 (doze) meses
	4) IBGE	4) Anual	4) 12 (doze) meses
	5) IBGE	5) Anual	5) 12 (doze) meses
	6) IBGE	6) Anual	6) 12 (doze) meses
	7) IBGE e INPI	7) Anual	7) 12 (doze) meses
	8) Entidade Empresarial	8) Anual	8) 12 (doze) meses
	9) IBGE	9) Anual	9) 12 (doze) meses
10) Idade tecnológica dos equipamentos produtivos (principais)	10) Entidade Empresarial	10) Anual	10) 12 (doze) meses
11) Laticínios: produção de leite "longa vida" e cartonado /	11) Entidade Empresarial	11) Anual	11) 12 (doze) meses
12) Fármacos: a) nº de produtos enquadrados em farmacopéias internacionais / total; b) nº de produtos credenciados junto ao FDA/EUA	12) Entidade Empresarial	12) Anual	12) 12 (doze) meses
13) Autopeças: nº de produtos fabricados com projeto próprio/ total	13) Entidade Empresarial	13) Anual	13) 12 (doze) meses
14) Aeronáutica: a) nº aviões de alta tecnologia (valor e quantidade) / total (valor e quantidade); b) nº aviões militares (valor e quantidade) / total (valor e quantidade); c) nº aviões militares / nº aviões de alta tecnologia; d) gastos em P&D / (valor da produção - valor das importações); e) gastos em P&D militar / gastos totais em P&D; f) gastos em P&D com recursos próprios / gastos totais em P&D	14) Entidade Empresarial	14) Anual	14) 12 (doze) meses

¹⁶ Ver indicador I47, capítulo 1 da Nota Técnica "Sistema de Indicadores da Competitividade".

¹⁷ Ver indicador I58, capítulo 1 da Nota Técnica "Sistema de Indicadores da Competitividade".

	15) Entidade Empresarial, Banco Central, INPI e IBGE	- Educação e Tecnologia (continuação): 15) Anual	- Educação e Tecnologia (continuação): 15) 12 (doze) meses
	16) Entidade Empresarial, Banco Central, INPI e IBGE	16) Anual	16) 12 (doze) meses
	17) Entidade Empresarial, Banco Central, INPI e IBGE	17) Anual	17) 12 (doze) meses
	18) Entidade Empresarial, INPI e IBGE	18) Anual	18) 12 (doze) meses
	19) Entidade Empresarial, INPI e IBGE	19) Anual	19) 12 (doze) meses
20) Têxtil: valor dos serviços tecnológicos contratados / valor da	20) Entidade Empresarial, INPI e IBGE	20) Anual	20) 12 (doze) meses
- Qualidade e Meio Ambiente:	- Qualidade e Meio Ambiente:	- Qualidade e Meio Ambiente:	- Qualidade e Meio Ambiente:
21) Gastos em equipamentos-sistemas de controle da qualidade / valor da produção	21) IBGE	21) Anual	21) 12 (doze) meses
22) Gastos em equipamentos-sistemas de controle ambiental / valor da produção	22) IBGE	22) Anual	22) 12 (doze) meses
23) Gastos em P&D relacionados ao controle ambiental / gastos em P&D totais ¹⁸	23) Entidade Empresarial	23) Anual	23) 12 (doze) meses

¹⁸ Ver indicador I59, capítulo 1 da Nota Técnica "Sistema de Indicadores da Competitividade".

QUADRO 3

INDICADORES DE CAPACITAÇÃO			
SETORIAIS	FONTE	PERIODICIDADE	DEFASAGEM
- Investimentos e Capacidade Produtiva: 24) Óleos Vegetais: investimentos / valor da produção 25) Carnes: gastos em melhoria dos pastos / valor da produção 26) Extração e Refino de Petróleo: a) nível de reservas / consumo (produção); b) gastos em sistemas de oleodutos e transporte naval; c) capacidade de produção, destilação, conversão, hidrotratamento e estocagem 27) Metalurgia dos Não-ferrosos: capacidade de autogeração de energia 28) Software: parque instalado (valor e quantidade) 29) Automação Industrial: parque instalado 30) Calçados: investimentos / valor da produção 31) Vestuário: investimentos / valor da produção 32) Têxtil: investimentos / valor da produção 33) Cimento: investimentos / valor da produção	- Investimentos e Capacidade Produtiva: 24) Entidade Empresarial e IBGE 25) Entidade Empresarial e IBGE 26) Entidade Empresarial, Ministério das Minas e Energia e IBGE 27) Entidade Empresarial 28) Entidade Empresarial 29) Entidade Empresarial 30) Entidade Empresarial e IBGE 31) Entidade Empresarial e IBGE 32) Entidade Empresarial e IBGE 33) Entidade Empresarial e IBGE	- Investimentos e Capacidade Produtiva: 24) Anual 25) Anual 26) Anual 27) Anual 28) Anual 29) Anual 30) Anual 31) Anual 32) Anual 33) Anual	- Investimentos e Capacidade Produtiva: 24) 12 (doze) meses 25) 12 (doze) meses 26) 12 (doze) meses 27) 12 (doze) meses 28) 12 (doze) meses 29) 12 (doze) meses 30) 12 (doze) meses 31) 12 (doze) meses 32) 12 (doze) meses 33) 12 (doze) meses
- Condições de Financiamento: 34) Biotecnologia: grau de endividamento 35) Celulose: grau de endividamento 36) Papel: grau de endividamento	- Condições de Financiamento: 34) Entidade Empresarial 35) Entidade Empresarial 36) Entidade Empresarial	- Condições de Financiamento: 34) Anual 35) Anual 36) Anual	- Condições de Financiamento: 34) 12 (doze) meses 35) 12 (doze) meses 36) 12 (doze) meses
- Institucional: 37) Defensivos Agrícolas: tempo requerido para o registro de novos produtos	- Institucional: 37) Entidade Empresarial	- Institucional: 37) Anual	- Institucional: 37) 12 (doze) meses
- Outros: 38) Automobilística: nº de modelos e plataformas em fabricação 39) Aeronáutica: idade dos modelos em fabricação	- Outros: 38) Entidade Empresarial 39) Entidade Empresarial	- Outros: 38) Anual 39) Anual	- Outros: 38) 12 (doze) meses 39) 12 (doze) meses

QUADRO 3
INDICADORES DE CAPACITAÇÃO

EMPRESARIAIS	FONTE	PERIODICIDADE	DEFASAGEM
<p>- Educação e Tecnologia: 1) Gastos em treinamento de recursos humanos / faturamento 2) N° de empregados envolvidos em programas de treinamento / empregados totais 3) Investimento intangível¹⁹ / faturamento 4) Composição dos recursos humanos: recursos humanos analfabetos, de 1°, 2° e 3° graus / total dos recursos humanos 5) Gastos em P&D / faturamento 6) Pessoal ocupado em atividades de P&D (total, 1°, 2° e 3° graus) / total dos recursos humanos 7) Evolução do n° de patentes (proteção jurídica para cultivares) solicitadas e atendidas 8) Grau de difusão das tecnologias de manufatura avançadas²⁰ 9) Gastos em equipamentos de automação da produção / faturamento 10) Idade tecnológica dos equipamentos produtivos (principais) 11) Fármacos: a) n° de produtos enquadrados em farmacopéias internacionais / total; b) n° de produtos credenciados junto ao FDA/EUA 12) Máquinas-Ferramenta: a) tornos - distância entre pontos, velocidade de rotação da árvore e diâmetro do barramento; b) fresadoras - curso de mesa, superfície da mesa e velocidade do fuso; c) furadeiras - capacidade de furação, superfície da mesa e velocidade da árvore; d) prensas - força de pressão, curso, superfície 13) Autopeças: n° de produtos fabricados com projeto próprio/ total 14) Aeronáutica: a) n° aviões de alta tecnologia / total (valor e quantidade); b) n° aviões militares / total (valor e quantidade); c) n° aviões militares / n° aviões de alta tecnologia; d) gastos em P&D / (faturamento - valor das importações); e) gastos em P&D militar / gastos totais em P&D; f) gastos em P&D com recursos próprios / gastos totais em P&D</p>	<p>- Educação e Tecnologia: 1) Entidade Empresarial 2) Entidade Empresarial 3) Entidade Empresarial 4) Entidade Empresarial 5) Entidade Empresarial 6) Entidade Empresarial 7) Entidade Empresarial 8) Entidade Empresarial 9) Entidade Empresarial 10) Entidade Empresarial 11) Entidade Empresarial 12) Entidade Empresarial 13) Entidade Empresarial 14) Entidade Empresarial</p>	<p>- Educação e Tecnologia: 1) Anual 2) Anual 3) Anual 4) Anual 5) Anual 6) Anual 7) Anual 8) Anual 9) Anual 10) Anual 11) Anual 12) Anual 13) Anual 14) Anual</p>	<p>- Educação e Tecnologia: 1) 12 (doze) meses 2) 12 (doze) meses 3) 12 (doze) meses 4) 12 (doze) meses 5) 12 (doze) meses 6) 12 (doze) meses 7) 12 (doze) meses 8) 12 (doze) meses 9) 12 (doze) meses 10) 12 (doze) meses 11) 12 (doze) meses 12) 12 (doze) meses 13) 12 (doze) meses 14) 12 (doze) meses</p>

¹⁹ Ver indicador I47, capítulo 1 da Nota Técnica "Sistema de Indicadores da Competitividade".

	<p style="text-align: center;">e Tecnologia (continuação):</p> <p>15) Entidade Empresarial</p> <p>16) Entidade Empresarial</p> <p>17) Entidade Empresarial</p> <p>18) Entidade Empresarial</p> <p>19) Entidade Empresarial</p> <p>20) Entidade Empresarial</p>	<p style="text-align: center;">- Educação e Tecnologia (continuação):</p> <p>15) Anual</p> <p>16) Anual</p> <p>17) Anual</p> <p>18) Anual</p> <p>19) Anual</p> <p>20) Anual</p>	<p style="text-align: center;">- Educação e Tecnologia (continuação):</p> <p>15) 12 (doze) meses</p> <p>16) 12 (doze) meses</p> <p>17) 12 (doze) meses</p> <p>18) 12 (doze) meses</p> <p>19) 12 (doze) meses</p> <p>20) 12 (doze) meses</p>
<p>- Qualidade e Meio Ambiente:</p> <p>21) Gastos em equipamentos-sistemas de controle da qualidade / faturamento</p> <p>22) Gastos em equipamentos-sistemas de controle ambiental / faturamento</p> <p>23) Gastos em P&D relacionados ao controle ambiental / gastos em P&D totais²¹</p> <p>24) Metalurgia dos Não-ferrosos: evolução da utilização de raio X para controle da qualidade na fundição</p>	<p>- Qualidade e Meio Ambiente:</p> <p>21) IBGE</p> <p>22) IBGE</p> <p>23) Entidade Empresarial</p> <p>24) Entidade Empresarial</p>	<p>- Qualidade e Meio Ambiente:</p> <p>21) Anual</p> <p>22) Anual</p> <p>23) Anual</p> <p>24) Anual</p>	<p>- Qualidade e Meio Ambiente:</p> <p>21) 12 (doze) meses</p> <p>22) 12 (doze) meses</p> <p>23) 12 (doze) meses</p> <p>24) 12 (doze) meses</p>

²⁰ Ver indicador I58, capítulo 1 da Nota Técnica "Sistema de Indicadores da Competitividade".

²¹ Ver indicador I59, capítulo 1 da Nota Técnica "Sistema de Indicadores da Competitividade".

QUADRO 3

INDICADORES DE CAPACITAÇÃO			
EMPRESARIAIS	FONTE	PERIODICIDADE	DEFASAGEM
- Investimentos e Capacidade Produtiva: 25) Óleos Vegetais: investimento / faturamento 26) Extração e Refino de Petróleo: a) gastos em sistemas de oleodutos e transporte naval; b) capacidade de produção, destilação, conversão, hidrotratamento e estocagem 27) Metalurgia dos Não-ferrosos: capacidade de autogeração de energia 28) Software: parque instalado (valor e quantidade) 29) Automação Industrial: parque instalado 30) Calçados: investimento / faturamento 31) Vestuário: investimento / faturamento 32) Têxtil: investimento / faturamento 33) Cimento: investimento / faturamento	- Investimentos e Capacidade Produtiva: 25) Entidade Empresarial 26) Entidade Empresarial 27) Entidade Empresarial 28) Entidade Empresarial 29) Entidade Empresarial 30) Entidade Empresarial 31) Entidade Empresarial 32) Entidade Empresarial 33) Entidade Empresarial	- Investimentos e Capacidade Produtiva: 25) Anual 26) Anual 27) Anual 28) Anual 29) Anual 30) Anual 31) Anual 32) Anual 33) Anual	- Investimentos e Capacidade Produtiva: 25) 12 (doze) meses 26) 12 (doze) meses 27) 12 (doze) meses 28) 12 (doze) meses 29) 12 (doze) meses 30) 12 (doze) meses 31) 12 (doze) meses 32) 12 (doze) meses 33) 12 (doze) meses
- Condições de Financiamento: 34) Biotecnologia: grau de endividamento 35) Celulose: grau de endividamento 36) Papel: grau de endividamento	- Condições de Financiamento: 34) Entidade Empresarial 35) Entidade Empresarial 36) Entidade Empresarial	- Condições de Financiamento: 34) Anual 35) Anual 36) Anual	- Condições de Financiamento: 34) 12 (doze) meses 35) 12 (doze) meses 36) 12 (doze) meses
- Outros: 37) Automobilística: n° de modelos e plataformas em fabricação 38) Aeronáutica: idade dos modelos em fabricação 39) Vestuário: n° de linhas de produto / planta	- Outros: 37) Entidade Empresarial 38) Entidade Empresarial 39) Entidade Empresarial	- Outros: 37) Anual 38) Anual 39) Anual	- Outros: 37) 12 (doze) meses 38) 12 (doze) meses 39) 12 (doze) meses

NOTAS TÉCNICAS SETORIAIS E TEMÁTICAS**ANÁLISE DA INDÚSTRIA****Complexo I - Agroindústria**

- 1.1. Laticínios
- 1.2. Óleos Vegetais
- 1.3. Abate e Preparação de Carnes
- 1.4. Sucos de Frutas
- 1.5. Beneficiamento de Café
- 1.6. Biotecnologia

Complexo II - Química

- 2.1. Extração e Refino de Petróleo
- 2.2. Petroquímica
- 2.3. Fertilizantes
- 2.4. Fármacos
- 2.5. Defensivos Agrícolas

Complexo III - Metal-Mecânica

- 3.1. Siderurgia
- 3.2. Extração e Beneficiamento de Minério de Ferro
- 3.3. Metalurgia dos Não-Ferrosos
- 3.4. Equipamentos para Energia Elétrica
- 3.5. Máquinas-Ferramenta
- 3.6. Máquinas Agrícolas
- 3.7. Automobilística
- 3.8. Autopeças
- 3.9. Aeronáutica

Complexo IV - Eletrônico

- 4.1. Equipamentos de Telecomunicações
- 4.2. Software
- 4.3. Bens Eletrônicos de Consumo
- 4.4. Informática
- 4.5. Equipamentos de Automação Industrial

Complexo V - Têxtil

- 5.1. Calçados
- 5.2. Vestuário
- 5.3. Têxtil

Complexo VI - Papel e Gráfica

- 6.1. Celulose
- 6.2. Papel
- 6.3. Gráfica

Complexo VII - Mat. Construção

- 7.1. Cimento

Setores Extra-Complexos

- 8.1. Móveis de Madeira

ANÁLISE DOS FATORES SISTÊMICOS**Bloco I - Condicionantes Macroeconômicos da Competitividade**

- 1.1. Relações entre Política Macroeconômica e Política Industrial: As Dimensões Fiscal, Cambial e Monetária
- 1.2. Custo de Capital, Condições de Crédito e Competitividade: Instituições Oficiais de Crédito, Financiamento de Longo Prazo e Mercado de Capitais
- 1.3. Custo de Capital, Condições de Crédito e Competitividade: Condições de Financiamento de Curto Prazo
- 1.4. Câmbio, Custos e Competitividade: Política Cambial e Estabilidade Macroeconômica
- 1.5. Câmbio, Custos e Competitividade: Uma Análise a Partir dos Preços e dos Custos de Produção Setoriais

Bloco II - Determinantes Político-Institucionais da Competitividade

- 2.1. Estímulo Competitivo e Política Tarifária
- 2.2. Incidência Tributária e Estímulo Competitivo
- 2.3. Competitividade e Incidência Tributária sobre a Empresa
- 2.4. Sistemas de Apoio Fiscal-Creditício ao Risco Tecnológico e à Competitividade
- 2.5. Poder de Compra do Governo e Competitividade

Bloco III - Determinantes de Natureza Regulatória da Competitividade

- 3.1. Política de Controle Ambiental e Competitividade
- 3.2. Implicações da Estrutura Regulatória das Atividades Econômicas sobre a Competitividade: Defesa da Concorrência e do Consumidor
- 3.3. Implicações da Estrutura Regulatória das Atividades Econômicas sobre a Competitividade: Regulação do Investimento Direto Estrangeiro
- 3.4. Regimes de Apropriabilidade da Inovação Tecnológica e Competitividade

Bloco IV - Condições Infra-Estruturais da Competitividade

- 4.1. Serviços de Infra-Estrutura em Transportes e Competitividade
- 4.2. Serviços de Infra-Estrutura de Energia e Competitividade
- 4.3. Serviços de Infra-Estrutura de Telecomunicações e Competitividade

Bloco V - Condicionantes Sociais da Competitividade

- 5.1. Competitividade, Educação e Qualificação
- 5.2. Qualificação, Treinamento de Mão-de-Obra e Competitividade: Relações de Trabalho e Mecanismos de Proteção Social
- 5.3. Relações de Trabalho, Política de Recursos Humanos e Competitividade: Reestruturação Produtiva e a Empresa

Bloco VI - Condicionantes Internacionais da Competitividade

- 6.1. O Brasil Frente aos Macro-Blocos Comerciais e o GATT
- 6.2. Política de Comércio Exterior: Política de Exportação e Competitividade da Indústria Brasileira
- 6.3. Potencialidades e Implicações do Mercosul: Proteção, Competitividade e Integração
- 6.4. Oportunidades Abertas para o Brasil Face aos Fluxos Globais de Investimento de Risco e de Capitais Financeiros nos Anos 90
- 6.5. Estratégias dos Oligopólios Mundiais nos Anos 90 e Oportunidades do Brasil
- 6.6. The Access of Developing Countries to New Technologies: The Need for New Approaches to Management and Policy for Technology Imports in Brazilian Industry
- 6.7. The Development of Technological Innovation Capability in Developing Countries: Strategies of East Asian NICs for Catching up in Electronics
- 6.8. New Trends of Cooperative R & D Agreements: Challenges and Opportunities for Third World Countries

Temas Extra-Blocos

- 7.1. Competitividade Industrial e Desenvolvimento Regional no Brasil
- 7.2. Articulação dos Atores na Implementação da Política Industrial

NOTAS TÉCNICAS DE BLOCOS TEMÁTICOS E COMPLEXOS (SÍNTESE)

ANÁLISE DOS FATORES SISTÊMICOS

1. Bloco I - Condicionantes Macroeconômicos da Competitividade
2. Bloco II - Determinantes Político-Institucionais da Competitividade
3. Bloco III - Determinantes de Natureza Regulatória da Competitividade
4. Bloco IV - Condições Infra-Estruturais da Competitividade
5. Bloco V - Condicionantes Sociais da Competitividade
6. Bloco VI - Condicionantes Internacionais da Competitividade

ANÁLISE DA INDÚSTRIA

1. Competitividade do Complexo Agroindustrial
2. Competitividade do Complexo Químico
3. Competitividade do Complexo Metal-Mecânico
4. Competitividade do Complexo Eletrônico
5. Competitividade do Complexo Têxtil
6. Competitividade do Complexo Celulose, Papel e Gráfica
7. Competitividade do Complexo de Materiais de Construção

NOTA TÉCNICA SOBRE INDICADORES

1. Sistema de Indicadores da Competitividade

NOTAS TÉCNICAS EXTRAS

1. Gestão Empresarial: Fator de Competitividade
2. Adjusting for Survival: Domestic and Foreign Manufacturing Firms in Brazil in the Early 1990's
3. Exporting and the Saga for Competitiveness of the Brazilian Industry - 1992
4. Contratos de Gestão, Concessão de Serviços e Privatização: Modelos Internacionais
5. Preços, Custos e Tributos, Estruturas Tributárias, Tratamento Fiscal ao Investimento e Incentivos a P&D: Uma Comparação Internacional

**ANEXO III: QUADROS-RESUMO DE RECOMENDAÇÕES
DIRIGIDAS AOS ATORES SOCIAIS**

III.1: Notas Técnicas Temáticas

1.1. Política Macroeconômica

AÇÕES/DIRETRIZES DE POLÍTICA

ACAD.

	AGENTE/ATOR					
	EXEC.	LEG.	JUD.	EMP.	TRAB.	ONGs
1) Reforma Tributária e Ajuste Fiscal						
- Elaboração da proposta de reforma	X					
- Reestruturação do gasto público	X	X				
- Discussão e aperfeiçoamento do projeto		X		X	X	
- Aperfeiçoamento do gasto da União (orçamento)	X	X				
- Aperfeiçoamento do projeto e apresentação de alter- nativas						
2) Equacionamento de Dívidas Intra-Setor Público (CP)						
- Banco Central	X					
- Banco do Brasil	X					
- Ministério da Fazenda	X					
- Ministério do Planejamento	X					
- Eletrobrás/Concessionárias	X					
- Ministério de Minas e Energia	X					
- Telebrás	X					
- Petrobrás	X					
- RFFSA	X					
- FGTS - Conselho	X					
- Bancos Estaduais/Governadores	X					
- Ajustes na Legislação e Lei de Rolagem das Dívidas Estaduais		X				
3) Financiamento Menos Oneroso para o Tesouro (CP)						
- Ministério da Fazenda	X					
- Banco Central	X					
- Bancos Privados				X		
4) Privatização e Engenharias Financeiras (CP)						
- Ministério da Fazenda	X					
- Ministério do Planejamento	X					
- BNDES	X					
- Banco Central	X					
- Bancos Estaduais	X					
- CVM	X					
- Bancos Privados				X		
- Fundo de Pensão				X		
- Credores da União e dos Estados				X		
5) Banco Central ágil e capaz de neutralizar pressões (CP)						
- Ministério da Fazenda	X					
- Banco Central	X					
- Regulamentação Art. 192 da Constituição		X				
- Discussão e apresentação de alternativas						
6) Política Monetária (CP)						
- Banco Central	X					

- Ministério da Fazenda

X

 AÇÕES/DIRETRIZES DE POLÍTICA

ACAD.

 AGENTE/ATOR
 EXEC. LEG. JUD. EMP. TRAB. ONGs

 7) Política Creditícia, Reforma Financeira e Mercado de Capitais

- Ministério da Fazenda X
- Banco Central X
- Banco do Brasil X
- BNDES X
- CVM X
- Ministério da Indústria e Comércio X
- Regulamentação Art. 192 da Constituição X
- Bancos Privados X
- Fundos de Pensões X
- Intermediários Financeiros X
- Discussão e apresentação de propostas alternativas

X

8) Gestão das Reservas e da Taxa de Câmbio

- Ministério da Fazenda X
- Banco Central X
- Exportadores X

9) Política de Rendas (ancoragem de preços, salários,

- Ministério da Fazenda X
- Ministério da Indústria, Comércio e Turismo X
- Câmaras Setoriais X
- BNDES X
- Suplementos/Ajustes Legislação X
- Empresas e Entidades Patronais X
- Bancos X
- Exportadores X
- Trabalhadores X
- Sindicatos e Centrais Sindicais X
- Entidades de Defesa do Consumidor X
- Discussão e Apresentação de Alternativas

X

1.2. Custo de Capital - Curto Prazo

AÇÕES/DIRETRIZES DE POLÍTICA

ACAD.

	AGENTE/ATOR					
	EXEC.	LEG.	JUD.	EMP.	TRAB.	ONGs
- Articular a administração dos juros reais não apenas com as políticas de estabilização, mas também com uma visão mais ampla de política financeira, voltada para estimular os investimentos e o alongamento dos prazos das operações financeiras;	X	X				
- subordinar aos contornos da política de estabilização seguida a permissão para operações pós-fixadas de curto prazo e para operações indexadas à taxa de câmbio;	X					
- no caso de queda brusca da inflação, promover aumento imediato e intenso do recolhimento compulsório sobre os depósitos à vista, além de estabelecer controle quantitativo e seletivo do crédito;	X					
- subordinar a atuação do BC ao conjunto da política econômica;	X	X				
X						
- criar a Lei Monetário-Financeira, anual, incluindo-se entre as suas atribuições a definição da política de crédito a ser observada por todas as instituições financeiras, públicas e privadas;	X	X		X		
X						
- atribuir ao Banco Central poderes de regulação e controle sobre o crédito, dentro dos limites da referida lei anual;					X	
- criar o redesconto seletivo do Banco Central, de forma a estimular empréstimos de longo prazo a setores definidos como estratégicos pela política industrial;	X	X				
- reduzir os encargos incidentes sobre emissão de <i>commercial papers</i> (CP);	X					
- flexibilizar as regras para emissão de debêntures;	X	X				
- apurar os custos do crédito, nas modalidades de <i>hot money</i> e de capital de giro nas agências, discriminando taxas médias nos dois casos e de acordo com o porte do tomador, prazo e setor de atividade (CP).	X			X		

1.3. Custo de Capital - Longo Prazo

AÇÕES/DIRETRIZES DE POLÍTICA

ACAD.

	AGENTE/ATOR					
	EXEC.	LEG.	JUD.	EMP.	TRAB.	ONGs
1. Saneamento patrimonial e redefinição do perfil dos bancos públicos						
- "encontro de contas" intra-setor público, nas esferas federal, estadual e municipal.	X	X				
- Securitização (registro na CETIP) dos ativos contra o setor público para garantir a negociabilidade dos mesmos.	X					
- Aceitação dos ativos contra o setor público para recolhimento de tributos no caso de empresas com projetos de investimento.	X	X				
- Acesso dos bancos oficiais de fomento ao desconto do Banco Central em condições não-punitivas para operações de financiamento de longo prazo ao setor privado	X					
- Submeter ao Poder Legislativo, para aprovação, os nomes dos dirigentes dos bancos oficiais.	X	X				
- Ampliar a participação dos funcionários nos comitês de crédito dos bancos oficiais.	X					
2. Alongamento do prazo e redução do custo de financiamento						
- Isenção de imposto de renda para prazos acima de três anos para financiamento de projetos sob amparo da política industrial.	X					
- Definição de um esquema de garantias:						
. criação de órgão destinado a supervisão preventiva junto às instituições financeiras (artigo 1 a 2 Constituição Federal)						X
X						
. definição de programa anual/plurianual oficial de crédito, nos moldes do PFIC japonês						X
X						
. criação de instituições de análise e classificação de risco, a exemplo da Comisión de Riesgo de Entidades Privadas, do Chile						X
. estudar a possibilidade de utilização de parte das reservas internacionais como garantia parcial de alavancagem de capitais externos para investimentos em infra-estrutura	X	X				
. revisão das excepcionalidades constantes da Res. 1718 do Banco Central, permitindo que personalidades jurídicas nos moldes da "special purpose company" possam lastrear a emissão de títulos financeiros e/ou mercantis em recebíveis ligados a projetos na área de infra-estrutura	X					
. definição de sistemas mistos, com recursos						

públicos e de associações empresariais ou de contribuições sobre o lucro de instituições financeiras, para garantia de crédito p/empresas de pequeno e médio porte	X	X	X
--	---	---	---

1.4. Política Cambial

AÇÕES/DIRETRIZES DE POLÍTICA

ACAD.

	AGENTE/ATOR					
	EXEC.	LEG.	JUD.	EMP.	TRAB.	ONGs

- | | | | | | | |
|---|---|--|--|--|--|--|
| - Manutenção da atual política cambial até o início do programa de estabilização. (CP) | X | | | | | |
| - Utilização da taxa de câmbio como uma das âncoras nominais através do mecanismo de prefixação da sua variação nominal futura. | X | | | | | |
| - Evitar a valorização brusca da taxa cambial real e efetiva durante o programa de estabilização, mediante a utilização de um conjunto de âncoras nominais, consistentes entre si e com a variação do câmbio nominal por prazos limitados e crescentes. | X | | | | | |

1.5. Câmbio, Preços e Custos de Produção Setoriais

AÇÕES/DIRETRIZES DE POLÍTICA

ACAD.

AGENTE/ATOR

EXEC. LEG. JUD. EMP. TRAB. ONGs

1) Atualização mais periódica da matriz insumo-produto

- IBGE

X

X

2) Construção de um banco de dados que permita a comparação absoluta e a análise da evolução dos preços de exportação e dos preços praticados pelos concorrentes nos principais mercados internacionais

- IBGE

X

- SECEX

X

- MRE

X

- FIESP

X

- FUNCEX

X

X

3) Atualização dos dados para exportação - valor e volume - compatibilizados para os setores-matriz. Divulgação das informações sobre exportações por setor-matriz segundo seu destino (CP)

- FUNCEX

X

4) Construção de indicadores desagregados de alguns itens de custos (financeiros; comercialização e transporte; tarifas portuárias; subsídios e incentivos à produção e à exportação).

- IBGE

X

- FGV

X

- FIPE

X

Legenda: EXEC. - Executivo

LEG. - Legislativo

JUD. - Judiciário

EMP. - Empresas e Entidades Empresariais

TRAB. - Trabalhadores e Sindicatos

ONGs - Organização Não-Governamentais

ACAD. - Academia

CP. - Propostas exequíveis a curto prazo

Nota: Em caso de coluna em branco, leia-se "sem recomendação".

2.1. Política Tarifária

AÇÕES/DIRETRIZES DE POLÍTICA	AGENTE/ATOR					
	EXEC.	LEG.	JUD.	EMP.	TRAB.	ONGs
ACAD.						
1. Reorganização do aparato institucional do comércio exterior						
- MF, MICT, MRE, BACEN	X					
2. Articulação permanente dos órgãos atinentes ao comércio exterior						
	X					
3. Articulação periódica das fontes de informações indispensáveis à atualização do vetor tarifário						
- IBGE			X			
4. Capacitação específica permanente de um corpo técnico dedicado às questões do comércio exterior						X
X						
5. Construção do vetor tarifário adequado às compensações das desvantagens competitivas decorrentes do aparato fiscal, do custo de capital e do câmbio.				X		

2.2. Incidência Tributária

AÇÕES/DIRETRIZES DE POLÍTICA ACAD.	AGENTE/ATOR					
	EXEC.	LEG.	JUD.	EMP.	TRAB.	ONGs
1. Construção de um sistema integrado de informações						
- IBGE, SRF, CEF, MPS, Secretarias Estaduais de Fazenda, MF, SEPLAN, MIC, SCT, Câmaras Setoriais	X					
2. Normalização e operacionalização da tributação. Equidade de tributação. Combate à evasão fiscal. Redução da carga tributária sobre investimentos. Estímulo tributário sobre formação de poupança e de capitais. Melhor aproveitamento da carga tributária virtual. Aperfeiçoamento administrativo da máquina fiscalizadora.						
- Judiciário Federal, Câmaras Setoriais, Legislativo	X	X	X			
3. Informatização da administração tributária						
- SERPRO, SRF, SISCOMEX	X					
4. Revisão do sistema de incentivos fiscais						
- SRF, Secretarias Estaduais de Fazenda, MIC, SCT, BNDE, BB, Bancos Estaduais de Desenvolvimento, Câmaras Setoriais, Congresso, Legislativo Estadual, Universidades					X	X
5. Estudos sobre a adoção da Contribuição sobre o Valor Adicionado						
- SRF, MPS, MS, MAS, Associações de Classe (empresários e trabalhadores), Conselho da Previdência, Legislativo Federal, Universidades		X	X		X	X
6. Estudos sobre carga tributária e necessidades de financiamento						
- MF, SEPLAN, SRF, MPS, BNDE, MIC, Universidades						X
7. Tributação e economia internacional						
- MF, SRF, Ministério de Relações Exteriores, Universidades						X
8. Revisão Constitucional						
- Legislativo, Executivo, Órgãos de Classe, Conselho de consumidores e contribuintes	X	X		X	X	X

2.3. Incidência Tributária sobre a Empresa

AÇÕES/DIRETRIZES DE POLÍTICA

ACAD.

	AGENTE/ATOR					
	EXEC.	LEG.	JUD.	EMP.	TRAB.	ONGs
1. Elaboração e divulgação das estatísticas fiscais						
- SRF, INSS, CEF, Secretarias Estaduais de Fazenda (atos administrativos)	X					
- Executivo, Congresso (exigência em lei).	X	X				
2. Levantamento e publicação atualizada e ampla das estatísticas econômicas, como Censo Econômico e Matriz de Insumo-Produto:						
- IBGE (atos administrativos)	X					
- Congresso, Executivo (dotações no orçamento)	X	X				
3. Desenvolvimento de metodologias de análise da incidência tributária por empresa						
- IBGE, IPEA, SRF, MIC, congêneres estaduais, Universidades e entidades empresariais (realização de estudos e pesquisas)	X				X	
4. Reestruturação das contribuições sociais ao FINSOCIAL e ao PIS-PASEP (transformação gradual em tributos sobre vendas para consumo final)						
- Congresso/Executivo (lei complementar).	X	X				
5. Revisão do ICMS						
Atribuições do CONFAZ e definição de "semi-elaborados"						
- Congresso/Executivo (lei complementar)	X	X				
Ou adoção gradual do princípio de destino						
- Senado (resolução)					X	
Desoneração das exportações e dos bens de capital, bem como manutenção e uso dos créditos dos insumos						
- CONFAZ e Assembleias/Governadores (leis estaduais)	X	X				
Medidas impeditivas de "guerra fiscal". Adição do						
- Congresso/Executivo	X	X				
6. Reavaliação e suspensão de incentivos fiscais:						
Substituição de incentivos por subsídios a projetos e cadeias de investimento. Incentivos à formação de capitais e poupança. Incentivos à tecnologia e à						
- Congresso/Executivo e Assembleias/Governadores (leis)	X	X				
órgãos fazendários e setoriais (estudos)	X					
7. Reavaliação do IPI						
- Executivo (decretos)	X					
- Congresso/Executivo (limites lei)	X	X				

8. Ações diretas de constitucionalidade da tributação

- | | | |
|--------------------------|---|---|
| - Executivo (proposição) | X | |
| - STF (julgamento) | | X |
-
-

 AÇÕES/DIRETRIZES DE POLÍTICA

ACAD.

	AGENTE/ATOR					
	EXEC.	LEG.	JUD.	EMP.	TRAB.	ONGs
9. Reforma da administração e dos processos fiscais/fazendários. Combate à evasão fiscal.						
- Executivo (atos administrativos)	X					
- Congresso/Executivo (leis)	X	X				
10. Atualização do Código Tributário Nacional; elaboração das leis orgânicas dos tributos federais; simplificação e agilização dos procedimentos burocráticos. Organicidade fiscal com definição dos deveres e direitos entre União, Estados e Municípios. Redução de tributos danosos à competitividade, inclusive efeitos em cascata, com compensação de tributos neutros. Redução da carga tributária sobre investimentos. Aplicação da tributação sobre consumo, com seletividade e efeito neutro. Visão tributária indutiva à formação de poupança e capitais.						
- Congresso/Executivo (leis complementar e ordinária)	X			X		
- Executivo (decretos-regulamentos)	X					
11. Compromisso de evitar sucessivas mudanças na						
- Congresso/Executivo (acordo assinado)	X			X		
12. Revisão Constitucional						
- Congresso				X		

2.4. Apoio Fiscal-Creditício ao Risco Tecnológico

AÇÕES/DIRETRIZES DE POLÍTICA

ACAD.

	AGENTE/ATOR					
	EXEC.	LEG.	JUD.	EMP.	TRAB.	ONGs
1. Diferenciação dos instrumentos por setor e estágio de desenvolvimento						
- Realização de estudos sobre características das atividades de P&D por setor, agente e estágio do ciclo de inovação		X				X
X - Definição dos instrumentos adequados para cada setor/estágio	X			X		
2. Aperfeiçoamento e coordenação institucional						
- Reorganização e preparação do corpo técnico da FINEP para o exercício de funções bancárias e de mercado de capitais	X					
- Cooperação sistemática e institucionalizada entre FINEP, CNPq e agências estaduais para suporte aos estágios iniciais do ciclo de inovação. Aumento da comunicação entre os programas ADTEN e FNDCT	X					
- Cooperação sistemática e institucionalizada entre a FINEP e o BNDES para suporte aos estágios finais do ciclo de inovação	X					
3. Novos recursos para financiamento						
- Criação junto à FINEP de fundo de investimento em ações das empresas inovadoras (<i>venture capital</i>)	X			X		
- Regulamentação dos fundos de <i>venture capital</i> , discriminando os vários tipos de constituição institucional possíveis	X	X		X		
- Criação e regulamentação por parte da CVM - Comissão de Valores Mobiliários, de regras para o "mercado secundário" de ações vinculadas a esquemas de <i>venture capital</i>	X	X		X		
- Regulamentação da possibilidade de utilização de recursos dos fundos de pensão, de reservas das empresas seguradoras e de empresas estatais, na compra de títulos e ações relacionados a esquemas de financiamento de atividades de P&D e de <i>venture capital</i>	X	X				
- Viabilização da emissão de debêntures garantidas, de médio e longo prazos, pela FINEP	X			X	X	

AÇÕES/DIRETRIZES DE POLÍTICA

ACAD.

	AGENTE/ATOR					
	EXEC.	LEG.	JUD.	EMP.	TRAB.	ONGs
- Canalização de recursos gerados por taxas e emolumentos já existentes e relacionados a atividades de desenvolvimento tecnológico, para o FNDCT	X					
- Regulamentação do uso dos recursos provenientes do programa federal de desestatização	X					
- Proposição de vinculação plurianual de recursos do imposto de importação incidente sobre produtos manufaturados	X	X				
4. Incentivos fiscais						
- Definição de prioridades por setor/atividade para orientar concessão de incentivos	X					
- Avaliar a possibilidade de criação de mecanismo de crédito fiscal para empresas de pequeno porte cujo faturamento e lucros não permitam o abatimento imediato das despesas em P&D	X	X				
- Elevação do % de dedução do IR devido para setores intensivos em P&D e para empresas envolvidas em projetos mobilizadores de interesse nacional	X	X				
- Incentivos fiscais para a pessoa física e jurídica, acoplados com investimentos diretos, ou indiretos - em títulos e ações - vinculados ao financiamento de atividades de P&D e venture capital em segmentos industriais "high tech" considerados como prioritários	X	X				
- Incluir mecanismo de incentivo adicional semelhante à "depreciação acelerada", permitindo o desconto em dobro com as despesas de pessoal de alta qualificação técnica, possuidores de título de mestrado e doutorado	X	X		X		

2.5. Poder de Compra

AÇÕES/DIRETRIZES DE POLITICA	AGENTE/ATOR					
	EXEC.	LEG.	JUD.	EMP.	TRAB.	ONGs
ACAD.						

1. Capacitação Tecnológica						
1.1. Projetos Mobilizadores e Integradores (c/vistas à cap. tecn. da empresa nacional)						
- FINEP, empresas estatais e seus centros de pesquisa, empresas privadas, instituições de P&D e universidades			X			X
X						
1.2. Projetos Cooperativos entre Fornecedores (c/vistas à cap. tecn. da empresa nacional)						
- FINEP, empresas estatais e seus centros de pesquisa, empresas privadas, instituições de P&D e universidades			X			X
X						
1.3. Conjugação de Apoios Creditícios e Fiscal (c/vistas à cap. tecn. da empresa nacional)						
- FINEP, BNDES, PACTI	X					
1.4. Montagem de Sistema de Prospecção e Informação Tecnológica (c/vistas a transformar inform. científicas e tecnológicas em informações estratégicas p/ os negócios da empresa)						
- Empresas privadas de bens e serviços, empresas estatais, redes institucionais de informações	X			X		
1.5. Apoio institucional e financeiro aos centros de pesquisa das empresas estatais, universidades e instituições de P&D (c/vistas à cap. nacional em C&T)						
- FINEP, empresas estatais, órgãos governamentais	X			X		
2. Qualidade (c/vistas à melhoria dos padrões de qualidade e redução dos custos dos bens e serviços da cadeia: subfornecedores, fornecedores e usuários (empresas estatais))						
2.1. Apoio e sustentação do sistema de normas brasileiras (ABNT)						
- Empresas estatais, associações de classe, ABNT, INMETRO	X			X		
2.2. Divulgação e exigência de qualidade assegurada e certificação de sistemas de qualidade (ISO-9000)						
- Empresas estatais, fornecedores, INMETRO, PBQP, PADCT-TIB, FINEP	X			X		
2.3. Divulgação dos "selos" internacionais (ex. API, ASME)						
- Empresas estatais, entidades de classe, IBP	X			X		

AÇÕES/DIRETRIZES DE POLÍTICA

ACAD.

	AGENTE/ATOR					
	EXEC.	LEG.	JUD.	EMP.	TRAB.	ONGS
2. 4. Apoio, divulgação e participação no modelo institucional de certificação						
- Empresas estatais, entidades de classe, ABNT, INMETRO, PBQP	X			X		
2. 5. Apoio, divulgação e participação na certificação de bens e serviços						
- Empresas estatais, entidades de classe, INMETRO	X			X		
2. 6. Apoio, divulgação e participação na certificação de pessoal especializado						
- Empresas estatais, fornecedores, Centros de Qualificação (ex.: de Soldadores)	X			X		
2. 7. Apoio, divulgação e participação na certificação de laboratórios de inspeção e testes						
- Empresas estatais, fornecedores, instituições governamentais atuando na área TIB	X			X		
2. 8. Harmonização dos procedimentos de auditoria dos sistemas de qualidade e avaliação técnica dos fornecedores						
- Empresas estatais, fornecedores de bens e serviços, Subprograma V do PBQP	X			X		
2. 9. Divulgação e exigência de padrões de qualidade para as P&M empresas						
- Empresas estatais, empresas fornecedores de bens de capital, SEBRAE, FINEP	X			X		
2. 10. Criação e consolidação de entidades técnico-científicas						
- Empresas estatais, ABENDE, FBTS, empresas	X			X		X
X						
3. Produtividade						
3. 1. Uniformização dos procedimentos das empresas estatais na classificação de materiais e serviços, padrões de descrição de materiais, cadastramento, banco de preços, bolsa de materiais, licitações e contratações (c/vistas a ganhos de produtividade com a consequente redução dos custos de investimentos e custos operacionais para a cadeia: subfornecedores, fornecedores e usuários (empresas estatais)						
- Empresas estatais, fornecedores/entidades de classe, PBQP	X			X		
3. 2. Coordenação dos investimentos das empresas estatais em articulação com as Câmaras Setoriais (c/vistas a compatibilizar a oferta (volume e qualidade) de bens e serviços à demanda das emp. estatais						
- Empresas estatais, entidades de classe,						

órgãos governamentais de planejamento global e setorial e de política econômica	X	X
--	---	---

AÇÕES/DIRETRIZES DE POLITICA

ACAD.

EXEC. LEG. JUD. EMP. TRAB. ONGs

	EXEC.	LEG.	JUD.	EMP.	TRAB.	ONGs
3.3. Atitude de parceria entre as empresas estatais e os fornecedores de bens e serviços - transparência nas ações (c/vistas a permanente ganhos de qualidade e redução dos custos de bens e serviços) - Empresas estatais e fornecedores				X		
4. Atuação Político-Institucional						
4.1. Coesão de ações na formulação e implantação das políticas tecnológica e industrial (c/vistas à eliminação das múltiplas coordenações, duplicações de funções e contradições de políticas industrial e tecnológica) - Órgãos e empresas governamentais, órgãos colegiados	X			X		
4.2. Definição das atribuições e funções dos órgãos governamentais e colegiados envolvidos (c/vistas à eliminação das múltiplas coordenações, duplicações de funções e contradições de políticas industrial e tecnológica) - Órgãos e empresas governamentais, órgãos colegiados	X			X		
4.3. Programação plurianual de investimentos públicos e plano plurianual de compra das empresas governamentais (c/vistas ao planejamento dos programas de investimentos das empresas governamentais e orientação para a programação dos investimentos e produção dos fornecedores locais) - Órgãos governamentais de planejamento e coordenação de política econômica, empresas estatais	X			X		
5. Dispositivos Legais e Administrativos Reguladores de Compra Governamental						
5.1. Aprovação do Projeto de Lei sobre licitação e contratação na administração direta e indireta (c/vistas à definição legal dos procedimentos de habilitação e licitação para fornecimento às empresas governamentais) - Legislativo, executivo, empresas estatais e da administração direta, entidades de classe	X	X		X		

 AÇÕES/DIRETRIZES DE POLITICA

ACAD.

AGENTE/ATOR
 EXEC. LEG. JUD. EMP. TRAB. ONGs

 6. Estudos de Casos de Poder de Compra na Administração Direta

6.1. Elaboração dos seguintes estudos de caso:
 CEME, INAMPS e FAE

(c/vistas a proposições e recomendações para a definição de políticas públicas nas áreas indicadas e sua repercussão social)

- Instituições acadêmicas, entidades privadas e governamentais

X X

X

7. Processo de Privatização

7.1. Estabelecimento de condicionalidades ao processo de privatização, objetivando preservar o caráter público das empresas privatizadas (c/vistas a: preservar e aprimorar a competência e liderança científica e tecnológica dos centros de pesquisa estatais setoriais; preservar a função de coordenação e as informações compartilhadas em nível setorial no âmbito do planejamento, operação e gerência de suprimentos das empresas estatais)

- Órgãos governamentais envolvidos no processo de privatização e empresas estatais

X X

 Legenda: EXEC. - Executivo
 LEG. - Legislativo
 JUD. - Judiciário
 EMP. - Empresas e Entidades Empresariais
 TRAB. - Trabalhadores e Sindicatos
 ONGs - Organizações Não-Governamentais
 ACAD. - Academia

Nota: Em caso de coluna em branco, leia-se "sem recomendação".

3.1. Meio Ambiente

AÇÕES/DIRETRIZES DE POLÍTICA

ACAD.

CENÁRIO CASUÍSTICO

(Não requer alterações no quadro legal)

	AGENTE/ATOR					
	EXEC.	LEG.	JUD.	EMP.	TRAB.	ONGs
1. Organizar arranjo institucional atual através de uma Comissão de Competitividade Industrial e Meio Ambiente, monitorada pelos Ministérios do Meio Ambiente, Fazenda, Planejamento, Indústria e Comércio, Minas e Energia e Relações Exteriores; Secretarias Estaduais do Meio Ambiente, Órgãos de classe empresariais e sindicatos de trabalhadores.	X			X	X	X
2. Elaborar estudos das tendências internacionais das restrições externas ambientais; identificar áreas prioritárias de atuação; e ampliar capacidade de fomento.	X					X

CENÁRIO ANTECIPATIVO

(Requer alterações na legislação fiscal e ambiental para a introdução dos impostos sugeridos)

1. Criar Fundo Ambiental da Indústria através de impostos sobre poluição e fomento às atividades de controle ambiental. Coordenação do Ministério do Meio Ambiente e execução dos Ministérios do Planejamento e Fazenda. Participação regional dos órgãos ambientais estaduais.	X	X		X	X	
2. Impostos induziriam as firmas a internalizarem de forma eficiente as medidas de controle ambiental e, ao mesmo tempo, gerariam recursos adicionais ao Fundo. Coleta dos impostos a cargo da Receita Federal. (os impostos incidiriam sobre poluição hídrica e atmosférica, conteúdo de carbono dos combustíveis e nível de reciclagem e toxicidade dos produtos).	X					
3. As atividades de fomento (através do BNDES e bancos regionais de desenvolvimento) seriam sistemáticas e abrangentes.	X					
4. O acompanhamento seria realizado com base em indicadores: de tendência internacional das restrições ambientais (IBAMA, Ministérios da Indústria e Comércio e Relações Exteriores); de nível de controle ambiental (IBAMA e IBGE); de nível de investimentos em controle ambiental (IBAMA e IBGE); e de consumo energético (Ministério das Minas e Energia).	X					

3.2. Defesa da Concorrência e do Consumidor

 AÇÕES/DIRETRIZES DE POLÍTICA

ACAD.

AGENTE/ATOR

EXEC. LEG. JUD. EMP. TRAB. ONGs

 Estabelecimento de condições administrativas:

1. Pessoal Técnico:

- Treinamento dos atuais funcionários do DPDE e de outros da administração pública que sejam deslocados para o Departamento, por curso organizado pela Escola Nacional de Administração Pública-ENAP ou instituição pública equivalente; X
- o pessoal técnico especializado desempenhará também a função de disseminar informações sobre as diretrizes e procedimentos da política de defesa da concorrência; X
- para manter um quadro técnico enxuto, estudos setoriais que fundamentem o detalhamento das diretrizes da política e outras análises de maior fôlego podem ser realizados através de projetos de cooperação técnica com instituições de pesquisa ou com o recurso à consultoria especializada. X X

X

2. Sistema de Informações:

- requisição de informações atualizadas de empresas selecionadas (empresas líderes e empresas representadas em denúncias de práticas restritivas) com base legal na Lei Delegada nº 5/62, Lei nº 8.158/91); X
- manter abertos os canais com bancos de dados de outros órgãos da Administração, como Banco Central, IBGE, CVM e Receita Federal, preferencialmente com o estabelecimento de uma rotina de colaboração entre os respectivos quadros técnicos. X

3. Estrutura de Investigação:

- aproveitamento da infra-estrutura da SUNAB, que dispõe de recursos operacionais (delegacias em todos os estados), legais (Leis Delegadas nº4 e 5) e humanos (corpo de fiscais e procuradores) para realizar diligências; X
- reciclagem através de intenso processo de treinamento e mesmo a renovação do quadro de funcionários da SUNAB; X
- programa de valorização do funcionário responsáveis por investigações e instruções de processos, com estímulos pecuniários, de carreira e de status. X

Estabelecimento de condições de credibilidade:

- adoção de medidas preventivas tão logo existam evidências de transgressão à lei; X
- valor das multas elevado; X
- confirmação, pelo poder judiciário, das decisões

do CADE.

X

AÇÕES/DIRETRIZES DE POLÍTICA

ACAD.

AGENTE/ATOR

EXEC. LEG. JUD. EMP. TRAB. ONGs

- regulamentação da Lei nº 8.078/90 - Código de Defesa do Consumidor - com a definição das sanções administrativas às infrações previstas na lei e das competências e procedimentos para a aplicação das punições. X
- criação de uma entidade administrativa autônoma, com personalidade jurídica própria, a partir da fusão do DPDE e da SUNAB, como uma autarquia vinculada à Presidência da República, da mesma forma que o CADE (que se desvincularia do Ministério da Justiça); X
- mudança na estrutura do CADE (incorporação de procuradores, chefia a cargo de uma espécie de Ombudsman, nomeado pelo Presidente, após arguição do Senado e com mandato fixo); X
- desdobramento da Divisão de Direitos Difusos e Coletivos do Ministério Público com a criação de uma Divisão de Direito Econômico (Direito da Concorrência e do Consumidor), formada por procuradores especializados em defesa da concorrência e dos consumidores; X
- emenda do Código de Defesa do Consumidor para prever a competência administrativa do CADE, como órgão judicante em questões atinentes à defesa do consumidor; consolidação e incorporação ao Código, na emenda proposta, de todas as peças de regulamentação que tratam de matéria relativa ao consumidor (consórcios para aquisição de bens de consumo duráveis, mensalidades escolares, aluguéis, planos e seguros de saúde, etc.); X X
- campanha institucional para incentivar a multiplicação de entidades públicas (estaduais e municipais) e privadas de defesa do consumidor, de modo a descentralizar a fiscalização e a aplicação da Lei. X X
- os artigos da Lei Delegada nº 5, da Lei nº 4.137, da Lei nº 8.078 e da Lei nº 8.158, que definem as competências da SUNAB, CADE e SNDE e suas respectivas vinculações, ou ainda a possibilidade de recurso ao Ministro da Justiça de decisões do CADE, seriam matéria de emenda na lei que proporia a criação do novo aparato institucional da defesa da concorrência. X

3.3. Investimento Estrangeiro

AÇÕES/DIRETRIZES DE POLÍTICA

ACAD.

	AGENTE/ATOR					
	EXEC.	LEG.	JUD.	EMP.	TRAB.	ONGs
1. Aproveitar os indutores externos ao investimento (incentivos existentes no exterior para investimentos diretos de pequenas e médias empresas)						
- Dinamização dos acordos de dupla tributação	X	X				
- Criação de mecanismos de incentivo fiscal que potencializem os indutores externos (evitando taxas artificiais de rendimento)	X	X				
2. Estabelecer indutores de comportamentos "virtuosos" para a competitividade sistêmica (atualização tecnológica, utilização de centros independentes de P&D, cooperação com universidades, parcerias com fornecedores, treinamento, etc.)	X			X	X	
3. Reprimir o abuso do poder econômico e práticas comerciais restritivas	X	X		X	X	
4. Compatibilizar a política para investimento estrangeiros em nível regional (MERCOSUL)	X					
5. Propostas para a revisão constitucional:						
- Revogar integralmente o Art. 171 da Constituição (Distinção entre empresa brasileira e empresa brasileira de capital nacional)	X	X				
- Alterar o parágrafo 1º, Art. 176 da Constituição p/ garantir acesso à exploração dos recursos minerais a empresas controladas por capital estrangeiro	X	X				
6. Revisão de legislação/normas:						
- introduzir taxação diferenciada na remessa de dividendos e royalties p/ empresas estrangeiras que cumpram requisitos de desempenho relacionados à transferência de tecnologia e capacitação tecnológica	X	X				
- Revogar leis que estabelecem restrições ao IDE p/operação e transporte rodoviário (Lei 8813/80) e produção de áudio-visuais (Lei 8401/92)	X	X				
- agilizar votação da Lei Complementar sobre o Sistema Financeiro Nacional p/superar as restrições à instalação de instituições estrangeiras financeiras previstas no Art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias	X	X				
- definir critérios p/ registro de outras formas de apropriabilidade jurídica, em particular copyright e transferência de know-how	X	X				
- levantar legislação sobre investimentos no exterior dos países da OCDE p/ identificar indutores externos ao investimento	X					

3.4. Propriedade Industrial

AÇÕES/DIRETRIZES DE POLÍTICA	AGENTE/ATOR					
	EXEC.	LEG.	JUD.	EMP.	TRAB.	ONGs
ACAD.						
1. Definição de microrganismos patenteáveis: evitar regulamentação restritiva	X	X				
2. Regulamentação das razões que impedem licença compulsória por falta de exploração: considerar casos de exploração antieconômica; articular com lei antitruste a definição de abuso de poder econômico	X	X				
3. Constituição de um mercado de produtos genéricos farmacêuticos	X	X		X		
4. Aprovação da Lei de Proteção de Cultivares					X	
5. Aprofundar discussão sobre adesão do Brasil à UPOV/78 e ao Tratado de Budapest	X					
6. Garantir condições operacionais ao INPI	X					

Legenda: EXEC. - Executivo
 LEG. - Legislativo
 JUD. - Judiciário
 EMP. - Empresas e Entidades Empresariais
 TRAB. - Trabalhadores e Sindicatos
 ONGs - Organizações Não-Governamentais
 ACAD. - Academia

Nota: Em caso de coluna em branco, leia-se "sem recomendação".

- regionalizações e cisões da Rede Federal, com vistas a viabilizar sua privatização	X	X			
- regionalização e fusões da FEPASA, com vistas a sua privatização	X	X			
6. Transporte Marítimo/Hidroviário:					
- implementação das mudanças previstas na nova legislação de portos	X		X	X	X

4.2. Energia

AÇÕES/DIRETRIZES DE POLÍTICA

ACAD.

	AGENTE/ATOR					
	EXEC.	LEG.	JUD.	EMP.	TRAB.	ONGs
1. Atualizar e detalhar as prioridades da política energética nacional:						
- Reconhecimento amplo da função integradora da Secretaria Nacional de Energia	X					
- Restabelecimento de órgão colegiado assemelhado à Com. Nacional de Energia (CNE)	X					
- Estímulo à integração dos trabalhos da CNE e das Com. Legislativas Mistas de Orçamento e de Minas e Energia	X	X				
2. Acelerar a reestruturação institucional, em particular do setor elétrico:						
- Aprovação dos projetos de lei relativos às concessões de serviços de utilidade pública e à reformulação do setor elétrico					X	
3. Saneamento e criação de novos instrumentos de financiamento:						
- Implementação da proposta de saneamento financeiro do setor elétrico	X					
- Revisão das exceções constantes da Res. 1718 do Banco Central, permitindo que personalidades jurídicas nos moldes da "special purpose companies" possam lastrear a emissão de títulos financeiros e/ou mercantis em recebíveis ligados a projetos de infraestrutura	X					
- Recomposição tarifária	X					
4. Modernizar o arcabouço jurídico-institucional:						
- Recuperação das concessionárias regionais e estaduais, solução das ineficiências administrativas e operacionais	X					
- Aumento da participação da iniciativa privada, nos moldes propostos no foro REVISE, em 1988	X	X				
5. Definir programas setoriais prioritários para utilização de gás natural e conservação de energia nos setores mais afetados pelo aumento de tarifas	X			X	X	

X

4.3. Telecomunicações

AÇÕES/DIRETRIZES DE POLÍTICA

ACAD.

AGENTE/ATOR

EXEC. LEG. JUD. EMP. TRAB. ONGs

1. MELHORIA DA QUALIDADE E MAIOR OFERTA DE NOVOS SERVIÇOS

1.1. Melhoria da Qualidade e Ampliação dos Serviços (COMP):

1.1.1. Atender indicadores de qualidade; pesquisar novos serviços; investir em qualidade

- Sistema Telebrás (Hold+Oper.+CPqD) X

1.1.2. Apoiar melhoria de qualidade; fiscalizar qualidade

- Min. Comunicações X

1.1.3. Financiar programas de melhoria de qualidade

- BNDES X

1.1.4. Elaborar e aprovar diretrizes de informação da sociedade

X

1.1.5. Elaborar sugestões; atender especificações

X

1.1.6. Sugerir e auxiliar programa de treinamento

X

1.1.7. Acompanhar e fiscalizar

- Associações de usuários

X

X

X

X

1.1.8. Apoiar financiamento de projetos específicos

- Órgãos financeiros internacionais

X

1.1.9. Acompanhar debate internacional; realizar pesquisas aplicadas; gerar propostas

X

X

1.2. Incentivo ao Uso de TI (COMP)

1.2.1. Ampliar divulgação dos serviços; instruir usuários

- Sistema Telebrás (Hold+Oper.+CPqD) X

1.2.2. Apoiar e Fomentar uso de TI

- Min. Comunicações X

1.2.3. Financiar projetos vinculados ao uso de TI

- BNDES X

1.2.4. Introduzir TI em órgãos públicos

- Governos estaduais e municipais X

1.2.5. Elaborar e aprovar diretrizes de informatização da sociedade

X

1.2.6. Contribuir p/divulgação; atender especificações

X

1.2.7. Incentivar e propor soluções criativas

- Associações de usuários

X

X

X

X

1.2.8. Apoiar financiamento de projetos específicos

- Órgãos financeiros internacionais

X

1.2.9. Acompanhar debate internacional; realizar pesquisas aplicadas; gerar propostas; ensino em TI

X

X

1.3. Apoio ao Mercosul (COMP)

- 1.3.1. Ampliar capacidade de transf. e comut. na
área do Mercosul
- Sistema Telebrás (Hold+Oper. +CPQD) X
-
-

AÇÕES/DIRETRIZES DE POLÍTICA

ACAD.

AGENTE/ATOR

EXEC. LEG. JUD. EMP. TRAB. ONGs

2. FIRME AMPLIAÇÃO DA REDE BÁSICA (COMP)

2.1. Investir 1,5% PIB (CEPAL); dim cust. term; meta: 20 milhões

- Sistema Telebrás (Hold+Oper.+CPqD) X

2.2. Estimular alcance da meta de 20 milhões

- Min. Comunicações X

2.3. Financiar projeto vinculado à expansão da rede

- BNDES X

2.4. Compatibilizar Plano Des. Est./Munic.

- Governos estaduais e municipais X

2.5. Elaborar e aprovar diretrizes de informatização da sociedade

X

2.6. Desenvol. terminais de baixo custo

X

2.7. Divulgação

X

2.8. Apoiar financiamento de projetos específicos

- Órgãos financeiros internacionais X

2.9. Criar Banco Mundial de TC

- I. T. U. X

2.10. Estudar altern. terminais baixo custo

X

3. DIVERSIFICAÇÃO DOS MECANISMOS DE FINANCIAMENTO

3.1. Ampliação e Diversificação das Fontes de Financiamento (GER)

3.1.1. Ampliar/diversificar fontes internas e externas; estudar captação externa

- Sistema Telebrás (Hold+Oper.+CPqD) X

3.1.2. Incentivar TB/OP diversificar fontes

- Min. Comunicações X

3.1.3. Exc. 1718 e estudar captação externa

- BACEN X

3.1.4. Financiar STB

- BNDES X

3.1.5. Financiar projetos e complementar recursos; promover estudos

- Órgãos financeiros internacionais; Banco Mundial X

3.2. Continuidade da Reestruturação Tarifária (COMP)

3.2.1. Avaliar política atual; propor novas diretrizes

- Sistema Telebrás (Hold+Oper.+CPqD); Min. Comunicações; SEPLAN/FAZ.; associações de usuários X

X

X

X

X

AÇÕES/DIRETRIZES DE POLÍTICA

ACAD.

AGENTE/ATOR

EXEC. LEG. JUD. EMP. TRAB. ONGs

4. O PODER DE COMPRA DO STB COMO INSTRUMENTO DE POLÍTICA INDUSTRIAL

4.1. Uso Articulado do Poder de Compra do STB (COMP)

4.1.1. Elaborar diagnóstico, propor diretrizes de política tecnológica e industrial de TC, participar de debates e discutir experiência internacional no uso do poder de compra

- Sistema Telebrás (Hold+Oper.+CPQD); universidades; órgãos de classe; associações de usuários; fabricantes; sindicatos

X X X X

X

4.1.2. Definir política tecnológica e industrial de TC

- Min. Comunicações; MICT

X

4.1.3. Elaborar e aprovar Plano Desenv. Setores Estratégicos

X

4.1.4. Aprovar Lei de Licitação

- Min. Comunicações

X

4.1.5. Implementar e fiscalizar execução da

- Sistema Telebrás (Hold+Oper.+CPQD)

X

4.2. Exportação de Centrais Trópico (COMP)

4.2.1. Apoiar e financiar programa de exportação

- Sistema Telebrás (Hold+Oper.+CPQD); BNDES

X

4.2.2. Ampliar mercado externo; divulgar centrais trópico

X

5.1. Sistema de Planejamento de Longo Prazo (GER)

5.1.1. Montar estrutura de planejamento LP

- Sistema Telebrás (Hold+Oper.+CPQD)

X

5.1.2. Estimular e participar do sistema de planejamento LP

- Min. Comunicações

X

5.1.3. Articular c/planejamento global

- SEPLAN

X

5.1.4. Articular c/planejamento estadual e munic.

- Governos estaduais e municipais

X

5.1.5. Participar da montagem da estrutura de planej. LP

- Sindicatos; associações de usuários; fabricantes

X X

5.1.6. Debater, sugerir medidas e examinar experiência internacional

X

X X X

X

5.2. Definição do Modelo de Telecomunicações (GER)

5.2.1. Elaborar diagn., propor diretrizes p/mode-

	lo, participar de debates e examinar al-				
	ternativas internacionais				
	- Sist. Telebrás (Hold+Oper.+CPqD); univ.;				
	órgãos de classe; sindicatos; associa-				
	ções de usuários; fabricantes	X	X	X	X
X					

AÇÕES/DIRETRIZES DE POLÍTICA

ACAD.

AGENTE/ATOR

EXEC. LEG. JUD. EMP. TRAB. ONGs

5.2.2.	Definir modelo de TC - Min. Comunicações	X					
5.2.3.	Articular com Planejamento Global - SEPLAN	X					
5.2.4.	Elaborar e aprovar Plano de Desenv. Setores Estratégicos		X				
5.3.	Nova Lei de Telecomunicações (GER)						
5.3.1.	Fornecer subsídios; elaborar projeto de lei - Sistema Telebrás (Hold+Oper.+CPqD); Min. Comunicações	X					
5.3.2.	Elaborar e aprovar nova Lei de TC		X				
5.3.3.	Sugerir alternativas e avaliar mudança internacional	X			X	X	X
X							
5.4.	Maior Autonomia para o STB (GER)						
5.4.1.	Identificar missão STB; propor diretrizes e propor contratos de gestão - Sistema Telebrás (Hold+Oper.+CPqD)	X					
5.4.2.	Propor e aprovar instr. auton.; iniciar contratos gestão - Min. Comunicações	X					
5.4.3.	Articular e acompanhar progr. de autonomia - SEPLAN	X					
5.4.4.	Acompanhar e fiscalizar		X				
5.4.5.	Acompanhar discussão						X
5.5.	Estrutura Autônoma de Regulamentação (GER)						
5.5.1.	Estudar e propor modelo de ag. regulamentação - Sistema Telebrás (Hold+Oper.+CPqD)	X					
5.5.2.	Estimular criação ag. regulamentação - Min. Comunicações	X					
5.5.3.	Participar discussão e aprovar leg. apoio		X				
5.5.4.	Debater e sugerir alternativas e avaliar experiência internacional				X	X	X
X							
6.	FORMAÇÃO DE PARCERIAS E ALIANÇAS ESTRATÉGICAS COM O SETOR PRIVADO (COM)						
6.1.	Elaborar projetos gerais e específicos - Sistema Telebrás (Hold+Oper.+CPqD)	X					
6.2.	Incentivar realização de parcerias - Min. Comunicações	X					
6.3.	Financiar projetos de parcerias - BNDES	X					
6.4.	Sugerir e elaborar projetos de parceria - Associações de usuários e fabricantes				X		
6.5.	Examinar experiência internacional	X			X		X
X							

Legenda: EXEC. - Executivo
LEG. - Legislativo
JUD. - Judiciário
competitividade
EMP. - Empresas e Entidades Empresariais
TRAB. - Trabalhadores e Sindicatos

ONGs - Organizações Não-Governamentais
ACAD. - Academia
COMP - Ações imediatamente vinculadas à
GER - Ações gerais no setor de telecomunicações

Nota: Em caso de coluna em branco, leia-se "sem recomendação".

5.1. Relações de Trabalho e Proteção Social

AÇÕES/DIRETRIZES DE POLÍTICA

ACAD.

	AGENTE/ATOR					
	EXEC.	LEG.	JUD.	EMP.	TRAB.	ONGs
1. Contrato Coletivo de Trabalho						
- legislação de apoio e de promoção da ação coletiva em todos os níveis		X				
- articulação de instâncias centralizadas e descentralizadas de negociação				X	X	
- transformação da justiça do trabalho em Instrumento de Arbitragem Pública livremente acessado pelas partes		X	X			
- autonomia dos contratos coletivos para a negociação de todos os itens definidores das relações de trabalho incluindo aqueles constantes na legislação		X	X			
- reconhecimento da representação sindical por local de trabalho				X		
- legislação que assegure mecanismos mínimos de proteção na transição do atual sistema para outro de negociações		X				
- gestão tripartite do sistema de formação profissional e treinamento, bem como das articulações com o sistema educacional regular ou supletivo	X			X	X	
2. Mecanismos de Proteção Social						
- manutenção de um sistema público de seguridade básica, incluindo: previdência social, sistema de saúde universal e assistencial social	X	X				
- separação das fontes de custeio da previdência, saúde e assistência social	X	X				
- descentralização/municipalização das ações de saúde e assistência social	X					
- efetivação de medidas de controle gerencial e fiscalização do processo de concessão de benefícios previdenciários	X					
- revisão da aposentadoria por tempo de serviço, com a instituição da exigência de idade mínima cumulativamente ao número de contribuições	X	X				
- redefinição das aposentadorias especiais	X	X				
- redução do número de benefícios e maior seletividade na sua concessão;	X	X				
- introdução de mecanismos de seletividade na oferta de alguns serviços médicos	X					
- coexistência da previdência pública básica com a previdência complementar pública ou privada, fechada ou aberta	X	X				
- regulamentação de esquemas privados de seguridade						
- redefinição do seguro-desemprego incorporando-o a um plano mais abrangente de amparo ao trabalhador com vistas a formação, treinamento e reciclagem	X	X		X	X	

 AÇÕES/DIRETRIZES DE POLÍTICA

ACAD.

 AGENTE/ATOR
 EXEC. LEG. JUD. EMP. TRAB. ONGs

3. Recomendações às empresas:

- reconhecimento da importância das comissões de trabalhadores a nível de empresas independentemente da sindicalização X
 - reconhecimento do direito das comissões e representação sindical à livre informação sobre a política das empresas X
 - gestão participativa começando pelos assuntos periféricos à produção (política de benefícios) e evoluindo para a definição de estratégias de longo prazo sobre gestão e emprego X
 - participação dos trabalhadores nos fundos de pensão e planos de saúde da empresa X
 - redução de níveis hierárquicos e do leque salarial X
 - introdução de esquemas de remuneração por resultados, negociados com os empregados da empresa, sem substituir a remuneração salarial devida (nos termos do Substitutivo Projeto de Lei nº 4580, 1990); X
 - envolvimento de todos os segmentos da força de trabalho em programas de treinamento para a qualidade X
 - renovação e reciclagem das gerências intermediárias visando maior colaboração desses segmentos para um gerenciamento mais participativo X
-
-

2. Melhoria do Ensino Básico

- | | |
|--|---|
| - expansão do atendimento pré-escolar | X |
| - aumento da jornada escolar | X |
| - priorização dos 2 turnos sobre a escola integral | X |
| - compensação financeira pelo retardamento do ingresso no mercado de trabalho | X |
| - revisão dos currículos básicos, direcionando-os para aptidões básicas | X |
| - definição de um padrão nacional mínimo compulsório para o sistema educacional nacional | X |

AÇÕES/DIRETRIZES DE POLÍTICA

ACAD.

AGENTE/ATOR

EXEC. LEG. JUD. EMP. TRAB. ONGs

	EXEC.	LEG.	JUD.	EMP.	TRAB.	ONGs
- eliminação das diferenças curriculares entre o ensino regular e técnico	X					
- prioridade no ensino médio para o 2º grau regular e noturno	X					
- administração das escolas técnicas por convênios tripartites	X			X	X	X
X						
3. Ensino Superior						
- reforço dos cursos de Ciências Básicas						
X						
- aumento da oferta de vagas nas Universidades públicas						
X						
- bolsas de estudo para estudantes que precisam trabalhar	X					X
X						
- combater a fragmentação profissional e a especialização precoce						
X						
- incluir Humanidades nos currículos das Engenharias						
X						
- implementar o Ciclo Básico						
X						
- maior flexibilidade à pós-graduação						
X						
- abrir a Universidade para profissionais de grande experiência mesmo que sem os requisitos formais tradicionais						
X						
- maior peso da relevância dos temas de tese e na interdisciplinaridade						
X						
- Extensão concentrada nos programas de reciclagem						
X						
- autonomia universitária associada à profissionalização da gestão						
X						
4. Qualificação profissional						
4.1. Recomendações às empresas: ações diretas						
- cooperação com as Universidades				X		
X						
- participar dos esforços de melhoria do ensino básico				X		
- abertura de oportunidades educacionais nos espaços fabris				X		
- abertura da gestão dos programas de for-						

mação profissional aos trabalhadores	X
4.2. Recomendações às empresas: formação profissional	
- utilização da rede SESI para novas experiências educacionais	X
- utilização dos espaços ociosos do sistema SENAI para educação básica, regular ou supletiva	X
- transformação da rede de escolas técnicas em Centros de Desenvolvimento Tecnológico	X
- abertura das escolas técnicas aos menos escolarizados	X
- reestruturação dos currículos técnicos	X
- o SENAI deve dedicar os seus recursos a programas de interesse geral	X

 AÇÕES/DIRETRIZES DE POLÍTICA

ACAD.

 AGENTE/ATOR
 EXEC. LEG. JUD. EMP. TRAB. ONGs

- o SENAI deve participar de programas de difusão de novas tecnologias

X

5. Sindicatos

- acesso a oportunidades de qualificação profissional devem ser privilegiadas nas pautas trabalhistas
- participação pelos sindicatos da gestão de agências de formação

X

X

X

X

X

6. Financiamento do ensino básico

- recursos adicionais para assistência
- simplificação e agilização da gestão
- critérios claros na amplificação direta
- destinação de parcelas específicas a regiões carentes e a escolas públicas
- vinculação ao ensino básico

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

- definição de um padrão nacional de educação básica

X

X

- definição de especificidades locais adicionais

X

X

- implementação de um projeto nacional de educação

X

X

- implantação de uma instância federal responsável por exames nacionais

X

- implantação de programas especiais de recuperação dos sistemas com resultados negativos

X

- implantação de equipes de acompanhamento dos sistemas estaduais e municipais

X

- liberação de recursos pelo MEC condicionada aos programas

X

- a avaliação deverá incluir custos e resultados

X

5.3. Reestruturação Produtiva

AÇÕES/DIRETRIZES DE POLÍTICA

ACAD.

AGENTE/ATOR

EXEC. LEG. JUD. EMP. TRAB. ONGs

<p>X</p> <p>- Identificar as práticas de gestão de RH que mais se coadunam com o esforço de incremento da qualidade e produtividade</p>	X			X	X	
<p>X</p> <p>- Acompanhar implementação de programas de qualidade em setores básicos da indústria</p>	X			X	X	
<p>X</p> <p>- Analisar relação entre modernização tecnológica e o contrato coletivo de trabalho. O uso deste instrumento de forma flexível pode propiciar ambiente cooperativo e adequado à eficiência na introdução de inovações.</p>	X			X	X	
<p>X</p> <p>- Analisar experiência internacional e acompanhar experiências nacionais bem sucedidas de negociação da inovação</p>	X			X	X	
<p>X</p> <p>- Câmaras Setoriais e PBQP</p>						
<p>X</p> <p>- Identificar as principais modalidades e conseqüências sócio-econômicas dos processos de "terceirização"</p>	X			X	X	
<p>X</p> <p>- Acompanhar experiências concretas com objetivo de elaborar políticas destinadas a ampliar os benefícios e combater efeitos negativos</p>	X			X	X	
<p>X</p> <p>- Câmaras Setoriais PBQP e SEBRAE</p>						
<p>X</p> <p>- Elaborar propostas de políticas de redução significativa dos encargos sociais para micro e pequenas empresas. Os incentivos devem estar associados a sistemas de avaliação e acompanhamento</p>						
<p>X</p> <p>- Câmaras Setoriais, PBQP, SEBRAE</p>	X	X		X	X	
<p>X</p> <p>- Ampliar programas de apoio ao processo de "reciclagem" de micro e pequenas empresas</p>	X			X		
<p>X</p> <p>- Estimular o fortalecimento de "redes" em nível local, que estimulem a elevação da eficiência coletiva</p>	X			X		
<p>X</p> <p>- PBQP, SEBRAE, SENAI/SENAC, Grandes Empre-</p>						

sas, Universidades e Escolas Técnicas,
Sindicatos (patronais e de trabalhadores)
e Prefeituras

- PBQP	X	X	X
- Promover a distribuição de ganhos a partir de metas definidas referentes à qualidade e produtividade e uma atitude mais aberta no sentido de negociar o processo de mudança com as organizações de trabalhadores			
- PBQP	X	X	X
- Realizar levantamentos sistemáticos do nível de escolaridade do pessoal empregado e das necessidades de treinamento	X	X	X
- Criar bancos de dados que permitam a elaboração de diagnósticos da situação e posterior avaliação de resultados de programas de treinamento	X	X	
X			
- PBQP			
- Ampliar oferta de cursos que visem o desenvolvimento de habilidades analíticas e capacidade de avaliar e utilizar informações em convênios com Universidades, Escolas Técnicas, SENAI, etc.			
- PBQP	X	X	X

 AÇÕES/DIRETRIZES DE POLÍTICA

ACAD.

 AGENTE/ATOR
 EXEC. LEG. JUD. EMP. TRAB. ONGs

 - Incentivar e promover a permanente reciclagem e atualização profissional em convênios com Universidades, Escolas Técnicas, SEANIS, etc.

 - PBQP X X X
 X

- Acompanhar via avaliação permanente a eficácia do treinamento ministrado. Criar sistemas de avaliação do programa de treinamento

 - PBQP X X X
 X

- Aumentar o investimento na área de treinamento gerencial, especialmente em temas relacionados com gerenciamento da mudança e da inovação. Promover convênios com Universidades. Promover cursos destinados a obter um perfil gerencial adequado aos desafios atuais (visão técnico-social abrangente)

 - PBQP X X X
 X

 Legenda: EXEC. - Executivo
 LEG. - Legislativo
 JUD. - Judiciário
 EMP. - Empresas e Entidades Empresariais
 TRAB. - Trabalhadores e Sindicatos
 ONGs - Organizações Não-Governamentais
 ACAD. - Academia

Nota: Em caso de coluna em branco, leia-se "sem recomendação".

1.1. Estabilidade da taxa real em nível compatível c/uma política de apoio às exportações.

- BACEN, Mi n. Fazenda e CMN X

2. Financiamento e Seguro de Crédito

2.1. Criação de um Fundo autônomo de financiamento e seguro

- adoção da medida: CMN, BACEN, Mi n. da Fazenda, MICT, IRB e Legislativo X X

- execução: B. Brasil e membros do Conselho do Fundo (MF, MICT, BACEN, AEB, BB e Febraban) X X

2.2. Criação de condições favoráveis ao uso do forfaiting e outros instrumentos privados, acompanhando tendência do mercado.

- BACEN, Mi n. Fazenda, MICT X

Ações/Diretrizes de Política	Agente/Ator					
	Exec.	Leg.	Jud.	Emp.	Trab.	Ongs. Acad.
2.3. Uso do Proex na equalização de taxa de juros, em lista ampliada.						
- adoção da medida: CMN, BACEN, Mi n. da Fazenda, MICT	X					
- execução: Bco. Brasil	X					
3. Tratamento Tributário das Exportações						
3.1. Isenções diversas de IPI						
- Mi n. Fazenda (Dep. Rec. Federal), MICT	X					
- Legislativo		X				
3.2. Operacionalização do drawback verde-amarelo.						
- Mi n. Fazenda (DRF) e MICT (DTIC)	X					
3.3. Isenção do ICMS p/semi manufaturados.						
- CONFAZ, Mi n. Fazenda, MICT	X					
3.4. Autorização p/repasse de créditos acumulados na exportação (ICMS).						
- CONFAZ, Mi n. Fazenda, MICT	X					
- Legislativo		X				
3.5. Consolidação/ampliação do convênio CONFAZ: vendas a tradings p/exportação, c/depósito em entreposto aduaneiro.						
- CONFAZ, Mi n. Fazenda e MICT	X					
3.6. Isenção parcial do ICMS sobre tarifas públicas.						
- CONFAZ, Mi n. Fazenda, MICT e concessionária de serviços públicos	X					
3.7. Extinção do ATP e do AFRMM						
- Mi n. Fazenda, Mi n. Transportes, MICT	X					
- Legislativo		X				
4. Estrutura Institucional						
4.1. Setor Público						
- Instituição colegiado de alto nível (Mi n. Fazenda, MICT, BACEN, MRE, Mi n. Transportes, Mi n. do Planejamento, Febraban, AEB, Legislativo)	X	X				
- Reforço institucional da SNCE (Mi n. Fazenda, MICT e Legislativo)	X	X				
4.2. Setor Privado						
- Reorganização institucional (AEB, ABECE, Funcex, CNI)				X		X
5. Política de Exportação no Mercosul						
5.1. Não aplicação de incentivos no comércio intra-regional						
- Mi n. Fazenda, MICT, BACEN, CONFAZ e órgãos correspondentes nos demais países do Mercosul	X					

Ações/Diretrizes de Política	Agente/Ator					
	Exec.	Leg.	Jud.	Emp.	Trab.	Ongs. Acad.
5.2. Mecanismo de financiamento (fundo comum ou agência multinacional) - Mi n. Fazenda, MICT, BACEN, CMN, bcos. comerciais e correspondentes nos demais países do Mercosul	X					
5.3. Harmonização de políticas de promoção regional (ZPE, Zonas Francas, etc.). - CMN, Mi n. Fazenda (inclusive DRF), MICT, órgãos gestores das políticas (autoridade de ZPEs, órgãos regionais) e entidades empresariais dos 4 países.	X			X		
6. Instrumentos Não-Tarifários de Proteção						
6.1. Reforço institucional do DTT/MICT, para aplicação efetiva dos Códigos anti-dumping e anti-subsídios. - Mi n. Fazenda, MICT, MRE	X					
6.2. Elaboração e implantação de um Código de Salvaguardas. - adoção: Mi n. Fazenda, MICT, MRE e Legislativo e órgãos correspondentes nos demais países do Mercosul - execução: DTT/MICT	X	X				
C. MERCOSUL						
1. Política Cambial						
1.1. Coordenação entre as políticas macroeconômicas: - Grupo Mercado Comum/Sub-grupo de trabalho 10 (coord. de pol. macroeconômicas)	X					
2. Tarifa Externa Comum (TEC)						
2.2. Hierarquização de prioridades visando a definição da TEC p/setores onde existe certa convergência dos níveis de proteção: - Grupo Mercado Comum/Sub-grupo de Trabalho 10 (coord. de políticas macroeconômicas)	X					
3. Política Industrial Comum						
3.1. Redução dos desníveis de competitividade intra-regionais e promoção da inserção competitiva no comércio mundial - Grupo Mercado Comum/Sub-regupo de trabalho 7 (pol. indl. e tecnológica)	X					
3.2. Aprofundamento dos estudos relativos à harmonização de políticas econômicas. - Governos dos países do Mercosul	X	X				X

Ações/Diretrizes de Política	Agente/Ator						
	Exec.	Leg.	Jud.	Emp.	Trab.	Ongs.	Acad.
D. FLUXOS DE INVESTIMENTOS EXTERNOS							
1. No contexto atual, priorizar a participação das empresas estrangeiras já instaladas no país na estratégia das políticas industrial e tecnológica:	X						
- estimular, através de incentivos tributários, a formação de parcerias com empresas nacionais;							
- estimular a formação de centros de P&D das empresas estrangeiras, no âmbito do Mercosul;							
- estimular as exportações das empresas estrangeiras, de forma compatível com as regras do GATT.							
2. Criação de sistema de informações para o monitoramento das oportunidades para novos investimentos e para associações entre empresas.		X					X
3. Aperfeiçoamento da legislação que afeta os investimentos intangíveis e revisão das restrições setoriais.		X	X				
4. Definir mecanismos de apoio à internacionalização de empresas brasileiras, de modo a aproveitar novas oportunidades de mercado	X					X	X

Legenda: Exec. - Executivo
 Leg. - Legislativo
 Jud. - Judiciário
 Emp. - Empresas e Entidades Empresariais
 Trab. - Trabalhadores e Sindicatos
 Ongs. - Organizações Não-Governamentais
 Acad. - Academia

Nota: Em caso de coluna em branco, leia-se "sem recomendação".

7.1. Desenvolvimento Regional

AÇÕES/DIRETRIZES DE POLÍTICA

ACAD.

	AGENTE/ATOR					
	EXEC.	LEG.	JUD.	EMP.	TRAB.	ONGs
1. Reformulação global do Sistema Institucional e de Incentivos Regionais						
- Restabelecimento do planejamento e da ordenação territorial	X					
- Extinção do atual sistema de incentivos fiscais regionais		X				
- Criação do Fundo de Desenvolvimento Regional	X	X				
- Extinção e reformulação do sistema institucional	X	X				
- Criação de novas formas institucionais	X	X		X	X	X
X						
2. Desenvolvimento do sistema de transportes para integração do mercado e acelerar desconcentração						
- Duplicação das BRs 381, 116, 376, 101, 262, 040 e 050	X			X		
3. Ligação das regiões de fronteira aos portos						
- Definição do corredor Centro-Oeste/Porto com prioridade para o corredor norte	X			X		
4. Políticas específicas para o desenvolvimento do Nordeste						
- Reforço do corredor norte de transportes	X			X		
- Expansão e integração da indústria química	X			X		
- Adequação, avaliação e expansão da agricultura irrigada	X			X		
- Expansão da indústria têxtil	X			X		
- Expansão do turismo	X			X	X	X
X						
- Transformação da agricultura da faixa úmida	X	X		X	X	X
X						
- Seleção de cadeias produtivas	X			X	X	X
X						
5. Regionalização da política tecnológica e educacional						
- Criação de pólos de tecnologia avançada	X			X	X	X
X						
- Criação de pólos de modernização tecnológica	X			X	X	X
X						
6. Reformulação da Zona Franca de Manaus						
- Reforma do sistema de incentivos	X	X		X	X	X
X						
- Construção de porto em Macapá e melhoria do sistema de transportes Manaus-Macapá	X	X				

Legenda: EXEC. - Executivo
LEG. - Legislativo
JUD. - Judiciário
EMP. - Empresas e Entidades Empresariais
TRAB. - Trabalhadores e Sindicatos
ONGs - Organizações Não-Governamentais
ACAD. - Academia

Nota: Em caso de coluna em branco, leia-se "sem recomendação".

III.2: Notas Técnicas Setoriais

1.1. Proposição de Políticas para Laticínios - Quadro Sinótico

OBJETIVOS / AÇÕES DE POLÍTICA	AGENTE / ATOR					
	EXEC	LEG	EMP	TRAB	ASSOC	ACAD
1. Reestruturação Setorial						
Objetivo: Buscar novo padrão de auto-regulação do setor						
Ações:						
- definição de diretrizes para regulação de preços com período de vigência definido e negociado entre produtores e compradores			X	X	X	
- estabelecer critérios para regulação de estoques por empresas com financiamento público	X		X			
- estabelecer isonomia tributária para importações	X		X			
Objetivo: Redefinir o papel do Estado no apoio ao setor						
Ações:						
- definir critérios para concessão de crédito, visando manutenção de estoques pelas empresas do setor	X		X		X	
- criar mecanismos de informação antecipada das previsões de compras dos programas oficiais, especificadas por região e produto, permitindo o planejamento da produção; assegurar divulgação de planilhas de custos elaboradas pela Embrapa	X		X		X	
- assegurar uma política de P&D que possibilite a continuidade dos trabalhos e equipes de pesquisa já existentes e promover estratégias mais agressivas de transferência de resultados para o setor produtivo	X		X		X	X
Objetivo: Promover uma maior especialização						
- definir critérios de concessão de crédito que estimulem uma pecuária "tecnificada" e "especializada" ("crédito condicionado")	X		X		X	
- promover pesquisa através do sistema Embrapa e criar formas de acompanhar o desenvolvimento de pesquisas nas empresas privadas	X		X		X	X

	X	X	X
- criar fundo para custear o acompanhamento e atividades necessárias ao suporte às negociações internacionais		X	

Objetivo: Preservar a competitividade no Mercosul

Ações:

- eliminar tarifas sobre insumos utilizados na produção leiteira	X
- estabelecer tarifa externa comum alta	X

Legendas:

EXEC	-	Executivo
LEG	-	Legislativo
EMP	-	Empresas e Entidades Empresariais
TRAB	-	Trabalhadores e Sindicatos
ASSOC	-	Associações Cíveis
ACAD	-	Academia

Nota: Em caso de coluna em branco, leia-se "sem recomendação".

1.2. Proposição de Políticas para Óleos Vegetais - Quadro Sinótico

OBJETIVOS / AÇÕES DE POLÍTICA	AGENTE/ATOR					
	EXEC	LEG	EMP	TRAB	ASSOC	ACAD
1. Reestruturação Setorial						
Objetivo: Fortalecer a saúde financeira da						
- alterar LDO 93 para permitir política de preços mínimos	X	X				
- introduzir no orçamento 93 verbas para o PROAGRO e para pesquisa, extensão rural e defesa agropecuária	X	X				
- retorno do custeio à suinocultura	X					
- reforçar o papel do BNDES como agente financeiro	X					
- facilitar o acesso a linhas de crédito externo	X					
- descentralização dos programas de	X					
Objetivo: fortalecimento da infraestrutura tecnológica						
Ações: - implementação de projetos de pesquisa cooperativa	X		X		X	X
- desenvolvimento de capacitação para prospecção e gestão tecnológica	X		X		X	X
2. Modernização Produtiva						
Objetivo: Disseminar informações sobre mercado e tecnologia						
Ações: - formar quadros técnicos especializados nas instituições de pesquisa	X		X	X	X	X

OBJETIVOS / AÇÕES DE POLÍTICA	AGENTE / ATOR					
	EXEC	LEG	EMP	TRAB	ASSOC	ACAD
3. Fatores Sistêmicos						
Objetivo: Reduzir incertezas macroeconômicas						
- recuperação da disponibilidade de	X	X				
- implementação de regras econômicas	X	X				
- manutenção da política de realidade cambial	X	X				
- promoção da indústria no exterior	X		X			X
Objetivo: Reestruturação da carga tributária						
Ações: - redução de alíquotas e eliminação das diferenças do ICMS	X	X				
- eliminação da incidência do ICMS sobre exportação de produtos	X	X				
- anulação da alíquota do IPI sobre material de embalagens	X	X				
- isenção do pagamento do AFRRM na importação de matérias-primas e fertilizantes	X	X				
- ampliação dos incentivos fiscais para alimentação do trabalhador	X	X				
Objetivo: Melhoria da infraestrutura de transporte						
Ações: - viabilizar o transporte intermodal, permitindo o funcionamento de grandes eixos e a maximização da relação efi-	X		X			X
- melhorar a infraestrutura de portos, através da ampliação/construção dos terminais marítimos de Tubarão, Ponta Madeira (Maranhão) e São Sebastião	X		X			X
- recuperação de rodovias regionais	X		X			
- melhorar a malha ferroviária específica com a construção de novos trechos e remoção de estrangulamento (regiões Centro-Oeste, oeste de Minas, Bahia, Maranhão, noroeste paulista)	X		X			X
- viabilizar o transporte hidroviário (especialmente a hidrovía Paraná-Tietê)	X		X			X
- restabelecimento da coordenação do fluxo de cargas, através das gerências estaduais e nacional	X					

Legendas: EXEC - Executivo
 LEG - Legislativo
 EMP - Empresas e Entidades Empresariais
 TRAB - Trabalhadores e Sindicatos
 ASSOC - Associações Civas
 ACAD - Academia

Nota: Em caso de coluna em branco, leia-se "sem recomendação".

- participação ativa no GATT	X	X
- políticas compensatórias à subsídios de outros países	X	

Objetivo: Redução da carga tributária das empresas
- reforma tributária X

Legendas: EXEC - Executivo
LEG - Legislativo
EMP - Empresas e Entidades Empresariais
TRAB - Trabalhadores e Sindicatos
ASSOC - Associações Cívicas
ACAD - Academia

Nota: Em caso de coluna em branco, leia-se "sem recomendação".

- criação de "forum" ou reestruturação da câmara setorial	X	X	X	X	
- realização de projeções sobre demanda e preços internacionais	X	X		X	X

2. Modernização Produtiva

Objetivo: Promover as atividades de pesquisa					
Ações: - integração dos centros de pesquisa	X	X		X	X
- coordenação e direcionamento da pesquisa agrícola	X	X		X	X
- implementação de linhas de financiamento	X			X	

3. Fatores Sistêmicos

Objetivo: Redução da carga tributária					
Ações: - flexibilização do ICMS	X	X			
- retirar ICMS de mudas selecionadas	X	X			
Objetivo: Fortalecer a situação financeira dos produtores					
Ação: - implementar linhas de créditos de custeio	X			X	
Objetivo: Fortalecer a participação no mercado externo					
Ação: - promover ações no GATT pela redução de barreiras ao comércio	X			X	

Legendas:	EXEC	-	Executivo
	LEG	-	Legislativo
	EMP	-	Empresas e Entidades Empresariais
	TRAB	-	Trabalhadores e Sindicatos
	ASSOC	-	Associações Cívicas
	ACAD	-	Academia

Nota: Em caso de coluna em branco, leia-se "sem recomendação".

- indução a programas de investimento X X

Objetivo: Valorizar a qualidade do café brasileiro

Ação: - definir e implementar campanhas de *marketing* no exterior X X

2. Modernização Produtiva

Objetivo: Induzir a qualidade e produtividade na indústria processadora

Ações:

- definição e implementação de programas de melhoria da gestão empresarial para pequenas empresas, favorecendo projetos cooperativos X X X
- definição e implementação de programas de modernização de equipamentos para as empresas de maior porte, favorecendo projetos cooperativos X X X
- intensificar a constituição de *joint-ventures* com empresas no exterior X X

OBJETIVOS / AÇÕES DE POLÍTICA	AGENTE / ATOR					
	EXEC	LEG	EMP	TRAB	ASSOC	ACAD
3. Fatores Sistêmicos						
Objetivo: Melhoria da infra-estrutura de transportes						
Ação: - indução à programas de parceria entre exportadores e autoridades portuárias	X		X		X	
Objetivo: Modificar tributos						
Ação: - alterar sistemática de cobrança do ICMS	X					

Legendas: EXEC - Executivo
 LEG - Legislativo
 EMP - Empresas e Entidades Empresariais
 TRAB - Trabalhadores e Sindicatos
 ASSOC - Associações Cíveis
 ACAD - Academia

Nota: Em caso de coluna em branco, leia-se "sem recomendação".

1.6. Proposição de Políticas para Biotecnologia - Quadro Sinótico

OBJETIVOS / AÇÕES DE POLÍTICA	AGENTE/ATOR					
	EXEC	LEG	EMP	TRAB	ASSOC	ACAD
1. Reestruturação Setorial						
Objetivo: Diminuir lacunas de conhecimento						
Ações:						
- priorizar centros de P&D	X					X
- priorizar programas de pesquisa	X					X
Objetivo: Definir e priorizar mercados						
Ação:						
- possibilidades de sucesso comercial para curto, médio e longo prazos	X		X		X	X
Objetivo: Regulamentação						
Ação:						
- definir/priorizar critérios	X	X	X	X	X	X
2. Modernização Produtiva						
Objetivo: Hierarquizar mercados e nichos						
Ação:						
- identificar dinamismo tecnológico e priorizar nichos	X		X		X	X
Objetivo: Atualização tecnológica de indústrias afins						
Ação:						
- estímulo à incorporação de novas tecnologias	X		X	X	X	X
3. Fatores Sistêmicos						
Objetivo: Mecanismos de financiamento						
Ações:						
- viabilizar capital de risco	X	X	X	X	X	
- fortalecimento e adequação de fontes de captação	X		X		X	
Objetivo: Estímulo aos mecanismos de cooperação						
Ações:						
- consolidação de legislação de propriedade intelectual	X	X	X	X	X	X
- estruturação das Universidades e Institutos de Pesquisa para cooperação	X		X	X		X
Legendas:	EXEC	-	Executivo			
	LEG	-	Legislativo			
	EMP	-	Empresas e Entidades Empresariais			
	TRAB	-	Trabalhadores e Sindicatos			
	ASSOC	-	Associações Cívicas			
	ACAD	-	Academia			

Nota: Em caso de coluna em branco, leia-se "sem recomendação".

	X	X	X	X		
- incentivar internacionalização da Petrobrás na América Latina e Mercosul	X		X			
Objetivo: No caso de quebra do monopólio, garantir a regulação do setor						
- flexibilização gradual do monopólio, através de contratos de risco e joint-ventures	X	X	X			
- aperfeiçoamento do aparato normalizador e ordenador das atividades do setor	X	X	X			
- avaliação permanente dos benefícios e riscos envolvidos em cada alternativa institucional	X	X	X	X	X	X

2. Modernização Produtiva

Objetivo: Fortalecer a capacitação tecnológica						
Ações:						
- manutenção dos investimentos em P&D			X			X
- ampliação dos investimentos em qualidade			X	X		
- aumento dos níveis de automação			X	X		
- redução da carga poluidora dos derivados			X			

3. Fatores Sistêmicos

Objetivo: Promover a saúde financeira da empresa						
- política de preços reais	X	X				
- manutenção de taxa de câmbio real	X					
- liberar as restrições ao financiamento junto a instituições públicas	X	X				
- regularização das dívidas do setor	X					
Objetivo: Facilitar o fortalecimento da capacitação tecnológica						
Ações:						
- implementação da lei de incentivos fiscais à capacitação tecnológica	X		X			X
- apoio à pós-graduação	X		X			X
- efetivação do PACTI	X		X			X

Legendas: EXEC - Executivo
 LEG - Legislativo
 EMP - Empresas e Entidades Empresariais
 TRAB - Trabalhadores e Sindicatos
 ASSOC - Associações Cívicas
 ACAD - Academia

Nota: Em caso de coluna em branco, leia-se "sem recomendação".

- aumento nos investimentos e parcerias entre empresas, centros de pesquisa e universidades X X X X
- fortalecimento do sistema educacional básico e profissionalizante X X X X

Objetivo: Adoção de programas de qualidade e produtividade

- Ações:**
- difusão de novas técnicas organizacionais X X X X X
 - melhoria na gestão e disseminação da filosofia da qualidade total X X X X X
 - regulamentação da participação dos trabalhadores nos lucros das empresas e incentivo ao estabelecimento de acordos coletivos de trabalho X X X X X
 - busca de acordos trabalhistas realistas e respeitados e fornecimento de adequadas condições de trabalho X X X X X
 - fortalecimento do PBPQ X X X X X
 - mudanças nos mecanismos de proteção social X X X X
-

OBJETIVOS / AÇÕES DE POLÍTICA	AGENTE / ATOR					
	EXEC	LEG	EMP	TRAB	ASSOC	ACAD
3. Fatores Sistêmicos						
Objetivo: Isonomia tributária e supressão dos impostos em cascata						
Ações:						
- eliminação de impostos sobre o custo financeiro das vendas à prazo dos produtos nacionais ou mudança nas datas de pagamentos	X	X				
- eliminação do PIS e FINSOCIAL	X	X				
Objetivo: Reduzir diversidade de impostos e contribuições						
Ação:						
- reforma fiscal	X	X				
Objetivo: Melhorias na infra-estrutura energética e de transportes, visando redução de custos						
Ação:						
- regulamentação da lei de modernização dos portos, investimentos na recuperação de estradas e no sistema energodernização do arcabouço institucional	X	X				
Objetivo: Redução de custos de capital						
Ação:						
- fortalecimento das fontes de financiamento de longo prazo e reduções nos juros reais	X					
Objetivo: Proteção contra práticas desleais de						
- agilização dos procedimentos "anti-dumping" e criação de código de salvaguardas	X					
Objetivo: Apoio fiscal e creditício às atividades de P&D						
Ação:						
- reduções tributárias com permissão para diferimento futuro e concessão	X	X				
Objetivo: Integração petroquímica no Mercosul						
- criação de empresas binacionais						X
- integração da produção através de terminais marítimos de recepção e despacho	X					X
- desagravamento tributário	X	X				

Legendas: EXEC - Executivo
 LEG - Legislativo
 EMP - Empresas e Entidades Empresariais
 TRAB - Trabalhadores e Sindicatos
 ASSOC - Associações Civas
 ACAD - Academia

Nota: Em caso de coluna em branco, leia-se "sem recomendação".

2.3. Proposição de Políticas para Fertilizantes - Quadro Sinótico

OBJETIVOS / AÇÕES DE POLÍTICA	AGENTE/ATOR					
	EXEC	LEG	EMP	TRAB	ASSOC	ACAD
1. Reestruturação Setorial						
Objetivo: Obter porte empresarial, integração produtiva e modernização tecnológica	X	X	X			
Objetivo: Estabelecer política de preços do gás natural que garanta competitividade da cadeia produtiva						
Ação: - Negociação entre empresas, governo (incluindo Petrobrás) e trabalhadores	X		X		X	
2. Modernização Produtiva						
Objetivo: Incentivar a criação de estruturas de P&D						
Ações: - Incentivos fiscais e financiamentos	X	X				
- Reestruturação dos Centros de Pesquisa	X					X
Objetivo: Difundir as novas tecnologias organizacionais						
Ação: - conscientização sobre os benefícios das mudanças organizacionais	X		X	X	X	
3. Fatores Sistêmicos						
Objetivo: Adequar política tarifária						
Ação: - adoção de alíquotas móveis	X				X	
Objetivo: Estabilizar política agrícola						
Ações: - instituição de garantia de margens do produtor rural	X				X	
- instituição de incentivos à produtividade agrícola	X		X			
Objetivo: Dotar as instituições de condições de efetiva fiscalização						
- reestruturar e reequipar as instituições reguladoras			X			
- centralizar as atribuições de regulamentação no Ministério da Agricultura			X			

Legendas: EXEC - Executivo
 LEG - Legislativo
 EMP - Empresas e Entidades Empresariais
 TRAB - Trabalhadores e Sindicatos
 ASSOC - Associações Cíveis
 ACAD - Academia

Nota: Em caso de coluna em branco, leia-se "sem recomendação".

2.4. Proposição de Políticas para Fármacos - Quadro Sinótico

OBJETIVOS / AÇÕES DE POLÍTICA	AGENTE/ATOR					
	EXEC	LEG	EMP	TRAB	ASSOC	ACAD
1. Reestruturação Setorial						
Objetivo: Entrada de grandes grupos químicos						
- prioridade para química fina	X					
- realização de investimentos			X			
Objetivo: Verticalização das empresas multi-nacionais						
Ações: - definição de regras sobre patentes e	X	X				
- atração de investimentos			X			
Objetivo: Adensamento da malha de pequenos produtores						
Ações: - definição de programas de investimento	X				X	
- difusão de informações sobre potencialidades	X		X		X	X
- promoção de articulação entre empresas e institutos de pesquisa	X				X	X
2. Modernização Produtiva						
Objetivo: Elevação dos padrões de qualidade dos produtos						
Ação: - normalização e fiscalização	X					
Objetivo: Atualização dos equipamentos						
Ações: - facilitação da importação	X					
- realização de investimentos			X			
Objetivo: Incremento da P&D						
Ações: - regulamentação da lei de incentivos fiscais	X					
- realização de investimentos			X			
Objetivo: Qualificação de recursos humanos						
- implementação de programas de treinamento			X	X	X	X
- definição de incentivos fiscais	X					

OBJETIVOS / AÇÕES DE POLÍTICA	AGENTE / ATOR					
	EXEC	LEG	EMP	TRAB	ASSOC	ACAD
3. Fatores Sistêmicos						
Objetivo: Recuperação de mercado						
Ações: - definição de política de compras públicas contra metas de desempenho ("produções exclusivas")	X		X			
- gradação tarifária entre 20 e 40%	X					
Objetivo: Estabilidade institucional						
Ação: - regras sobre patente e comércio	X	X				
Objetivo: Adequação da carga tributária das empresas						
Ação: - racionalização tributária	X	X				
Objetivo: Melhoria da infra-estrutura						
Ação: - definição do programa de investimentos na recuperação de rodovias	X					

Legendas: EXEC - Executivo
 LEG - Legislativo
 EMP - Empresas e Entidades Empresariais
 TRAB - Trabalhadores e Sindicatos
 ASSOC - Associações Cíveis
 ACAD - Academia

Nota: Em caso de coluna em branco, leia-se "sem recomendação".

		X			
	- priorização de defensivos com patentes prestes a expirar	X	X		
	- aprimoramento das técnicas agrícolas de controle integrado		X	X	X
	- intensificação da interação produ-		X	X	
Objetivo:	Desenvolver tecnologias de processo para contornar patentes em vigor				
Ações:	- incentivos à centros de pesquisa	X	X	X	
	- apoio a projetos de pesquisa cooperativos	X	X	X	
Objetivo:	Melhoria de embalagens para evitar contaminação ambiental				
Ações:	- criação de centrais de recebimento de embalagens	X	X	X	X
	- intensificação da fiscalização	X			

o no Mercosul

X

Legendas: EXEC - Executivo
LEG - Legislativo
EMP - Empresas e Entidades Empresariais
TRAB - Trabalhadores e Sindicatos
ASSOC - Associações Cíveis
ACAD - Academia

Nota: Em caso de coluna em branco, leia-se "sem recomendação".

3.1. Proposição de Políticas para Siderurgia - Quadro Sinótico

OBJETIVOS / AÇÕES DE POLÍTICA	AGENTE/ATOR					
	EXEC	LEG	EMP	TRAB	ASSOC	ACAD
1. Reestruturação Setorial						
Objetivo: Consolidação de grandes grupos siderúrgicos competitivos						
Ações:						
- não dificultar a concentração industrial	X		X	X	X	
- dar continuidade ao programa de privatização	X					
- implementar a legislação de defesa da concorrência	X	X				
- baixar tarifas para mercados concentrados e de baixo valor agregado	X					
Objetivo: Promoção da concentração do setor guseiro						
Ações:						
- operacionalizar Legislação Florestal	X	X	X			
- definir programas de desativação de plantas guseiras	X		X		X	X
- incentivar "produtividade florestal	X		X		X	
2. Modernização Produtiva						
Objetivo: Consolidação e Otimização da capacidade produtiva existente						
Ações:						
- definir programas de investimento	X		X		X	X
- aumentar a intensidade de utilização de automação industrial	X		X		X	
- induzir o investimento tecnológico no lingotamento e na laminação	X	X			X	
- definir e implementar programas de normalização e certificação	X	X	X	X	X	X
- definir e implementar programas de conscientização e reciclagem profissional	X		X	X	X	
- enobrecer "mix" de produtos	X		X			
- intensificação da pesquisa de produtos nas empresas, universidades e centros de pesquisa	X		X		X	X
- elevação de gastos com treinamento de pessoal			X	X	X	X
- ampliar escopo dos programas de qualidade (além da produção)			X	X	X	X
- fortalecer o PQS/IBS			X		X	X

OBJETIVOS / AÇÕES DE POLÍTICA	AGENTE / ATOR					
	EXEC	LEG	EMP	TRAB	ASSOC	ACAD
3. Fatores Sistêmicos						
Objetivo: Promoção da competitividade industrial						
- revisar e desagregar a Tarifa Aduaneira Brasileira	X					
- fortalecer a capacidade das agências complementarem a legislação regulatória da concorrência	X					
- não controlar administrativamente os preços como parte de uma política anti-inflacionária	X	X				
Objetivo: Aumento da eficiência da infraestrutura de transportes						
Ação: - implementar a nova legislação portuária	X		X	X		

Legendas: EXEC - Executivo
 LEG - Legislativo
 EMP - Empresas e Entidades Empresariais
 TRAB - Trabalhadores e Sindicatos
 ASSOC - Associações Cíveis
 ACAD - Academia

Nota: Em caso de coluna em branco, leia-se "sem recomendação".

- financiar pequenos mineradores X
- melhorar as operações da Ferrovia do Aço X X X
- concretizar terminal privativo de Sepetiba X

Objetivo: Induzir pesquisa geológica
Ação: - equiparação de pesquisa geológica com tecnológica X X

Legendas: EXEC - Executivo
 LEG - Legislativo
 EMP - Empresas e Entidades Empresariais
 TRAB - Trabalhadores e Sindicatos
 ASSOC - Associações Cíveis
 ACAD - Academia

Nota: Em caso de coluna em branco, leia-se "sem recomendação".

3.3. Proposições de Política para Indústria de Alumínio - Quadro Sinótico

OBJETIVOS / AÇÕES DE POLÍTICA	AGENTE / ATOR					
	EXEC	LEG	EMP	TRAB	ASSOC	ACAD
1. Reestruturação Setorial						
Objetivo: Incrementar a verticalização à frente de produtores de alumínio primário						
- promover participações societárias minoritárias em transformadores			X			
- adequar "mix" de produtos			X			
- diversificar e enobrecer produtos das estatais			X			
- aportar recursos de fomento	X					
Objetivo: Redução da vulnerabilidade em relação ao suprimento de alumina						
Ações: - participação de outros sócios com a CVRD na Alunorte			X			
- facilitar importação de equipamentos para a Alunorte	X					
- abrir linhas de financiamento	X					
- reabrir linhas de crédito no exterior	X		X		X	
Objetivo: Diminuir a vulnerabilidade às oscilações de preços internacionais						
- realizar contratos de longo prazo com cláusulas de proteção			X			
- realizar operações triangulares com as "tradings"			X			
- realizar operações de hedge no mercado futuro			X			
Objetivo: Elevação do porte empresarial e da escala de produção						
- utilizar empresas nacionais mais capacitadas como foco de aglutinação						X
- promover participações societárias cruzadas			X			
- aportar recursos de fomento	X					
- conceder incentivos seletivos à aglutinação empresarial	X					
- montar e fortalecer grupos setoriais por segmento de transformados						X
Objetivo: Exportação para nichos dinâmicos do mercado de transformados						
Ações: - identificar segmentos de transformados com melhores perspectivas de exportação						X
- apoio logístico e operacional às exportações	X					X
- eliminar entraves burocráticos às						
- conceder linhas de crédito seletivas aos exportadores	X					
- manter realismo cambial	X					

	- dar continuidade e aprofundar programas de reciclagem		X	X
	- aglutinar refusores independentes	X	X	
	- diversificar produtores primários e transformadores mais capacitados para atividades de refusão		X	
Objetivo:	Cooperação entre produtores de alumínio e empresas consumidoras dinâmicas			
	- definir programas setorializados de elevação do consumo			X
	- promover inter-penetração patrimonial entre empresas consumidoras e transformadores de alumínio		X	
	- articular com empresas consumidoras de outros países (Mercosul)	X		X
Objetivo:	Garantia de suprimento dos principais insumos			
Ações:	- eliminar entraves à realização de importações	X		
	- definir programas envolvendo fornecedores		X	X
2. Modernização Produtiva				
Objetivo:	Aumento do grau de automação industrial e de atualização tecnológica			
	- definir e padronizar equipamentos passíveis de produção local		X	X
	- facilitar importações de equipamentos mais sofisticados	X		
	- formar <i>joint-ventures</i> entre produtores nacionais de equipamentos e detentores externos de tecnologia	X	X	
	- desenvolver <i>softwares</i> para gerenciamento do processo		X	
Objetivo:	Redução do consumo energético na redução			
Ações:	- otimização das condições operacionais		X	X
	- implementar programas de aumento da eficiência energética	X	X	
	- ampliar financiamentos a projetos de racionalização/auto-geração	X	X	

OBJETIVOS / AÇÕES DE POLÍTICA	AGENTE/ATOR					
	EXEC	LEG	EMP	TRAB	ASSOC	ACAD
Objetivo: Intensificação das atividades de pesquisa e desenvolvimento						
Ações:						
- fortalecer departamentos de engenharia das empresas	X		X			
- conceder benefícios fiscais	X	X				
- facilitar importações de tecnologias modernas	X					
- articular com universidades e institutos de pesquisa	X		X			X
Objetivo: Redução dos impactos ambientais						
Ações:						
- aproveitar resíduos de fornos eletrolíticos			X			
- modernizar sistemas de tratamento de emissões			X		X	
- reflorestar áreas de mineração e dos depósitos de lama vermelha			X			
- reaproveitar a sucata industrial			X			
- difundir informações relativas a gerenciamento ambiental			X		X	X
Objetivo: Melhoria da qualidade e do nível tecnológico dos produtos transformados						
Ações:						
- diferenciar atual estrutura tarifária	X					
- atualizar sistema de normalização					X	
- definir programas setorializados					X	
- definir programas de certificação dos produtos			X		X	
- utilizar poder de compra de empresas estatais	X					
- vincular financiamentos à modernização e agregação de valor	X					
Objetivo: Reestruturação organizacional dos produtores						
Ações:						
- flexibilizar a estrutura organizacional das empresas			X			
- reformular organogramas e procedimentos nas unidades de redução			X			
- criar áreas de negócios nas firmas verticalizadas			X			
- diminuir níveis hierárquicos e racionalizar pessoal			X	X		
- vincular financiamentos	X					
Objetivo: Modernização das práticas da qualidade						
Ações:						
- adequar aos sistemas de certificação da qualidade (ISO 9000)			X	X		
- estimular a participação e agilizar a ascensão funcional			X	X		
- adotar sistemas modernos de gerenciamento			X	X		
- criar cursos de auditoria em normas ISO 9000	X		X			
- utilizar poder de compra das estatais	X					

OBJETIVOS / AÇÕES DE POLÍTICA	AGENTE/ATOR					
	EXEC	LEG	EMP	TRAB	ASSOC	ACAD
3. Fatores Sistêmicos						
Objetivo: Reestruturação do sistema de tarifas de energia						
Ações:						
- atrelar tarifas à evolução do preço internacional do metal	X					X
- adoção de sistemáticas de deferimento de tarifas	X		X			X
- afrouxar a penalização no caso de ultrapassagem do valor contratado	X					
- adotar tarifas mais baixas para energia não garantida	X					
Objetivo: Aumento da cooperação entre produtores de alumínio e concessionárias de energia						
- promover participação societária minoritária com base na energia contratada	X		X			
- promover cooperação em projetos de	X		X			
Objetivo: Aumento da disponibilidade de energia						
Ação:						
- retomar programas de investimento do setor elétrico	X					
Objetivo: Melhoria da infra-estrutura portuária						
- desregulamentar atividades portuárias			X			
- liberar arrendamento de portos	X	X				
- retomar investimentos da Portobrás	X					X
- modernizar infra-estrutura para cabotagem	X		X			
Objetivo: Adequação do Código de Defesa do Consumidor						
Ações:						
- impor penalizações elevadas para vendas fora de especificação			X			X
- criar centros para aferição e certificação dos artefatos de alumínio	X					X
- desenvolver programas educativos para transformadores independentes						X
Objetivo: Revisão do sistema de normalização						
- rever normas dos produtos transformados da indústria						X
- aperfeiçoar normas de tratamento, soldagem e análises						X
- implementar programas institucionais educativos						X

- estimular a exploração do mercado intra-regional X X
- compatibilizar estrutura tarifária X X

Objetivo: Ajustamento da carga tributária

- Ações:**
- reduzir ICMS e IPI sobre insumos adquiridos por exportadores X X
 - eliminar impostos seletivos sobre a energia elétrica X
 - diminuir tributos sobre remessa de lucros para o exterior X

Legendas: EXEC - Executivo
 LEG - Legislativo
 EMP - Empresas e Entidades Empresariais
 TRAB - Trabalhadores e Sindicatos
 ASSOC - Associações Cíveis
 ACAD - Academia

Nota: Em caso de coluna em branco, leia-se "sem recomendação".

3.4. Proposições de Políticas para Bens de Capital sob Encomenda para o Setor Elétrico -

OBJETIVOS / AÇÕES DE POLÍTICA	AGENTE/ATOR					
	EXEC	LEG	EMP	TRAB	ASSOC	ACAD
1. Reestruturação Setorial						
Objetivo: Estabilização da demanda por equipamentos						
Ações:						
- promover o planejamento das compras das concessionárias de ener-	X		X		X	
- promover a especialização de fornecedores através de incentivos contra metas de desempenho	X		X		X	
Objetivo: Promoção da desverticalização das empresas						
Ações:						
- incentivar a formação de rede de subfornecedores	X		X		X	
- incentivar a certificação de fornecedores			X		X	
Objetivo: Fortalecimento da infra-estrutura laboratorial do setor						
Ações:						
- promover o investimento cooperativo na área de hidráulica	X		X		X	X
- aumentar a utilização da capacitação tecnológica do CEPEL, induzindo parcerias com o setor privado	X		X		X	X
- ampliar a capacidade em testes e normalização do CEPEL	X		X		X	X
2. Modernização Produtiva						
Objetivo: Modernização de equipamentos de projeto e produção						
Ação:						
- induzir o investimento através de incentivos fiscais e creditícios e esquemas de depreciação acelerada	X	X	X		X	
Objetivo: Aumento da qualificação da mão-de-obra						
Ações:						
- apoiar centros de formação integrados com a indústria	X	X	X	X	X	
- implementar linhas de financiamento específicas	X	X				
Objetivo: Aumento do investimento tecnológico especialmente em turbogeradores e equipamentos para termoelétricas						
Ações:						
- utilizar legislação fiscal específica	X	X	X		X	X
- implementar linhas de financiamento específicas	X	X				
- facilitar a aquisição de tecnologia estrangeira	X	X	X		X	

OBJETIVOS / AÇÕES DE POLÍTICA	AGENTE / ATOR					
	EXEC	LEG	EMP	TRAB	ASSOC	ACAD
3. Fatores Sistêmicos						
Objetivo: Promoção da educação e melhoria das condições de trabalho						
- utilizar legislação específica	X	X	X	X	X	
- aumentar gastos públicos	X	X	X	X	X	
Objetivo: Promoção da eficiência da infraestrutura portuária						
- ampliar os investimentos	X		X		X	
Objetivo: Promoção das exportações						
Ações:						
- melhorar as condições do FINAMEX	X	X				
- investir em escritórios de vendas e assistência técnica	X		X		X	
- criar seguro de crédito para exportação	X	X				
- estabelecer convênios de crédito	X	X				X
Objetivo: Adequação dos tributos						
Ações:						
- desonerar de tributos a exportação do setor	X	X				X
- estruturar sistema de devolução imediata dos créditos fiscais	X	X				X
Objetivo: Promoção das vendas e adequação das						
- implementar linhas de financiamento (FINAME)	X	X				X
- rever a estrutura de alíquotas de importação para disjuntores ou subconjuntos destes enquanto não são implementados mecanismos de salvaguardas comerciais	X	X				X
- privilegiar e implementar políticas não tarifárias e leis de salvaguardas comerciais	X	X				X
- permitir a cotação de preços em dólar e/ou condições de reajuste eficientes para vendas no país	X	X				X

Legendas: EXEC - Executivo
 LEG - Legislativo
 EMP - Empresas e Entidades Empresariais
 TRAB - Trabalhadores e Sindicatos
 ASSOC - Associações Cívicas
 ACAD - Academia

Nota: Em caso de coluna em branco, leia-se "sem recomendação".

3.5. Proposição de Políticas para Máquinas-Ferramenta - Quadro Sinótico

OBJETIVOS / AÇÕES DE POLÍTICA	AGENTE / ATOR					
	EXEC	LEG	EMP	TRAB	ASSOC	ACAD
1. Reestruturação/Modernização Setorial						
Objetivo: Promoção do desenvolvimento de novos produtos						
Ações:						
- criar um centro cooperativo de desenvolvimento tecnológico	X		X		X	X
- contratar consultoria técnica	X		X		X	X
Objetivo: Difusão de novas técnicas de gestão						
- promover cursos de formação gerencial			X		X	
- promover programas de modernização gerencial	X		X		X	
- financiar serviços de consultoria	X					
Objetivo: Modernização e aquisição de equipamentos						
- utilizar FINAME com 80% de cobertura	X		X			
Objetivo: Formação de recursos humanos						
Ações:						
- adequar a formação de recursos humanos de nível técnico	X		X	X	X	X
- adequar a formação de engenheiros	X		X	X	X	X
- treinar a mão-de-obra para difusão das novas técnicas de organização e de controle de qualidade	X		X	X	X	X
- promover intercâmbio de pessoal	X		X	X	X	X
Objetivo: Modernização de empresas fornecedoras						
- promover treinamento técnico e gerencial de fornecedores	X		X		X	
- financiar a modernização de equipamentos com maior percentual de cobertura	X					
- financiar serviços de consultoria técnica, econômica e gerencial	X					
Objetivo: Exportação de serviços, partes, peças e componentes						
Ações:						
- formar consórcios de empresas para exportação			X		X	
- apoio comercial das embaixadas brasileiras	X					
Objetivo: Facilitar a importação de serviços, partes, peças e componentes						
- formar consórcio para importação de bens e serviços			X		X	
Objetivo: Reestruturação da oferta						
Ações:						
- financiar fusões ou aquisições	X					
- financiar formação de parcerias e acordos tecnológicos e de comercia-						
	X					

- manutenção de política cambial realista X
- criação de seguro de crédito à X
- ampliação da linha de financiamento do PROEX X
- reduzir os juros do financiamento concedido pelo FINAMEX X
- realizar gestões multilaterais com organismos financeiros internacionais X

Objetivo: Adequação das importações

- Ações:**
- manter a política e o cronograma de abertura às importações X
 - não adotar restrições não-tarifárias X
 - adequar as alíquotas de importação para os insumos usados pelo setor X
 - implementar política de anti-dumping

Objetivo: Melhora da infra-estrutura tecnológica

- estimular o estabelecimento de normas técnicas e padronização X X X
- estimular a certificação de qualidade X X X

Legendas: EXEC - Executivo
 LEG - Legislativo
 EMP - Empresas e Entidades Empresariais
 TRAB - Trabalhadores e Sindicatos
 ASSOC - Associações Cívicas
 ACAD - Academia

Nota: Em caso de coluna em branco, leia-se "sem recomendação".

3.6. Proposição de Políticas para Máquinas Agrícolas - Quadro Sinótico

OBJETIVOS / AÇÕES DE POLÍTICA	AGENTE/ATOR					
	EXEC	LEG	EMP	TRAB	ASSOC	ACAD
1. Reestruturação Setorial						
Objetivo: Reorganização da estrutura patrimonial no setor de implementos						
Ações:						
- promover a cooperação entre empresas usando a racionalização produtiva	X		X		X	
- profissionalizar a gestão empresarial	X		X		X	
- favorecer sistemas cooperativados para a racionalização dos canais de			X		X	
Objetivo: Promoção da desverticalização das empresas						
Ações:						
- incentivar a formação de redes de fornecedores			X		X	
- promover as relações com empresas microeletrônicas			X			
- promover a integração com a indústria			X		X	
Objetivo: Promoção de abertura seletiva do mercado						
Ações:						
- reavaliar os critérios de definição dos "índices de nacionalização"	X		X		X	X
- reavaliar as alíquotas de importação	X		X		X	
Objetivo: Promoção da articulação da demanda e oferta						
Ação:						
- fortalecer as cooperativas agrícolas para atuarem como planejadores indicativos			X		X	
Objetivo: Promoção das exportações						
Ação:						
- definir programas de apoio	X		X		X	
2. Modernização Produtiva						
Objetivo: Desenvolvimento de novos produtos						
Ações:						
- implementar linhas de financiamento específicas	X					
- facilitar a aquisição de tecnologia estrangeira	X				X	
- promover a articulação com usuários			X		X	X
Objetivo: Desenvolvimento de processos						
Ações:						
- implementar linhas de financiamento específicas	X					
- promover o treinamento de RH para qualidade	X		X	X	X	X
- promover a articulação com centros de pesquisa	X		X	X	X	X

OBJETIVOS / AÇÕES DE POLÍTICA	AGENTE / ATOR					
	EXEC	LEG	EMP	TRAB	ASSOC	ACAD
Objetivo: Difusão de técnicas organizacionais						
- implementar linhas de financiamento específicas	X					
- promover o treinamento de RH para qualidade	X		X	X	X	X
3. Fatores Sistêmicos						
Objetivo: Desenvolvimento da infra-estrutura de Tecnologia Industrial Básica						
Ações: - financiar e instalar laboratórios de testes e ensaios	X		X		X	X
- promover a regulamentação da legislação de propriedade industrial	X	X				
Objetivo: Estabilização e aumento da demanda						
- aumentar o crédito agrícola para investimento	X					
- definir uma política agrícola	X					
Objetivo: Melhoria do sistema portuário						
Ações: - promover a racionalização dos serviços	X				X	
- implementar parcerias público/privadas	X				X	

Legendas: EXEC - Executivo
 LEG - Legislativo
 EMP - Empresas e Entidades Empresariais
 TRAB - Trabalhadores e Sindicatos
 ASSOC - Associações Cívicas
 ACAD - Academia

Nota: Em caso de coluna em branco, leia-se "sem recomendação".

3.7. Proposição de Políticas para Indústria Automobilística - Quadro Sinótico

OBJETIVOS / AÇÕES DE POLÍTICA	AGENTE/ATOR					
	EXEC	LEG	EMP	TRAB	ASSOC	ACAD
1. Reestruturação Setorial						
Objetivo: Promoção de produtividade e qualidade em toda a cadeia produtiva						
Ações:						
- avançar na adoção de novas técnicas organizacionais			X	X	X	
- estimular a cooperação entre as empresas fornecedoras e as montadoras	X		X	X	X	
Objetivo: Assegurar a exposição da indústria à concorrência internacional						
Ações:						
- não estabelecer cotas de importação	X	X				
- reduzir gradualmente as alíquotas, de 35% em 1994 para 20% até o ano 2.000	X					
- manter a política de regras de origem de forma flexível de modo a permitir a continuidade da modernização	X	X				
- monitorar as importações e corrigir eventuais desequilíbrios no comércio externo	X					
Objetivo: Estímulo a entrada de novas empresas competitivas						
Ação:						
- permitir a redução inicial dos índices de nacionalização para novos entrantes	X	X				
Objetivo: Dinamização da demanda						
Ações:						
- manter política de redução da carga média de impostos e diminuir diferencial entre modelos	X					
- facilitar a aquisição de veículos, através de financiamento em condições mais favoráveis	X					
Objetivo: Aumentar a capacidade produtiva						
Ações:						
- realizar os investimentos necessários para atingir a meta de 2 milhões de veículos no ano 2.000			X			
- estimular as exportações e a inter-regional	X		X		X	

- melhoria da infra-estrutura de transportes rodoviário, urbano e

X

Objetivo: Acompanhamento das tendências internacionais quanto às questões ambientais

- regulamentação estatal

X

X

- incorporar novos componentes e peças

X

- incorporar novos componentes e peças X
- campanhas de educação e treinamento dos usuários dos veículos X

Objetivo: Descentralização industrial

- Ação:**
- criar estímulos especiais aos investimentos em regiões não tradicionalmente produtoras de veículos X X

Objetivo: Aperfeiçoar a Câmara Setorial

- Ação:**
- criar sistema de monitoramento da indústria X

Legendas:

- EXEC - Executivo
- LEG - Legislativo
- EMP - Empresas e Entidades Empresariais
- TRAB - Trabalhadores e Sindicatos
- ASSOC - Associações Cíveis
- ACAD - Academia

Nota: Em caso de coluna em branco, leia-se "sem recomendação".

- manter política de desregulamentação das importações de bens de capital X
 - apoiar financeiramente projetos de modernização definindo metas de desempenho X
 - fortalecer a FINAME X
-

- promover palestras X X

3. Fatores Sistêmicos

Objetivo: Fortalecimento e redirecionamento da infra-estrutura educacional e de treinamento profissional

Ações:

- rever o conteúdo dos programas de treinamento do SENAI e viabilizar consórcios	X	X	X	X	
- investir no treinamento para novas tecnologias	X	X	X	X	X

Objetivo: Aperfeiçoamento do Projeto de Lei 3721-A

- estabelecer cálculo dos créditos para importação incentivada com base no incremento das exportação líquidas	X	X			
- basear também no produto e não só na produção total o cálculo do índice de nacionalização (Artigo 7º, Inciso I)	X	X			X
- permitir menor índice de nacionalização para novos produtos ou empresas por prazo determinado (2 anos)	X	X			
- retirar artigo 3º, parágrafo único	X	X			X
- participação do setor de autopeças nos benefícios fiscais derivados da exportação indireta	X	X			X

Legendas: EXEC - Executivo
 LEG - Legislativo
 EMP - Empresas e Entidades Empresariais
 TRAB - Trabalhadores e Sindicatos
 ASSOC - Associações Cíveis
 ACAD - Academia

Nota: Em caso de coluna em branco, leia-se "sem recomendação".

- manter incentivos fiscais para aplicação em P&D no país	X	X	X
---	---	---	---

Objetivo: Melhorar a qualidade dos produtos; (e a adequação ao padrão da rede brasileira de TC)

Ação: - dinamizar os sistemas de certificação da qualidade, normalização e qualificação de fornecedores (articulação com o PBqP)	X	X	X	X	X
---	---	---	---	---	---

- apoio a programas de capacitação e re-qualificação avançada de recursos humanos (CNPq e FINEP)	X	X	X		
	X	X	X	X	

3. Fatores Sistêmicos

Objetivo: Fortalecer a capacidade institucional de definição de políticas

Ações:

- hierarquização dos órgãos envolvidos em política industrial e tecnológica	X	X		
- subordinação de incentivos regionais aos objetivos nacionais com revisão da política de incentivos	X	X		
- autonomia para o Sistema Telebrás no investimento de recursos gerados pelas operadoras	X	X		
- regulamentação e aparelhamento do Estado para medidas de proteção ao anti-dumping	X	X		

Objetivo: Ampliar a participação da indústria no mercado externo

Ações:

- estabelecimento de linhas de financiamento a exportações com carência, prazo e juros adequados ao mercado internacional. Regulamentação do seguro de crédito externo	X			
- articulação com o setor privado para negociações no âmbito do Mercosul (normas técnicas e regras de origem)	X	X	X	

Legendas:

EXEC	-	Executivo
LEG	-	Legislativo
EMP	-	Empresas e Entidades Empresariais
TRAB	-	Trabalhadores e Sindicatos
ASSOC	-	Associações Civis
ACAD	-	Academia

Nota: Em caso de coluna em branco, leia-se "sem recomendação".

- cooperação ASSESPRO, SENAI, SEBRAE X X X

3. Fatores Sistêmicos

Objetivo: Fortalecer a indústria local

Ações:	- incentivos fiscais ao software desenvolvido localmente	X	X		
	- regime de proteção à propriedade intelectual	X	X		
	- criação de mecanismos de financiamento	X		X	
	- modernização das telecomunicações	X		X	
	- formação de recursos humanos	X			X

Legendas: EXEC - Executivo
 LEG - Legislativo
 EMP - Empresas e Entidades Empresariais
 TRAB - Trabalhadores e Sindicatos
 ASSOC - Associações Cíveis
 ACAD - Academia

Nota: Em caso de coluna em branco, leia-se "sem recomendação".

X X X

2. Modernização Produtiva

Objetivo: Envolvimento dos trabalhadores no incremento da competitividade da indústria brasileira

Ações:

- pactuação de acordos de estabilidade de emprego e distribuição dos ganhos de produtividade
- participação dos trabalhadores no PBQP

X X
X X

Objetivo: Incremento da eficiência produtiva e atualização tecnológica

- acordos de cooperação tecnológica entre empresas
- grupos de trabalho sobre tecnologias emergentes

X
X X X

	- manutenção de cronograma de redução	X
		X
Objetivo:	Aproveitamento das oportunidades abertas pelo MERCOSUL	
Ações:	- definição de tarifa externa comum de 30 a 35%	X
	- definição de requisitos de origem no período de transição e após 31/12/94	X
	- credenciamento de empresas independentes para fiscalização de critérios de origem	X
	- normas técnicas e de defesa do consumidor: país de destino das exportações	X
Objetivo:	Fortalecimento da base industrial	
Ações:	- regulação da atividade industrial na Zona Franca de Manaus:	
	a) regulamentação da exceção de 18% de importação de placas montadas	X
	b) aplicação de critérios rigorosos para aprovação de novos projetos e acompanhamento e fiscalização dos projetos por empresas de consultoria independentes	X
	c) equiparação das vendas de componentes para a ZFM a operações em regime de draw-back	X

- Itamarati: envolvimento direto no esforço exportador	X	
- medidas de incentivo e subsídio à		
a) isenção/redução de ICMS	X	
b) isenção/redução de taxas federais	X	
c) subsídio ao frete interno	X	
- ABINEE: seminários sobre exportações e criação de escritórios compartilhados no exterior	X	X

Legendas: EXEC - Executivo
 LEG - Legislativo
 EMP - Empresas e Entidades Empresariais
 TRAB - Trabalhadores e Sindicatos
 ASSOC - Associações Cívicas
 ACAD - Academia

Nota: Em caso de coluna em branco, leia-se "sem recomendação".

- regulamentação do artigo 3º da Lei 8248/91, estabelecendo como critério para a medição do "significativo valor agregado local", o Processo Produtivo Básico (PPB) fixado pela Portaria 101 do MICT com o MCT e, alternativamente, no caso das empresas estrangeiras, graus de nacionalização de 50% para seus produtos X
 - estabelecimento, nessa regulamentação, de que o preço do produto a ser esco-
upere em mais de 6% o de
seus concorrentes X
 - no caso de produtos desenvolvidos e fabricados no país e que estejam situados na mesma "faixa" de preço (no máximo 6% acima do produto mais barato), deverão ser preferidos os das empresas que atendam às normas da série I9000 da ABNT (pelo menos após um período de 24 meses desde a regulamentação da Lei) e sejam baseados em sistemas abertos (POSIG e UNIX) X
-

OBJETIVOS / AÇÕES DE POLÍTICA		AGENTE / ATOR					
		EXEC	LEG	EMP	TRAB	ASSOC	ACAD
Objetivo:	Intensificar a cooperação entre empresas do setor e centros de ensino e pesquisa na área de informática						
Ações:	- implementação de projetos direcionados para a absorção, em conjunto com empresas privadas, de pacotes tecnológicos que permitam o desenvolvimento e/ou fabricação no país de novas gerações de produtos	X		X		X	X
	- promover acordos de licenciamento ou compra de patentes de tecnologias não disponíveis no país por consórcios de empresas privadas e centros de ensino e pesquisa	X		X		X	X
	- reformulação do papel do CTI, fortalecendo seus vínculos com empresas privadas de informática através de projetos de desenvolvimento conjunto de novos produtos e tecnologias (financiamento conjunto e compartilhamento de laboratórios)	X		X		X	X
	- ampliação da dotações orçamentárias e quadro funcional do CTI, em consonância com seu maior escopo de atuação	X	X				
Objetivo:	Ampliar o papel representado pela FINEP no apoio ao desenvolvimento tecnológico no setor de Informática						
Ações:	- ampliação das linhas de financiamento para o setor de informática	X					
	- priorização de projetos que levem ao avanço da fronteira da ciência e da técnica nacionais, que apresentem perspectivas de aproveitamento comercial (principalmente no desenvolvimento de novas gerações de produtos) e que incluam a atuação cooperativa de empresas privadas e instituições de pesquisa (CTI em particular)	X				X	X
	- estímulo às empresas que desenvolvam novas gerações de produtos situadas no estado da arte da tecnologia nacional, através da realização de "encomendas pioneiras" (compra da primeira série) a serem articuladas com usuários do						X
Objetivo:	Ampliar o papel representado pelo BNDES no apoio à capitalização das empresas de						
	- ampliação das linhas de financiamento para o setor de informática	X					
	- direcionamento dos recursos para empresas que estejam investindo em atividades geradoras de valor adicionado-industrial ou vinculadas ao desenvolvimento de novos produtos e sistemas (soluções)	X					
	- priorização de projetos que apresentem potencial exportador	X					

a direta	X	X
- criação de programas de treinamento voltados para a implantação de filosofias de garantia de qualidade, extensíveis ao total de funcionários das empresas	X	X

- criar, no SENAI, programas de treinamento para os trabalhadores do setor de informática, de maneira a oferecer suporte aos programas de formação internos às empresas x x x

Objetivo: Aprimorar a infraestrutura de telecomunicações de maneira a viabilizar uma maior difusão do teleprocessamento

- aumentar os investimentos do sistema Telebrás x
 - criar comissão do MCT com o MINICON, com o objetivo de buscar soluções que permitam paliar os efeitos negativos do alto custo e má qualidade dos serviços de telecomunicações (em particular transmissão de dados) sobre as atividades de P&D em informática x
-

- criar mecanismos de compartilhamento, entre as empresas, dos gastos de montagem e manutenção da infra-estrutura comercial e de prestação de serviços necessária à venda de produtos de informática nacionais em mercados externos X X
 - maior aproveitamento da rede de representações diplomáticas brasileiras na promoção dos produtos nacionais X
 - criação de um órgão governamental especificamente dedicado à promoção das exportações brasileiras, através da realização de estudos de mercado, contatos comerciais e da divulgação de informações sobre os produtos nacionais X X
-

- criar mecanismos de articulação entre os vários organismos que participam da repressão ao contrabando - em particular, Receita e Polícia Federal X
- realizar operações periódicas de fiscalização junto às empresas com notória atuação no comércio ilegal de produtos X
- excluir de licitações de órgãos públicos e aplicar ações anti-dumping a empresas estrangeiras cujos produtos tenham sido apreendidos por comércio ilegal em forma reiterada X

Objetivo: Restabelecer a isonomia entre produtos fabricados no país e importados, nas vendas a Universidades

Ação: - criar mecanismo equivalente ao *draw back* que operaria nas vendas a universidades, isentando do imposto de importação partes, peças e componentes utilizados na fabricação dos produtos respectivos X

Objetivo: Estimular o direcionamento das compras de componentes microeletrônicos para os fornecedores locais

Ação: - regulamentar através de portaria interministerial (MCT e MICT) o incentivo de isenção de IPI conferido pelo artigo 4º da Lei 8248/91 para os componentes microeletrônicos com "significativo valor agregado local", estabelecendo como PPB mínimo as atividades de montagem, encapsulamento e teste das pastilhas semicondutoras X

Legendas: EXEC - Executivo
 LEG - Legislativo
 EMP - Empresas e Entidades Empresariais
 TRAB - Trabalhadores e Sindicatos
 ASSOC - Associações Civas
 ACAD - Academia

Nota: Em caso de coluna em branco, leia-se "sem recomendação".

4.5. Proposição de Políticas para Automação Industrial - Quadro Sinótico

OBJETIVOS / AÇÕES DE POLÍTICA	AGENTE/ATOR					
	EXEC	LEG	EMP	TRAB	ASSOC	ACAD
1. Reestruturação Setorial						
Objetivo: Promover a modernização do parque industrial						
Ações:						
- seleção de setores a serem modernizados	X		X	X		X
- criação de linhas específicas de financiamento	X		X			
- uso do poder de compra do Estado no desenvolvimento de infra-estrutura	X	X	X			X
Objetivo: Incentivar a criação de empresas integradoras						
Ação:						
- desonerar de impostos os serviços	X	X				
Objetivo: Favorecer a especialização no setor						
- incentivos a produtos de maior conteúdo tecnológico	X	X	X			X
- estímulo à criação de parcerias entre empresas			X			X
Objetivo: Fortalecer as empresas do setor						
Ações:						
- estímulo à capitalização das empresas	X	X				
- redefinição do setor com vistas à formulação de políticas	X		X	X		X
2. Modernização Produtiva						
Objetivo: Incrementar a qualidade e a produtividade						
Ação:						
- intensificação da aplicação do PBQP	X		X	X		X
Objetivo: Ampliar a capacitação tecnológica						
- intensificação da aplicação do PCI e do PACTI	X		X	X		X
Objetivo: Modernizar o sistema de gestão das empresas						
Ação:						
- criação dentro do PCI de um programa de horizontalização das empresas com modernas técnicas de gestão	X		X	X		X

OBJETIVOS / AÇÕES DE POLÍTICA	AGENTE / ATOR					
	EXEC	LEG	EMP	TRAB	ASSOC	ACAD
3. Fatores Sistêmicos						
Objetivo: Formar recursos humanos para o setor de automação industrial						
Ação: - atualização dos programas das universidades	X				X	X
Objetivo: Fortalecer a infra-estrutura tecnológica						
- criação de organismos de certificação da qualidade reconhecidos internacionalmente	X				X	X
- criação de programas de P&D cooperativos condicionados ao desenvolvimento de sistemas abertos	X		X		X	X

Legendas: EXEC - Executivo
 LEG - Legislativo
 EMP - Empresas e Entidades Empresariais
 TRAB - Trabalhadores e Sindicatos
 ASSOC - Associações Cívicas
 ACAD - Academia

Nota: Em caso de coluna em branco, leia-se "sem recomendação".

5.1. Proposição de Políticas para Calçados - Quadro Sinótico

OBJETIVOS / AÇÕES DE POLÍTICA	AGENTE / ATOR					
	EXEC	LEG	EMP	TRAB	ASSOC	ACAD
1. Reestruturação Setorial						
Objetivo: Diversificar a produção						
Ações: - atuação em segmentos de maior qualidade do calçado - capacitação na produção de calçados atléticos e de materiais sintéticos no mercado externo			X	X		
	X		X	X	X	X
Objetivo: Diversificar mercados e atuar com marca própria						
Ações: - participação em feiras internacionais - publicidade do calçado brasileiro no exterior - desenvolvimento de canais próprios de comercialização			X		X	
			X		X	
			X			
Objetivo: Aumentar a eficiência e qualidade						
- cooperação empresa/fornecedores			X			
- aprimorar o nível tecnológico das atividades terceirizadas	X		X	X		
- relação de subcontratação em que as empresas subcontratadas mantenham atualizadas as obrigações trabalhistas			X			
- estudar o perfil da mão-de-obra e de dinâmica do trabalho subcontratado	X				X	X
Objetivo: Modernização tecnológica						
Ações: - adequação de infra-estrutura tecnológica a) instalação de CAD b) programas de visitas às empresas c) atualização de equipamentos e bibliotecas d) atuação na Qualidade (Projetos vinculados ao SSQP/CCA)			X		X	
	X		X		X	
	X		X		X	
	X		X		X	
	X		X	X	X	
2. Modernização Produtiva						
Objetivo: Modernização organizacional						
Ação: - atualização em técnicas organizacionais	X		X	X	X	X
Objetivo: Modernização tecnológica						
Ação: - atualização em técnicas produtivas	X		X	X	X	
Objetivo: Aumento de eficiência						
Ações: - capacitação da força de trabalho - redução dos índices de rotatividade - redução dos desperdícios	X		X	X	X	
			X	X		
Objetivo: Aumento do nível de qualidade						
Ação: - controle de qualidade	X		X	X	X	

OBJETIVOS / AÇÕES DE POLÍTICA	AGENTE / ATOR					
	EXEC	LEG	EMP	TRAB	ASSOC	ACAD
3. Fatores Sistêmicos						
Objetivo: Modernização tecnológica						
Ação: - redução do custo do crédito	X					
Objetivo: Formação de recursos humanos						
Ações: - treinamento de mão-de-obra			X	X	X	
- difusão hiperinfo			X	X	X	
- cooperação entre sindicatos de empregados/empresas	X		X	X		
Objetivo: Manutenção de competitividade das						
- preservação de paridade cambial	X					
- redução de custos e agilização dos serviços portuários						X
- agilização dos serviços de importação						X

Legendas: EXEC - Executivo
 LEG - Legislativo
 EMP - Empresas e Entidades Empresariais
 TRAB - Trabalhadores e Sindicatos
 ASSOC - Associações Cíveis
 ACAD - Academia

Nota: Em caso de coluna em branco, leia-se "sem recomendação".

5.2. Proposição de Políticas para Vestuário - Quadro Sinótico

OBJETIVOS / AÇÕES DE POLÍTICA	AGENTE / ATOR					
	EXEC	LEG	EMP	TRAB	ASSOC	ACAD
1. Reestruturação Setorial						
Objetivo: Apoiar a constituição e desenvolvimento de pólos, com o estabelecimento de uma experiência piloto-padrão - seleção entre os pólos de um em particular para aplicação de um programa contemplando várias etapas do processo produtivo, desde compra de insumos à comercialização.	X		X	X	X	X
Objetivo: Fortalecer a competitividade de pequenas e médias empresas Ações: <ul style="list-style-type: none"> - criação de bureaus de venda externa, com infra-estrutura para contratos no exterior, suporte legal, etc. Esses bureaus seriam implantados nas diversas unidades da federação - continuação e aprofundamento dos programas do CETIQT/SEBRAE de acompanhamento e divulgação de informações sobre moda e estilo - desenvolvimento de um projeto para criação de design com características culturais nacionais 	X		X		X	
	X		X	X	X	X
	X		X			X
2. Modernização Produtiva						
Objetivo: Modernização das técnicas organizacionais Ações: <ul style="list-style-type: none"> - programa de difusão de técnicas organizacionais modernas através de seleção de firmas com metas específicas para sua implantação. Programas descentralizados de treinamento de quadros de nível gerencial - aprofundamento e ampliação de programa de informatização do gerenciamento intra-firma - desenvolvimento de tecnologia de informática para integração das diversas etapas de produção extra-planta 	X		X	X	X	X
	X		X	X	X	
	X		X		X	X
Objetivo: Modernização tecnológica Ações: <ul style="list-style-type: none"> - programa de apoio financeiro para compra de máquinas de costura mais modernas. Programa <u>integrado</u> aos outros programas de modernização do setor - programa de apoio a implantação de CAD/CAM, tanto pelo lado de seleção de tecnologia mais apropriada, quanto financiamento, para firmas individuais e/ou cooperativas ou pólos 	X		X			
	X		X		X	X

OBJETIVOS / AÇÕES DE POLÍTICA	AGENTE / ATOR					
	EXEC	LEG	EMP	TRAB	ASSOC	ACAD
3. Fatores Sistêmicos						
Objetivo: Reduzir a informalização no setor						
- criação de linhas de crédito condicionada a recolhimentos fiscais	X		X			
- avanço dos programas de normalização	X		X		X	
- aumento da fiscalização tributária e trabalhista	X					
Objetivo: Reforçar programas de formação profissional						
Ação: - ampliação regional e aperfeiçoamento dos programas de treinamento, em especial os do SENAI/CETIQT	X		X	X	X	X
Objetivo: Corrigir distorções tributárias e ta-						
- revisão das disparidades regionais no ICMS, da base de cálculo dos encargos sociais e das tarifas dos produtos e insumos do setor	X	X			X	
Objetivo: Preparar a indústria para a integração no Mercosul						
Ações: - acordar o registro de marcas	X	X			X	
- estabelecimento harmônico de normas e padrões de qualidade nos países envolvidos	X	X			X	
- estabelecimento de regras para o certificado de origem	X	X			X	

Legendas: EXEC - Executivo
 LEG - Legislativo
 EMP - Empresas e Entidades Empresariais
 TRAB - Trabalhadores e Sindicatos
 ASSOC - Associações Cíveis
 ACAD - Academia

Nota: Em caso de coluna em branco, leia-se "sem recomendação".

6.1. Proposição de Políticas para Celulose - Quadro Sinótico

OBJETIVOS / AÇÕES DE POLÍTICA	AGENTE/ATOR					
	EXEC	LEG	EMP	TRAB	ASSOC	ACAD
1. Reestruturação Industrial						
Objetivo: Estabelecimento de uma Política Florestal						
Ações:						
- definir mecanismos de financiamento	X	X	X		X	
- criar instituição reguladora e fiscalizadora	X	X	X			
- estimular a pesquisa e desenvolvimento	X		X			X
Objetivo: Desenvolvimento da capacitação tecnológica						
Ações:						
- desenvolver a infra-estrutura de P&D	X		X		X	X
- criar um centro de P&D nacional	X		X		X	X
- estimular o tratamento tributário diferenciado para investimentos		X				
- estabelecer maior interação com fornecedores de equipamentos			X		X	
Objetivo: Ampliação da capacitação em comercialização						
Ações:						
- compartilhar custos de comercialização			X		X	
- coordenar estratégias e marketing	X		X		X	
2. Modernização Produtiva						
Objetivo: Aumento da qualidade dos produtos						
Ações:						
- fomentar a atividade normativa e de certificação			X			X
- difundir novas técnicas organizacionais	X		X	X	X	X
Objetivo: Aumento da qualidade dos recursos humanos						
Ações:						
- estimular a formação de técnicos especializados	X		X	X		X
- promover maior interação empresa-universidade			X			X
- expandir o ensino básico	X		X	X		

OBJETIVOS / AÇÕES DE POLÍTICA	AGENTE / ATOR					
	EXEC	LEG	EMP	TRAB	ASSOC	ACAD
3. Fatores Sistêmicos						
Objetivo: Melhoria da Infra-estrutura						
Ações:						
- desregulamentar e modernizar os portos	X	X				
- estimular a auto-geração de energia			X			
- investir em infra-estrutura de transportes	X		X			
- investir em infra-estrutura urbana	X		X			
Objetivo: Alívio da Carga Tributária						
Ações:						
- reduzir tributos incidentes nos investimentos	X	X				
- eliminar o ICMS sobre exportações	X	X				
- rever os encargos sociais	X	X				
- rever os impostos incidentes sobre o faturamento	X	X				
Objetivo: Aumento da qualidade do ensino e da educação						
Ações:						
- investir na rede pública de ensino	X					
- estimular a criação de cursos técnicos	X		X	X	X	X
- aumentar a interação empresa-universidade	X		X			X
Objetivo: Redução dos Custos de Capital						
Ações:						
- normalizar as relações internacionais	X					
- retomar os fluxos de financiamento externo	X					
- continuar a desregulamentação no setor externo	X	X				
- definir novas fontes de recursos a longo prazo	X					
- rever as taxas de juros do BNDES	X					
- estimular as operações com ADR	X		X			

Legendas: EXEC - Executivo
 LEG - Legislativo
 EMP - Empresas e Entidades Empresariais
 TRAB - Trabalhadores e Sindicatos
 ASSOC - Associações Cívicas
 ACAD - Academia

Nota: Em caso de coluna em branco, leia-se "sem recomendação".

x

x

x

x

OBJETIVOS / AÇÕES DE POLÍTICA	AGENTE / ATOR					
	EXEC	LEG	EMP	TRAB	ASSOC	ACAD
Objetivo: Desenvolvimento de recursos humanos						
Ações: - avançar na profissionalização das			X	X		X
- estimular o treinamento em todos os níveis			X	X		X
Objetivo: Melhoria da qualidade						
Ações: - difundir o PBQP	X		X	X	X	X
- disseminar o conceito de "qualidade"	X		X	X	X	
- incentivar programas de qualidade total	X		X	X	X	
3. Fatores Sistêmicos						
Objetivo: Estabilizar a economia						
Ação: - adotar uma política de estabilização efetiva	X	X	X			
Objetivo: Retomada do crescimento						
Ação: - adotar medidas que estimulem o crescimento da economia	X	X	X	X		
Objetivo: Melhoria da infra-estrutura						
Ações: - desregular e modernizar os portos	X	X				
- estimular a auto-geração de energia	X		X			
- investir em infra-estrutura de transportes	X		X			
- investir em infra-estrutura urbana	X		X			
Objetivo: Apoio financeiro ao setor						
Ações: - financiar a atividade florestal	X	X				
- expandir o crédito público (FINEP e BNDES)	X	X				
Objetivo: Desoneração tributária						
Ações: - rever os impostos incidentes sobre o faturamento	X	X				
- manutenção das regras e simplificação	X	X				
Objetivo: Regulação estatal						
Ações: - alterar a legislação anti-dumping	X	X				
- definir a legislação de meio ambiente	X	X				
- simplificar a legislação nos casos de auto-geração de energia, projetos florestais, investimentos no exterior	X	X				

Legendas: EXEC - Executivo
 LEG - Legislativo
 EMP - Empresas e Entidades Empresariais
 TRAB - Trabalhadores e Sindicatos
 ASSOC - Associações Cívicas
 ACAD - Academia

Nota: Em caso de coluna em branco, leia-se "sem recomendação".

6.3. Proposição de Políticas para a Indústria Gráfica - Quadro Sinótico

OBJETIVOS / AÇÕES DE POLÍTICA	AGENTE / ATOR					
	EXEC	LEG	EMP	TRAB	ASSOC	ACAD
1. Reestruturação Setorial						
Objetivo: Política de Capacitação Tecnológica						
- desenvolver a infra-estrutura de P&D	X	X	X		X	
- criação de centros de P&D	X		X			X
- tratamento tributário diferenciado para investimentos	X	X	X		X	
Objetivo: Interação com Outras Empresas						
Ações: - interação com clientes			X		X	
- interação com fornecedores de insumos e de equipamentos			X		X	
2. Modernização Produtiva						
Objetivo: Aumento da qualidade dos produtos						
Ações: - estímulo à atualização de equipamentos	X		X			
- difusão de novas técnicas organizacionais	X		X	X	X	X
Objetivo: Aumento da qualidade gerencial						
Ações: - estímulo à formação de técnicos especializados	X		X	X		X
- maior interação empresa-universidade			X			X
- treinamento de gerências	X		X	X		
3. Fatores Sistêmicos						
Objetivo: Estabilidade Macroeconômica						
Ações: - estabilidade nas regras econômicas	X	X				
- retomada do crescimento	X	X				
- queda da inflação	X	X				
Objetivo: Aumento da qualidade do ensino e da educação						
Ações: - investimentos na rede pública de ensino	X					
- estímulo à criação de cursos técnicos	X		X	X	X	X
- maior interação empresa-universidade	X		X			X

OBJETIVOS / AÇÕES DE POLÍTICA	AGENTE / ATOR					
	EXEC	LEG	EMP	TRAB	ASSOC	ACAD
Objetivo: Redução dos Custos de Capital						
Ações: - redução do custo do capital de giro	X					
- definição de novas fontes de recursos a longo prazo		X				
- redução das taxas de juros		X				
Objetivo: Alívio da Carga Tributária						
Ações: - Redução dos tributos incidentes nos investimentos		X	X			
- Redução dos encargos sociais		X	X			
- Redução dos impostos incidentes sobre o faturamento		X	X			

Legendas: EXEC - Executivo
 LEG - Legislativo
 EMP - Empresas e Entidades Empresariais
 TRAB - Trabalhadores e Sindicatos
 ASSOC - Associações Cívicas
 ACAD - Academia

Nota: Em caso de coluna em branco, leia-se "sem recomendação".

	Agentes/Atores					
	EXECUTIVO	LEGISLATIVO	EMPRESAS	TRABALHADORES	ASSOCIAÇÕES	ACADEMIA
I. REESTRUTURAÇÃO SETORIAL NÍVEL ESTRUTURAL						
1. Objetivo: reestruturar e integrar o setor a. Desverticalização gradual do setor b. Estabelecimento de termos de compromisso entre os integrantes da cadeia produtiva para viabilizar o desenvolvimento tecnológico e organizacional	MICT/MF/MME MT			Sindicatos dos trabalhadores	ABIPT/ANTAC; Ent. Transp.; Ent. Embal.; Sinduscons, SNIC/ABCP/ ABNT/ITQC	Universidades; Institutos
2. Objetivo: promover a pesquisa e o desenvolvimento tecnológico e organizacional a. Estabelecimento de programas de investimento em P&D de forma associativa e integrada b. Intercâmbio efetivo com instituições e centros de P&D líderes no panorama internacional c. Organização setorial para a difusão tecnológica	FINEP/CNPq/ PBQP/PACTI		Centros de P&D das empresas		ABIPT/ANTAC/ ABCP/ITQC	Universidades; Institutos
3. Objetivo: adequar o produto brasileiro às tendências internacionais e atender as necessidades dos consumidores em termos de qualidade a. Promoção da valorização da atividade de normalização nas instituições de pesquisa e o equilíbrio produtores/consumidores na elaboração das normas b. Organização setorial para difusão de conceitos e metodologias de qualidade e produtividade c. Organização setorial para a certificação da qualidade de terceira parte	PBQP/PACTI /INMETRO/ CAPES/CNPq		Centros de P&D das empresas		ABCP/ITQC	Universidades; Institutos

<p>4. Objetivo: Promover a capacitação dos recursos humanos do setor</p> <p>a. Organização setorial para a formação da mão-de-obra operária e de nível técnico</p> <p>b. Organização setorial para desenvolvimento de programas de segurança e medicina do trabalho</p>	<p>MTrabalho/ FUNDACENTRO</p>			<p>Sindicatos dos trabalhadores</p>	<p>ABCP/SENAI/ ITQC</p>	<p>Universidades; Institutos</p>
---	-----------------------------------	--	--	---	-----------------------------	--------------------------------------

Ações de Política Industrial	Agentes/Atores					
	EXECUTIVO	LEGISLATIVO	EMPRESAS	TRABALHADORES	ASSOCIAÇÕES	ACADEMIA
II. MODERNIZAÇÃO PRODUTIVA NÍVEL INTERNO À EMPRESA						
1. Objetivo: Promover a atualização da gestão empresarial do setor, segundo tendências internacionais a. Estabelecimento de programas de modernização gerencial e de gestão da produção b. Estabelecimento de programas formais de qualificação de fornecedores e de atendimento aos consumidores c. Modernização das estruturas organizacionais das empresas d. Estabelecimento de programas de gestão participativa	PBQP/PACTI		Alta administr.; Consultoria	Trabalhadores nas empresas	SNIC	Universidades; Institutos
2. Objetivo: Promover o desenvolvimento tecnológico e elevar os padrões de qualidade das empresas a. Estabelecimento de programas de qualidade total b. Conscientização para o investimento em P&D c. Estabelecimento de programas de certificação do produto d. Estabelecimento de programas de atualização tecnológica e de controle ambiental de processos	PBQP/PACTI		Alta administr.; Consultoria	Trabalhadores nas empresas	SNIC/ABCP/ ITQC	Universidades; Institutos
3. Objetivo: Elevação da qualificação da mão-de-obra das empresas em todos os níveis a. Implantação de programas de treinamento de mão-de-obra operária b. Modernização das políticas e recursos humanos c. Estabelecimento de programas de formação de executivos	PBQP/PACTI		Alta administr.; Consultoria	Trabalhadores nas empresas	SNIC/ABCP/ SENAI	Universidades; Institutos

Ações de Política Industrial	Agentes/Atores					
	EXECUTIVO	LEGISLATIVO	EMPRESAS	TRABALHADORES	ASSOCIAÇÕES	ACADEMIA
III.FATORES SISTÊMICOS						
<p>1. Objetivo: Promover a avaliação do impacto da carga tributária sobre a política de preços e assegurar a possibilidade de importação pelos consumidores</p> <p>a. Análise conjunta por produtores e consumidores quanto ao impacto da carga tributária sobre a política de preços das empresas</p> <p>b. Manutenção da alíquota 0% para importação do produto</p>	MF; MICT; Câmaras Setoriais				Sinduscons/ ITQC	
<p>2. Objetivo: Promover a adequação do setor às necessidades de controle ambiental</p> <p>a. Estabelecimento de normas adequadas à substituição de insumos energéticos</p> <p>b. Uniformização da legislação de controle ambiental</p>	MME; MICT	Câmara e Senado			SNIC/ABCP	Universidades; Institutos
<p>3. Objetivo: Promover o desenvolvimento industrial do setor</p> <p>a. Estabelecimento de programas de incentivo ao desenvolvimento tecnológico do setor a partir do poder de compra do Estado</p> <p>b. Aperfeiçoamento da organização institucional para aplicação da legislação "anti-dumping" através de metodologias específicas</p> <p>c. Aperfeiçoamento da organização institucional para aplicação da Lei de Defesa da</p> <p>d. Redução de mecanismos de discriminação do capital estrangeiro</p> <p>e. Estabelecimento de critérios de avaliação do desempenho do setor para gerenciamento de programas públicos de financiamento</p>	Administr.. pública federal, estadual e municipal/BNDES MF/MJ/MICT	Câmara e Senado			SNIC/ Sinduscons	

Ações de Política Industrial	Agentes/Atores					
	EXECUTIVO	LEGISLATIVO	EMPRESAS	TRABALHADORES	ASSOCIAÇÕES	ACADEMIA
<p>4. Objetivo: Assegurar a infra-estrutura de transportes necessária ao desenvolvimento do setor inclusive viabilizando a exportação</p> <p>a. Modernização portuária integrada aos sistemas de transporte de acesso aos portos</p> <p>b. Recuperação da malha rodoviária e incremento da participação das ferrovias na infra-estrutura de transportes</p>	MT	Câmara e Senado				
<p>5. Objetivo: Gerar condições para o estabelecimento de políticas de benefícios e incentivos diretos à mão-de-obra</p> <p>a. Adequação da legislação trabalhista de modo a desonerar as empresas e incrementar os benefícios diretos aos empregados</p>	MTrabalho	Câmara e Senado				

OBJETIVOS / AÇÕES DE POLÍTICA	AGENTE/ATOR					
	EXEC	LEG	EMP	TRAB	ASSOC	ACAD
Objetivo: Especialização Industrial						
Ações:						
- criar pólos regionais	X		X		X	
- estimular cooperação entre empresas	X		X		X	
- estabelecer normalização técnica	X		X		X	
- realizar estudos detalhados de viabilidade	X		X		X	
2. Modernização Produtiva						
Objetivo: Modernização dos processos produtivos						
- modernização de máquinas e equipamentos	X		X			
- reduzir tarifas de importação de máquinas e equipamentos	X					
Objetivo: Redução do custo da madeira aglomerada						
Ações:						
- aumentar o grau de concorrência no segmento	X	X				
- modernizar equipamentos e instalações	X	X				
- alíquota zero importações	X					
Objetivo: Aumentar eficiência dos segmentos de serraria						
Ações:						
- modernizar equipamentos	X	X				
- modernizar métodos de extração de madeira	X	X				
- alíquota zero importações: madeira serrada e folheada	X					
Objetivo: Racionalização da extração de madeiras						
- incentivar reflorestamentos programados	X		X			
- garantir exploração racional das florestas nativas	X		X			X
- introduzir melhorias na tecnologia silvicultural			X			X
Objetivo: Aumento da qualificação da mão-de-obra						
- formar técnicos em máquinas com CNC	X		X	X	X	X
- implantar cursos de desenho industrial através de CAD	X		X	X	X	X
- apoiar centros de formação integrados	X		X	X	X	X
Objetivo: Aumento das exportações						
Ações:						
- estabelecer associações de empresas para a exportação			X			
- taxar exportação de madeira bruta	X					
- criar sistema de identificação de nichos de mercado externo	X		X		X	

OBJETIVOS / AÇÕES DE POLÍTICA	AGENTE/ATOR					
	EXEC	LEG	EMP	TRAB	ASSOC	ACAD
Objetivo: Capacitação tecnológica						
Ações:						
- elaborar Programa de Desenvolvimento Tecnológico	X		X		X	
- apoio aos centros tecnológicos regionais	X					
- formação fundo desenvolvimento setorial	X					
3. Fatores Sistêmicos						
Objetivo: Redução da carga tributária sobre o setor						
Ações:						
- desoneração tributária das exportações	X	X				
- redução/equalização da tributação indireta sobre as empresas	X	X				
- redução IPI de 10% para 4%	X	X				
Objetivo: Redução custos de transporte						
Ação:						
- modernizar portos	X		X			

Legendas:

- EXEC - Executivo
- LEG - Legislativo
- EMP - Empresas e Entidades Empresariais
- TRAB - Trabalhadores e Sindicatos
- ASSOC - Associações Cíveis
- ACAD - Academia

Nota: Em caso de coluna em branco, leia-se "sem recomendação".

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA

- AGOSIN, N. & TUSSIE, D. (1992) *Globalization, Regionalization and New Dilemmas in Trade Policy for Development*. Buenos Aires, FLACSO, jun. (Série de Documentos e Informes de
- ALAVI, H. (1990) *International Competitiveness: Determinants and Indicators*. Washington, D.C., The World Bank (Industry Series Papers, 29).
- ARAÚJO Jr., J.T. (1982) *Mudança Tecnológica e Competitividade das Exportações Brasileiras de Manufaturados*. Rio de Janeiro, IEI/UFRJ, mimeo.
- ARAÚJO Jr., J.T. (1984) *Comércio Exterior e Mudança Estrutural na Economia Brasileira: 1970-1983*. Rio de Janeiro, IEI/UFRJ (Texto para Discussão, 56).
- BACIC, M.J. & CARPINTÉRO, J.N.C. (1993) *Comportamento e Ajuste das Empresas Financeiras e Não-Financeiras na Década de 80*. Relatório do Projeto SCTDE/FECAMP/UNICAMP-IE. Campinas, Instituto de Economia, UNICAMP, mimeo.
- BONELLI, R. (1992) Fontes de Crescimento e Competitividade das Exportações Brasileiras na Década de 80. *Revista Brasileira de Comércio Exterior*, (31).
- CASTRO, A.B. & SOUZA, F.E.P. (1985) *A Economia Brasileira em Marcha Forçada*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- CASTRO, A.B. & SOUZA, F.E.P. (1987) *O Saldo e a Dívida*. Rio de Janeiro, IEI/UFRJ (Texto para Discussão, 135).
- CNI (1988) *Competitividade Industrial: Uma Estratégia para o Brasil*.
- CORREA, P.G. (1992) *Política Industrial de Comércio Exterior e de Competitividade: Teoria, Evidências e suas Implicações para o Brasil*. Rio de Janeiro, mimeo.
- COUTINHO, L.G. et alii (1991) *Desenvolvimento Tecnológico da Indústria e a Constituição de um Sistema Nacional de Inovação no Brasil*. Relatório Final do Projeto IPT/FECAMP/UNICAMP-IE. Campinas, Instituto de Economia, UNICAMP, mimeo.
- DOSI, G.; PAVITT, K. & SOETE, L. (1990) *The Economics of Technical Change and International Trade*. Hertfordshire, Harvester Wheatsheaf.
- DOSI, G. & FREEMAN, C. (1992) *The Diversity of Development Patterns on the Processes of Catching up, Forging Ahead and*

-
- Falling Behind*. Texto apresentado no encontro da International Economics Association. Verona, Itália, 1-3 out.
- DOURRILLE, E. (1990) Le Système Productif Japonais Joue la Carte de la Globalisation. *Economie et Statistique*, (232), mai, INSEE.
- ERNST, D. (1991) *The New Competitive Environment and the International Technology System. The Challenge for Industrial Latecomers*. S.l., mimeo.
- FERRAZ, J.C. (1991) (coord.) *Competição e Modernização: Perspectivas para a Indústria Brasileira*. Rio de Janeiro, Instituto de Economia Industrial, UFRJ.
- FREEMAN, C. & OLDHAM, C.H.G. (1991) Introduction: Beyond the Single Market. In: FREEMAN, C.; SHARP, M. & WALKER, W. (eds.) *Technology and the Future of Europe*. London, Pinter Publishers.
- FURTADO, J.E.M.P. (1990) *Produtividade na Indústria Brasileira: Padrões Setoriais e Evolução - 1975/80*. Mestrado. Campinas, Instituto de Economia, UNICAMP, mimeo.
- HAGUENAUER, L. (1989) *Competitividade: Conceitos e Medidas. Uma Resenha da Bibliografia Recente com Ênfase no Caso Brasileiro*. Rio de Janeiro, IEI/UFRJ (Texto Para Discussão, 211).
- HORTA, M.H.; PIANI, G. & KUME, H. (1991) A Política Cambial e Comercial. In: IPEA, *Perspectivas da Economia Brasileira - 1992*. Brasília.
- KOSACOFF, B. (1993) La Industria Argentina: Un Proceso de Reestructuración Desarticulada. In: CEPAL, *Competitividad - La Industria Argentina en Transformación*. Buenos Aires, CEPAL/Alianza Editorial, Capítulo I.
- KRUGMAN, P.R. (1990) *Rethinking International Trade*. Cambridge, The Mit Press.
- LAPLANE, M.F. (1992) *O Complexo Eletrônico na Dinâmica Industrial dos Anos 80*. Tese de Doutorado. Campinas, Instituto de Economia, UNICAMP, mimeo.
- LEAL, J.P.G. (1992) *Brasil e Coréia do Sul: Dinamismo das Inserções no Comércio Internacional de Manufaturas - 1981/1988*. Dissertação de Mestrado. Campinas, Instituto de Economia/UNICAMP, mimeo.
- LEAL, J.P.G. (1993) *Política Cambial e de Comércio Exterior. Relatório do Projeto SCTDE/FECAMP/UNICAMP-IE*. Campinas, Instituto de Economia, UNICAMP, mimeo.
-

-
- LINDER, S.B. (1961) *An Essay on Trade and Transformation*. New York, John Wiley & Sons (versão portuguesa: SAVASINI, J.A.A.; MALAN, P.S. & BAER, W. (orgs.) *Economia Internacional*. São Paulo, Saraiva, 1979, p. 65-87, Série ANPEC de Leituras de Economia).
- LONGO, C.A. (1993) *Políticas de Estabilização e Reforma Estrutural no Brasil*. São Paulo, Centro de Estudos, Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung (Pesquisas, 2).
- LOPES, J.R.B. et alii (1993) *Novos Parâmetros para a Reorganização da Política Social Brasileira*. Campinas, Núcleo de Estudos de Políticas Públicas, UNICAMP, nov.
- MACHADO, J.B.M. (1992) *Comércio Regional e Especialização Produtiva: Uma Análise do Comércio Intra-indústria entre o Brasil e os Países da ALADI*. Rio de Janeiro, IEI/UFRJ (Texto para Discussão, 283).
- MADDISON, A. (1982) *Phases of Capitalist Development*. Oxford, Oxford University Press.
- MATESCO, V. (1993) *Inovação Tecnológica das Empresas Brasileiras: A Diferenciação Competitiva e a Motivação para a Inovação*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro, Instituto de Economia Industrial, UFRJ, mimeo.
- MEAD, W.R. (1990) *The Low-Wage Challenge to Global Growth*. Washington, D.C., Economic Policy Institute.
- NÚÑEZ, W.P. (1993) *¿Dónde Estamos en Política Industrial*. Chile, CEPAL/PNUD, mimeo.
- OECD (1992a) *Industrial Policy Review 1992*. Paris, OECD.
- OECD (1992b) *Strategic Industries in a Global Economy: Policy Issues for the 1990s*. Paris, OECD International Futures Programme.
- OCDE (1992c) *Technology and the Economy: The Key Relationships*. Paris, OECD.
- OMAN, C. (1989) *New Forms of International Investment*. Paris, OECD Development Centre (Reprint Series, 7).
- PORTER, M. (1990) *The Competitive Advantage of Nations*. New York, The Free Press.
- RICÚPERO, R. (1993) *A Rodada Uruguai e o Sistema Multilateral de Comércio*. S.l., mimeo.

- RUIZ, R.M. (1993) *Estratégia Empresarial e Diversificação (1980-1989): Um Estudo de Grupos Econômicos Seleccionados*. Campinas, Núcleo de Economia Industrial e da Tecnologia, Instituto de Economia, UNICAMP, mimeo.
- SAUNDERS, C.T.; MATTEWS, M. & PATEL, P. (1991) Structural Change and the Patterns of Production and Trade. In: FREEMAN, C.; SHARP, M. & WALKER, W. (eds.) *Technology and the Future of Europe*. London, Pinter Publishers.
- SENAI (1992) *Cenários da Indústria Brasileira: Formação Profissional para os Anos 2000*. Rio de Janeiro, Instituto de Economia Industrial, UFRJ.
- SOUZA, M.C.A.F. (1993) *Cooperação Interempresas e Difusão das Inovações Organizacionais*. Relatório do Projeto SCTDE/FECAMP/UNICAMP-IE. Campinas, Instituto de Economia, UNICAMP, mimeo.
- SUZIGAN, W. (1992) A Política Industrial Brasileira após uma Década de Estagnação. *Revista Economia e Sociedade*, (1), ago. Campinas, Instituto de Economia, UNICAMP.
- TUSSIE, D. (1991) La Ronda Uruguay, el Sistema de Comercio Internacional y los Países en Desarrollo: Consideraciones Preliminares. *Pensamiento Iberoamericano*, (20).
- UNIDO (1985) *Industry and Development Global Report 1985*. New York, United Nations.
- USITC (1991) *Global Competitiveness of U.S. Advanced-Technology Manufacturing Industries: Communications Technology and Equipment*. Washington, D.C., Report to the Committee on Finance, U.S. Senate, United States International Trade Commission.
- VEIGA, P.M. (1990) *Comércio Exterior e Inserção Internacional da Economia Brasileira*. Rio de Janeiro, Funcex (Texto para Discussão Interna, 24).
- VEIGA, P.M. (1991) *Exportações Brasileiras: Desempenho, Especialização Internacional e Mudança Estrutural na Economia Brasileira*. Rio de Janeiro, Funcex (Texto para Discussão Interna, 56).
- VERNON, R. (1966) International Investment and International Trade in the Product Cycle. *Quarterly Journal of Economics*, v. 80, p. 190-207, may (versão portuguesa: SAVASINI, J.A.A.; MALAN, P.S. & BAER, W. (orgs.) *Economia Internacional*. São Paulo, Saraiva, 1979, p. 89-107, Série ANPEC de Leituras de Economia.

VERNON, R. (1977) *Tempestade sobre as Multinacionais*. Rio de Janeiro, Zahar Editores.

VERNON, R. (1979) The Product Cycle in a New Industrial Environment. *Oxford Bulletin of Economics and Statistics*, 41(4):255-267, nov.

VILLELA, A.V. (1993) *Infra-Estrutura Econômica e Competitividade Industrial: Problemas e Necessidades*. Relatório do Projeto SCTDE/FECAMP/UNICAMP-IE. Campinas, Instituto de Economia, UNICAMP, mimeo.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)